

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
CAMPUS DE MARÍLIA

*“AMÉLIA É QUEM ERA MULHER DE VERDADE? –  
MULHERES POBRES E A CONSTRUÇÃO DE UMA ‘NOVA  
MARÍLIA’ (1980-2004)”.*

Vanessa de Faria Berto

Marília  
2007

VANESSA DE FARIA BERTO

*“AMÉLIA É QUEM ERA MULHER DE VERDADE? –  
MULHERES POBRES E A CONSTRUÇÃO DE UMA ‘NOVA  
MARÍLIA’ (1980-2004)”.*

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora  
para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e  
Ciências da Universidade Estadual Paulista.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Lídia Maria Vianna Possas.

Marília

2007

*Dedico este trabalho a Deus... acima de todas as coisas.*

*AGRADECIMENTOS*

Gostaria de agradecer à minha professora e orientadora, Dra. Lídia Maria Vianna Possas, por sua atenção e gentileza no decorrer da pesquisa, por respeitar meus métodos de trabalho e por ter contribuído sobremaneira para o meu crescimento intelectual.

Agradeço a Professora Sueli Andruccioli Felix e ao grupo de pesquisa G.U.T.O. (Gestão Urbana de Trabalho Organizado), que me propiciaram a oportunidade de conhecer concretamente meu objeto de estudo e de estabelecer o desenvolvimento inicial dessa pesquisa.

Sou grata ao grupo de pesquisa CNPq “Cultura e Gênero” e a todos os que dele fazem parte, uma vez que suas reuniões e debates, desde 2002, muito tem contribuído na construção de uma análise mais apurada, mais cuidadosa e mais completa das informações coletadas.

Agradeço as minhas queridas irmãs pelo apoio e pelo carinho, pelas discussões instigantes e pelas conversas bem-humoradas e pelo companheirismo, acima de tudo.

Por fim, agradeço a minha mãezinha, sem dúvida alguma, minha maior incentivadora, não apenas no que se refere à pesquisa, mas em todas as empreitadas que assumi durante a vida, uma mulher admirável cuja presença o acaso, infelizmente, privou ao resto do mundo, mas que está sempre comigo, de todas as formas possíveis. Obrigada, mamãe!

*"... E assim fez-se mulher e envelheceu. Acreditava-se poderosa e sentia-se infeliz. Tão poderosa que imaginava ter escolhido os caminhos antes de neles penetrar. Tão infeliz que, julgando-se poderosa, não sabia o que fazer de seu poder e via cada minuto perdido porque não o orientava para um fim..."*.

*(Clarice Lispector, 'Perto do Coração Selvagem')*.

## RESUMO

Sob uma perspectiva de gênero, enquanto categoria de análise histórica, e através de um diálogo interdisciplinar com a Sociologia, a Antropologia e a História, esta pesquisa dedica-se à análise do mundo de significados que emerge do cotidiano do ‘Centro Comunitário Nova Marília’ e das mulheres que são suas membro-fundadoras. Aprofundando-se no estudo dos discursos e das práticas, observados e registrados através de um trabalho etnográfico livremente inspirado na ‘descrição densa’ de Geertz, a investigação procura entender como tais mulheres consentem e/ ou reagem frente às representações dominantes da diferença entre os sexos: a incorporação de normas sociais consideradas ‘naturais’, a ‘violência simbólica’ conceituada por Bourdieu, suas ações frente à modernização/ modernidade do município de Marília-SP. Nesse sentido, compreende-se também a emergência de um movimento feminino, no qual as mulheres se mostram capazes de articular responsabilidades e privilégios não apenas para si mesmas, mas também para o bem da coletividade.

Palavras-chave: Relações de Gênero, cultura, modernidade/ modernização, feminismos, movimentos de mulheres.

## ABSTRACT

Under a gender's perspective, while a historical category of analysis and through a dialogue with the Sociology, the Anthropology and the History, this search is devoted oneself to analysis of the meaning's world that come up from day in, day out of "Nova Marília's Communitary center" and from women that are its members. Dived in the study of speeches and practices, observeds and registereds through a ethnographic work inspired in "Geertz' dense description", this invesgation is searching to understand how such women consent/ react façade to dominates representations of the difference between the sexes: the incorporation of socials norms considereds 'naturals'; the 'symbolic violence', respecteds by Bourdieu; their actions façade to modernization of city of Marília (SP). So, this search try to understand the emergency of a feminine movement, which the women show their capacity of to articulate responsibility and privileges not just for themselves, but to collective welfare.

Key-words: gender's relations, culture, modernization, feminines movements.

## SUMÁRIO

Introdução.....	09.
1. Capítulo: <i>O olhar da diferença: definindo os caminhos metodológicos da pesquisa.</i> .....	21.
1. 1. <i>O olhar relacional: o gênero orienta nossa análise.</i> .....	23.
1. 2. <i>O olhar antropológico: as tentativas de se fazer uma descrição densa.</i> .....	32.
2. Capítulo: <i>O olhar do míope: as relações entre o micro e o macro</i> .....	37.
2. 1. <i>Quem são elas?</i> .....	39.
2. 2. <i>(1980-2004): o bairro.</i> .....	52.
2. 3. <i>(1980-2004): a cidade.</i> .....	55.
2. 4. <i>(1980-2004): o país.</i> .....	66.
2. 5. <i>(1980-2004): o mundo.</i> .....	81.
2. 6. <i>Olhar e influência: debatendo os vínculos entre o global/ loca</i> .....	86.
3. Capítulo: <i>O olhar etnográfico: leitura e significação</i> .....	91.
3. 1. <i>Os primeiros encontros.</i> .....	93.
3. 1. 1. <i>A história da fundação do Centro Comunitário Nova Marília – o olhar das mulheres que o construíram.</i> .....	98.
3. 2. <i>O dia-a-dia.</i> .....	102.
3. 2. 1. <i>A rotina das oficinas comunitárias e suas trabalhadoras: interpretando o cotidiano.</i> .....	103.
3. 2. 2. <i>Práticas cotidianas ao universo do Centro Comunitário: conversão de valores e conflitos.</i> .....	109.
4. Capítulo: <i>O olhar analítico: cotidiano x conceitos.</i> .....	117.
4. 1. <i>Os movimentos feministas e o Brasil – múltiplos caminhos.</i> .....	118.

<i>4. 1. 1. O movimento das mulheres das oficinas comunitárias do bairro Nova Marília: engendrando um novo feminismo? .....</i>	<i>124.</i>
<i>4. 2. O olhar de Bourdieu: elucidando alguns conceitos. ....</i>	<i>128.</i>
<i>4. 2. 1. Dominação e resistência: contribuições de Bourdieu à nossa pesquisa. ....</i>	<i>132.</i>
Considerações Finais.....	137.
Referências Bibliográficas.....	141.
ANEXOS.....	152.

## INTRODUÇÃO

Em sua obra de estréia, *Perto do coração selvagem*, de 1944, Clarice Lispector nos apresenta a perturbadora personagem Lucrecia Neves, cujo universo – a pequena cidade de São Geraldo – é de uma ordem tranqüila, onde nada parece se esquivar. Há um grande silêncio, cheio de tédio e de monotonia (des)povoando esta ordem. Um ambiente recluso, de onde Lucrecia gostaria imensamente de fugir, embora não o consiga por completo, por ser, afinal, uma mulher sitiada pela viuvez. Cercada por esse mundo aborrecido, cujas correntes invisíveis aprisionam seu desejo de ação, contudo, ela não deixa de comunicar-se. E o faz através do *olhar*. “Entre bocejos incessantes, também ela quereria exprimir sua função que era: olhar” (LISPECTOR, 1998, p. 16). Assim, comunicando-se com o mundo por meio do que só consegue captar através do olhar, ela organiza um mapa das coisas ao seu redor, como uma estrangeira em um lugar estranho. E como, não raro, uma mulher pode sentir-se dentro da ordem androcêntrica que comumente rege as sociedades conhecidas.

*Olhar* também constituiu desafio fundamental na presente pesquisa; mas um *olhar* que procurou transcender o *enxergar*, procurando dar conta de *ver, analisar e dar sentido ao que é visto*. Assim como Lucrecia que, de sua janela, olha, espia e, para além disso, significa o que vê como imagem sempre desejada, também aqui procuramos *olhar* nosso objeto de estudo, para além das primeiras impressões, das diferenças culturais, das aparências cotidianas, mergulhando no universo de significados que estas podem apresentar e que acreditamos ser nosso dever captar, sempre cientes, contudo, de nossos limites e de nossas lacunas, bem como da pertinência das possibilidades aqui levantadas.

A proposta deste trabalho é uma tentativa de contribuir para o conhecimento dos papéis históricos das mulheres que compõem o quadro de membros do *Centro Comunitário Nova Marília* – o maior bairro do município<sup>1</sup>, localizado em sua região sul. É importante estabelecer que, quando nos referimos aos papéis sociais das mulheres, não falamos daqueles que são normativos e prescritos, mas, como nos coloca DIAS (1995, p. 05), aludimos “às mediações sociais continuamente improvisadas no processo global de tensões e conflitos que compõem a organização das relações de produção, do sistema de dominação e de estruturação do poder”.

Elas são as mulheres moradoras do bairro periférico – portanto, pobre – de Nova Marília, em sua grande maioria chefes e provedoras de suas famílias, que vivem precariamente do trabalho informal e temporário, em atividades malvistas (inclusive por elas mesmas), que se equilibram sobre a linha tênue que separa a miséria de uma parca sobrevivência, que tentam oferecer alguma perspectiva de um futuro melhor a seus filhos, que se engajam em movimentos locais de reivindicação de melhorias para sua comunidade (movimentos cuja organização se estabeleceu e se mantém, em grande parte, por conta do esforço delas), que têm de enfrentar e encontrar um jeito de conviver com preconceitos – os próprios e os alheios – todos os dias.

É nossa pretensão tentar desvendar o cotidiano das duas gerações que compõem esse grupo feminino particular<sup>2</sup> ressaltando, fundamentalmente, suas táticas de sobrevivência e de resistência, bem como sua relação e contribuição na construção do bairro – conseqüentemente, seu papel dentro da história do município.

Talvez seja importante salientar que o *rascunho* do projeto da presente investigação teve seu ponto de partida com o desenvolvimento de uma primeira

---

<sup>1</sup> Ver [ANEXO A](#) e [ANEXO B](#).

<sup>2</sup> A pesquisa se concentrou nas 36 moradoras *quando da fundação* do bairro, no início dos anos 1980, às quais *vieram se juntar depois* suas filhas, netas, amigas e vizinhas, totalizando, portanto, *64 mulheres entrevistadas*.

pesquisa, intitulada *Projeto-Ação de Prevenção à Violência Contra a Mulher em Marília-SP*, financiada pela FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo, e realizada junto ao *Grupo de Pesquisa e de Gestão Urbana de Trabalho Organizado (G.U.T.O.)*<sup>3</sup>, ao qual esteve vinculada pelo período de dois anos (junho de 2002 a junho de 2004).

Durante esse período, foram analisados, junto à *Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher*<sup>4</sup> (D.D.M.), os índices de violência doméstica<sup>5</sup> de Marília, referentes a esse recorte temporal, procurando estabelecer a região que apresentasse o maior número de ocorrências dessa espécie, de modo a determinar o perímetro dentro do qual estaríamos desenvolvendo um trabalho de combate e prevenção a esse tipo de violência<sup>6</sup>. Nesse sentido, o espaço estabelecido pelos números nos levou à Região Sul<sup>7</sup> do município.

Iniciamos nosso trabalho – qual seja, o de promover a prevenção à violência doméstica e incentivar o ato da denúncia na DDM – junto ao público feminino das

---

<sup>3</sup> Criado e coordenado, desde 2000, pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Sueli Andruccioli Felix, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília, o Grupo de Pesquisa e de Gestão Urbana de Trabalho Organizado – G.U.T.O. – desenvolve pesquisas teóricas e de ação social com financiamento da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo), dentro de seu Programa de Políticas Públicas e com o apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Todas as informações sobre o G.U.T.O., incluindo suas pesquisas e relatórios científicos estão em <http://www.guto.marilia.unesp>.

<sup>4</sup> As Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher foram criadas em 1986, durante o governo de Franco Montoro – estado de São Paulo – tendo sido o autor do decreto que as regularizou o então deputado Michel Temer. Tratava-se de uma resposta às reivindicações dos movimentos feministas no período da reabertura democrática do país. Com algumas variações no modo de denominar essa forma institucionalizada de lidar com a violência contra a mulher, o Brasil conta atualmente com mais de 300 delegacias espalhadas por todo o território nacional (126 delas no estado paulista). [DEBERT; GREGORI, 2002, p. 10].

<sup>5</sup> Não obstante haver grande sobreposição entre violência intrafamiliar e violência doméstica, ambos os tipos apresentam também segmentos distintos. Seja como for, o trabalho científico desenvolvido junto ao *G.U.T.O.* incidia sobre os números da *violência doméstica* em Marília, por considerarmos ser tal definição mais ampla do que a intrafamiliar, uma vez que abarca todo o grupo da família, muitas vezes composto por pessoas não vinculadas consanguineamente aos parentes dele fundadores e também por considerar que a violência praticada por tais indivíduos, ainda que extrapole o ambiente do lar – mesmo que o delito não ocorra dentro de casa – configura caso de violência doméstica. [SAFFIOTTI, 2002, p. 60-61].

<sup>6</sup> Ver [ANEXO C](#).

<sup>7</sup> Ver [ANEXO B](#).

*Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e Unidades de Saúde Familiar (USFs)*<sup>8</sup>, dos bairros da região Sul. Tais unidades, por serem agregadoras de comunidades – algumas chegam a servir de sede para aos Centros Comunitários e Associações de Moradores – ofereceram-nos a oportunidade de estar em contato não apenas com o público à procura de atendimento médico, como também (e principalmente) com os diversos grupos (de composição exclusivamente feminina) organizados pelos agentes comunitários de saúde<sup>9</sup>: grupos de caminhada e de ginástica para a Terceira Idade, oficinas de artesanato, grupos de alfabetização de adultos, entre outros.

É importante ressaltar, ainda, que desde 2002 fazemos parte do *Grupo de Pesquisa CNPq 'Cultura e Gênero'*<sup>10</sup>, cujas valorosas experiências, em debates,

---

<sup>8</sup> A origem do Programa de Saúde da Família (também conhecido como PSF) é de um projeto trazido ao Brasil por um médico paraibano formado em [Cuba](#). Em 1994, o [Ministério da Saúde](#) lançou o PSF como política nacional de atenção básica, com caráter organizativo e substitutivo, fazendo frente ao modelo tradicional de assistência primária baseada em profissionais médicos especialistas. Percebendo a expansão do Programa Saúde da Família, o governo emitiu a Portaria Nº 648, de [28 de Março](#) de 2006, onde ficava estabelecido que o PSF tornava-se a estratégia prioritária do Ministério da Saúde para organizar a Atenção Básica (estrutura vinculada à Secretaria de Atenção à Saúde, no Ministério Público, cuja missão institucional é operacionalizar essa política no âmbito da gestão federal do SUS), que tem como um dos seus fundamentos possibilitar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade, reafirmando os princípios básicos do [SUS](#) (Sistema Único de Saúde): universalização, descentralização, integralidade e participação da comunidade, mediante o cadastramento e a vinculação dos usuários. Como consequência de um processo de des-hospitalização e humanização do SUS, o PSF tem como ponto positivo a valorização dos aspectos que influenciam a saúde das pessoas fora do ambiente hospitalar. [Fonte: site oficial do Ministério da Saúde - <http://portal.saude.gov.br>. Acesso em 04 de maio de 2006].

<sup>9</sup> No Brasil, a implantação do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde (PACS) ocorreu em 1991, baseado em experiências internacionais bem sucedidas, constituindo-se em uma estratégia que agrega idéias de proporcionar a população o acesso e a universalização do atendimento à saúde, descentralizando as ações. Os agentes comunitários de saúde podem ser encontrados em duas situações distintas em relação à rede do Sistema Único de Saúde: ligados a uma unidade básica de saúde ainda não organizada na lógica da Saúde da Família e/ou ligados a uma unidade básica de Saúde da Família, como membro da equipe multiprofissional. Atualmente, encontram-se em atividade no país 204 mil agentes, estando presentes tanto em comunidades rurais e periferias urbanas quanto em municípios altamente urbanizados e industrializados. [Fonte: site oficial do Ministério da Saúde - <http://portal.saude.gov.br>. Acesso em 04 de maio de 2006].

<sup>10</sup> Criado e coordenado, desde 2002, pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Lídia M. Vianna Possas, o Grupo de Pesquisa, registrado no programa do CNPq a partir de 2004, 'Cultura e Gênero' encerrou em 2006 seu Módulo VII, intitulado 'Representações e Multiplicidades'. Em consonância com a linha de pesquisa apresentada pelo grupo de Trabalho 'Gênero na contemporaneidade' da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Ciências Sociais) e inserido na linha de pesquisa 'Identidade, Cultura e Memória' do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP, Campus de Marília, para o ano de 2007 criaremos o Laboratório de Estudos de Gênero da supracitada instituição, buscando articular parte dos

seminários e reuniões de trabalho e de estudos, além de subsidiar teoricamente o projeto supracitado, permitiram-nos refletir e problematizar sobre outras questões, distintas das inicialmente previstas pelo trabalho junto ao G.U.T.O. A partir de nossas discussões sobre conceitos como História, Cultura, Memória e Gênero, foi-nos possível ampliar nosso *olhar* investigativo, atentando para outros problemas, suscitados em nossa convivência com as mulheres das comunidades observadas. A nova investigação resultou, inicialmente<sup>11</sup>, no projeto de pesquisa aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, linha de pesquisa nº 2, intitulada *Identidade, Cultura e Memória*, que estuda a construção de identidades de diferentes grupos sociais através de suas trajetórias e memórias.

Dessa forma, ainda que nossa preocupação com o tema tenha correspondência com experiências profissionais passadas, em particular com nossa efetiva participação junto ao projeto G.U.T.O., uma nova pesquisa surgiu, de objeto, objetivos e abordagem diferenciados. Assim, mais uma vez, trata-se de contar uma história bastante específica – alguns chamariam de uma *micro-história*<sup>12</sup> – das 64 mulheres membros do *Centro*

---

estudos e pesquisas de gênero realizados no país e configurando um pequeno panorama das principais questões teórico-metodológicas, políticas e sociais que aí vem sendo tratadas. Para maiores informações sobre o grupo: <http://br.groups.yahoo.com/group/culturaegenero/>.

<sup>11</sup> Inicialmente, sim, uma vez que o próprio projeto de mestrado sofreu modificações durante a execução de sua pesquisa. Verificou-se a impossibilidade, em relação ao período de tempo que é estabelecido pelo Programa, em dar conta de uma análise que abrangesse o cotidiano de mais de um centro comunitário da cidade. Optando pelo bom senso e pela seriedade da investigação, dedicamo-nos à análise de apenas uma entidade em particular, pertencente ao maior bairro do município – e cuja significativa história, que colabora para justificar sua escolha, poderá ser verificada no Capítulo 2.

<sup>12</sup> *Micro-história*, também conhecida por *nova história cultural*, é uma das proposições de [análise histórica](#) surgidas a partir dos debates relacionados com os rumos que a chamada [Escola dos Annales](#) deveria tomar. Suas proposições metodológicas baseiam-se no recorte temático em um assunto bastante específico. [Giovanni Levi](#), um dos mais conhecidos historiadores desta perspectiva, defende que a micro-história deveria servir como um *zoom* em uma [fotografia](#). O pesquisador observaria um pequeno espaço bastante ampliado, mas, ao mesmo tempo, tendo-se em conta o restante da fotografia, apesar de não estar ampliada. [LEVI, 1992, p. 135-136].

*Comunitário Nova Marília*, a serem apresentadas aqui com todas as individualidades de direito aos sujeitos históricos, de modo a evitar idealidades e estereótipos que nos impeçam de *olhar* sua inserção possível nesse vasto sistema de vizinhança, de vislumbrar suas situações de vida em um amplo esquema de relações de poder desta conjuntura histórica específica.

Nesse sentido, a pesquisa aborda os vários aspectos da história cotidiana dessas mulheres, como a sua condição social e, em relação a isso, sua sobrevivência advinda do trabalho informal, como os das oficinas de costura, de culinária e de artesanato, seu estado civil, sua ascendência, seus níveis educacionais, cada dimensão de suas vidas que possa nos trazer à tona a importância dessas mulheres frente ao processo de construção do bairro Nova Marília, frente ao progresso da cidade, frente ao significativo período histórico – nacional e mundial – composto pelas décadas de 1980 e 1990, recorte temporal estabelecido por nossa pesquisa<sup>13</sup>.

Vale ressaltar que o destaque dado ao Centro Comunitário do bairro justifica-se por ser a principal entidade de acesso à estrutura de poder que tais mulheres oficialmente têm. É através desse centro (fundada por elas em 1984, como se verá no Capítulo 3) que conseguem manter as oficinas que, quando não representam todo o sustento de suas casas, têm significativa participação financeira para o mesmo fim. Também é a instituição o principal meio de se fazer reivindicações políticas, já que o lugar é frequentemente visitado por candidatos e políticos locais, que ali se apresentam durante campanhas ou vêm prestar contas de seus mandatos. Por fim, é o Centro Comunitário seu ponto de encontro por excelência; é ali que elas trabalham, fazem suas festas, rezam seus cultos, promovem campanhas de benfeitoria pública e, por vezes, durante esse processo chamado *vida*, conquistam alguns direitos.

---

<sup>13</sup> O período de tempo estabelecido para nossa análise abrange desde a fundação do bairro, em 1980 – como se verá no Capítulo 2 – até o encerramento de nossa participação no projeto GUTO.

Conquistas e retrocessos, aliás, uma vez que a história dessa luta, sendo concreta e não fictícia, apresenta também as formas como as próprias mulheres incorporam regras e modelos, tidos como *naturais* e perpetuados através de questões culturais e educacionais repassadas por gerações, que as mantêm presas a espaços e papéis sacralizados.

Apesar de tratar-se de uma análise de uma realidade singular, cuja história não é, ao menos não de forma imediata, definida pelos grandes eventos políticos ou pelos marcos das reformas institucionais, cujo tempo é marcado por outros ritmos que não os estabelecidos pelos acontecimentos amplos, seja como for, a essa realidade sobrepõem-se outras, múltiplas. Como nos diz Mary Del Priore,

A história das mulheres é relacional, inclui tudo o que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas. [...] Trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, o grupo e o fato, mostrando como o ser social, que ela é, articula-se com o fato social que ela também fabrica e do qual faz parte integrante [2000, p. 06].

Nesse sentido, a utilização do Gênero enquanto categoria de análise nos pareceu o melhor caminho a ser trilhado, levando-se em consideração nossos objetivos. Em outras palavras, a reconstrução dos papéis sociais como mediações que possibilitem sua integração na globalidade do processo histórico – um *olhar* permitido pela análise de Gênero, ao menos nos termos como o entendemos aqui e que será explicitado no Capítulo 1 – parece um modo promissor de lutar contra os padrões e estereótipos.

Portanto, para além das críticas aos estudos de Gênero, muitas feitas pelos próprios pesquisadores da área, a categoria subsidia, teórica e metodologicamente, nossa investigação, sendo aqui compreendida como um conceito que rompe com o determinismo biológico e afirma a historicidade das distinções sociais entre os sexos, nega a crença em categorias binárias universais e compreende a idéia de que não é possível uma análise do feminino em um universo exclusivamente feminino, pois este

só se define em relação ao masculino e vice-versa. Contudo, visamos sempre ultrapassar o uso descritivo da categoria – no qual o conceito é apenas mais um associado aos estudos relativos às mulheres – buscando sua força de análise, capaz de questionar e, através da conseqüente reflexão à qual todo questionamento sério resulta, transformar paradigmas históricos.

Vale ressaltar, ainda, que a proposta metodológica adotada por nossa pesquisa foi a do estudo de caso histórico-antropológico, de abordagem etnográfica. Por esta escolha, enveredamos pelo caminho da interdisciplinaridade – complexo e profundamente instigante – buscando abrigo e diálogo com a História, a Antropologia e a Sociologia. Na Antropologia, buscamos o conceito de cultura e o entendimento da etnografia, baseada na *descrição densa* proposta por Clifford Geertz, em seu clássico livro, *A Interpretação das Culturas* (1978). Torna-se necessário explicitar, como faz o autor, que a densidade da descrição não se refere a uma descrição *materialmente* densa e, sim, a uma descrição *semanticamente* densa. Para Geertz, a densidade da descrição está na capacidade do pesquisador *ler* o conteúdo simbólico de uma ação, interpretando-a em busca do significado.

O diálogo interdisciplinar forneceu elementos que ampliaram o universo de análise e compreensão dos diferentes contextos que envolvem a relação entre as mulheres, o bairro e a construção de um cotidiano plenamente rico em cidadania, auxiliando a busca por uma leitura *densa* do significado do feminismo para as mulheres pesquisadas e as possibilidades de diálogo entre elas e o exercício do poder.

Mantendo a consciência dos limites desta pesquisa, optou-se pela *observação participante* como procedimento metodológico principal, priorizando a apreciação qualitativa dos dados. Esta metodologia permitiu estabelecer o necessário diálogo entre presente e passado, e construir uma análise ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica. Os

acontecimentos foram observados, confrontados e interpretados em suas relações, expressões e manifestações no cotidiano do Centro Comunitário, procedimento este que permitiu perceber como diferentes expressões culturais interagem no dia-a-dia da vida de seus membros – em particular, das mulheres que o freqüentam – e demarcam a identidade de gênero de seus sujeitos.

A observação ocorreu em diferentes espaços e situações: postos de saúde, oficinas coletivas de costura, culinária e artesanato, igrejas, salão de baile, residências e mesmo no espaço público composto pelas ruas e calçadas do supracitado bairro. Foram utilizadas diferentes técnicas de levantamento de dados e de conhecimento dos sujeitos da pesquisa, entre eles, principalmente, entrevistas informais, diário de campo e longas conversas com as mulheres e homens que compõem o Centro Comunitário.

Assim, no Capítulo 1 detemo-nos em tentar esclarecer, de forma um pouco mais aprofundada, os pressupostos teórico-metodológicos de nossa pesquisa, com ênfase, como já dissemos anteriormente, na categoria de análise *gênero* e nas tentativas de se fazer uma *descrição densa*.

No Capítulo 2, procuramos apresentar nosso objeto de estudo em diversas de suas dimensões analisadas, de modo a estabelecer concretamente quem são as mulheres que ajudaram a fundar o *Centro Comunitário Nova Marília*, da zona sul da cidade de mesmo nome. Denotando a importância da contextualização do objeto dentro do processo histórico em que se insere, adentramos na história da construção do bairro, um projeto que, por sua vez, foi parte de uma resposta do município ao processo de *redemocratização* pelo qual passava o país durante os anos de 1980 e 1990, ou seja, inserido em uma conjuntura mundial de fim-de-século. Entendemos que é de fundamental importância que não falte à pesquisa tal vinculação com seu contexto histórico específico, já que se trata de condição inexorável para mostrar as mulheres

como seres sociais, que integram determinado sistema de poder, bem como redes de dominação, laços de vizinhança e de solidariedade, entre outros.

No Capítulo 3, expandimos nosso conhecimento acerca do cotidiano das mulheres que compõem nosso objeto de estudo, buscando realizar um trabalho etnográfico do que foi observado, nos moldes da *descrição densa* geertziana, procurando fazer tessituras com as categorias e conceitos por nós aqui utilizados. Assim, tentamos evidenciar como entendemos a luta diária desses sujeitos a partir de uma abordagem de Gênero, evitando a tendência em definir, em termos funcionalistas, o universo feminino como o reverso, o outro de uma cultura propriamente masculina, mas apresentando a história de sujeitos em todas as suas complexidades, desvendando sua presença marcante em espaços não prescritos, mas conquistados. Trata-se de captar os papéis propriamente históricos das mulheres, presentes nas tensões, mediações e relações sociais que integram o cotidiano e podem ser resgatados das entrelinhas, das fissuras do sistema social em que este se insere. Isso requer leitura e análise pacientes, para desvendar, de forma criteriosa, as informações esparsas, casuais, intencionalmente (ou não) esquecidas, presentes nos relatos dos sujeitos e na própria observação de seu dia-a-dia.

No Capítulo 4, desenvolvemos a idéia central de nossa hipótese, qual seja, a partir da observação e da análise da rotina cotidiana dessas mulheres, na improvisação de papéis informais, na potencialidade latente de conflitos e confrontos e, conseqüentemente, na multiplicação das formas de resistência e luta, é possível perceber a ascensão de um fenômeno positivo: um *movimento feminino*, se assim o podemos chamar, que mostra que, de receptoras de benefícios, as mulheres têm se colocado na posição de conquistar e promover justiça social. Um movimento cuja preocupação não se restringe à luta pelo reconhecimento formal dos direitos das mulheres – embora isso

não seja menos importante – mas que, através de ações efetivas, buscam articular responsabilidades e privilégios coletivos. Nesse sentido, faz-se também necessário aprofundar-nos nos discursos que traduzem as relações e representações dominantes das diferenças entre os sexos – representações estas, como afirmamos anteriormente, incorporadas pelas mulheres, via de regra – bem como entender as formas como tais sujeitos femininos transitam e reagem dentro desta esfera específica. Auxiliando-nos neste desafio, trabalhamos com o conceito de *violência simbólica*, desenvolvido por Pierre Bourdieu, junto do qual é possível apurar o *olhar* em relação às práticas cotidianas de resistência de tais sujeitos, mediante o modelo normatizador ao qual submetem-se e são submetidos.

Para finalizar, talvez seja interessante explicitar, mais uma vez, nossa utilização da expressão *olhar* – que intitula nossos capítulos e alguns subitens, como poderá ser verificado adiante. Para fazer entender o uso do termo aqui, remetemo-nos à forma – embora não tão brilhante, obviamente – como foi compreendido pelo filósofo francês Jean-Paul Sartre, em seu livro, *O ser e o nada*. Para Sartre, o olhar não é neutro, mas, ao contrário, está sempre avaliando e atribuindo julgamentos de valores que são, ao mesmo tempo, verdadeiros e falsos e, por isso, os outros nos constituem através de seu olhar. Em contrapartida, nos também constituímos o outro através de nosso olhar. Como nos coloca o próprio autor:

O olhar é, primeiramente, um intermediário que me remete a mim mesmo. Basta que o outro me olhe para que eu seja o que sou; ele me constitui através do olhar. Um olhar que me objetiviza e faz com que eu deixe de ser possuído pelo mundo; o fundamento da relação com o outro é o conflito. Olhando-me, o outro me julga, faz de mim objeto de seu pensamento. Eu dependo dele. Passo a estar em perigo e esse perigo é a estrutura permanente de meu ser para o outro. De certa forma, eu poderia gozar dessa escravidão sob o olhar do outro, pois se perco minha liberdade, perco, conseqüentemente, minhas responsabilidades, porém, isso não passa de uma ilusão, porque minha redução ao estado de objeto não me permite escapar à minha posição de sujeito e, ainda, solicita esta posição, pois da mesma forma que sou olhado, também olho. [SARTRE, 1997, p. 295-302].

Assim, de acordo com Sartre, o outro nos obriga a ver-nos através de seu pensamento como nós, reciprocamente, o obrigamos a se ver através do nosso. Nós dependemos do outro que depende de nós. E foi justamente esse *ciclo vicioso* que compõe a construção de nossas subjetividades, essa *corrente* que prende a todos nós, seres humanos, uns aos outros que, de certa forma, inspirou nossa pesquisa.

Destarte, quando *olhamos* essas mulheres, buscamos mais do que descrever e analisar o seu cotidiano, do que registrar sua história de vida; buscamos também uma definição própria, uma definição que nos é dada justamente pelo nosso *objeto de estudo*, do que é *ser mulher*.

## 1. CAPÍTULO

*O olhar da diferença: definindo os caminhos metodológicos da pesquisa.*

Sejamos um bom artesão: evitemos qualquer norma de procedimento rígida. Acima de tudo, busquemos desenvolver e usar nossa imaginação sociológica. Evitemos o fetichismo do método e da técnica. É imperiosa a reabilitação do artesão intelectual desprezioso e devemos tentar ser, nós mesmos, este artesão. Que cada homem seja seu próprio metodologista; que cada homem seja seu próprio técnico; que a teoria e o método se tornem novamente parte da prática de um artesanato (...) Sejamos a mente que enfrenta, por si mesma, os problemas do homem e da sociedade.  
[Mills, 1980, p. 240].

Como já foi dito anteriormente, esse capítulo dedica-se a um aprofundamento dos conceitos centrais que subsidiam, teórica e metodologicamente, a presente pesquisa, quais sejam, a categoria *Gênero* e o apurado trabalho etnográfico de Geertz, por ele denominado de *descrição densa*.

Estudos de gênero rompem posições normativas que são demonstradas como se fossem produto de um consenso, como se os conflitos não existissem na vida real. Para Bidegain (1996), a utilização de categorias de análises permitiria entender a contradição histórica entre a vida cotidiana e a moral dominante defendida pelas instituições e organizações sociais, tão característica das nossas sociedades latino-americanas, por exemplo. Dessa forma, vários estudos têm se baseado no referencial teórico de gênero, na tentativa de reconstruir o histórico da atuação feminina nos mais diferentes contextos e esferas sociais. E é neste sentido que nossa pesquisa, que enfoca o cotidiano, adota o gênero como categoria histórica e analítica: em busca da possibilidade de desvendar papéis informais e identidades dos sujeitos *escondidos* na concretude do dia-a-dia.

Justamente por tratar-se de uma investigação que aborda a *vida real*, ainda que bastante específica e singular, situada em um microespaço – mas contextualizada com o mundo ao seu redor – que a pesquisa de campo, livremente inspirada no que Geertz

(1978) denominou de *descrição densa*, foi oportunamente aplicada aqui. Trata-se de fazer etnografia, sim, mas interpretando, sempre, os sentidos socialmente atribuídos às ações em contextos específicos. Os cuidados na análise do material etnográfico e a elaboração de um texto não repousam em nossa capacidade de captar os fatos ocorridos em campo, mas na interpretação que a eles damos e na forma que encontramos para reduzir a sensação de *estranhamento* que um universo diferente do habitual geralmente provoca.

1. 1. *O olhar relacional: o Gênero condiciona nossa análise.*

O termo Gênero, introduzido pelas intelectuais feministas no início da década de 1980 – uma vez que, ainda nos anos setenta, não havia instrumentos metodológicos para dar conta da emergência das mulheres enquanto sujeitos sociais, históricos e econômicos (MATOS, 2000) – converteu-se em categoria de análise pelas ciências humanas no mesmo período, muito por conta, por um lado, da crise que afetou os paradigmas tradicionais<sup>14</sup> de construção do conhecimento e, por outro, da necessária emergência de novas abordagens teórico-metodológicas, novos elementos e postulados de investigação científica, apontados pelas mais diversas áreas, como a História, a Sociologia, a Psicanálise, a Lingüística (MACHADO, 1998). Inicialmente usado para expor a discriminação histórica sofrida pelas mulheres em todos os níveis – uma fase caracterizada, especialmente, por estar vinculada a certa obsessão das feministas da época pela denúncia – contudo, ao conceito, logo procurou-se estabelecer um aprimoramento metodológico que permitisse a recuperação dos mecanismos das relações sociais entre os sexos e as contribuições de cada qual ao processo histórico, na tentativa, assim, de abrir-se a possibilidade de recobramos a experiência coletiva de homens e mulheres no passado, em toda a sua complexidade.

[...] Substituindo categorias tais como *sexo* ou *diferença sexual*, às quais contestava o determinismo biológico e o uso auto-explicativo, a noção de gênero chamou a atenção para a construção social das categorias de sexo, para as relações sexuais que tornam os seres de sexo masculino e feminino em homens e mulheres numa sociedade dada. Partindo do valor evocativo das metáforas que desde os tempos antigos se serviam do gênero das palavras para lembrar traços e distinções sociais, o novo emprego deste termo desviou-se da função metafórica para fazer da *diferença entre os sexos* um objeto da sociedade que deve ser decifrado, um objeto de questionamento necessário ao estudo do social, do histórico, do político [VARIKAS, 1999, p. 17].

---

<sup>14</sup> Crise que atingiu, particularmente, a tradição marxista, vítima de descrenças e críticas produzidas pela ruína da potência soviética e pela queda do muro de Berlim, quando, então, proclamou-se pelo mundo a suposta morte das ideologias socialistas. (IANNI, 1995).

A emergência do gênero enquanto categoria de análise, portanto, foi recente e surgiu como uma tentativa de estabelecer compreensões teóricas acerca dos questionamentos que emergiram na esteira das práticas políticas que marcam o percurso de alguns movimentos sociais, sobretudo, o feminista. Estes movimentos trouxeram à cena um amplo espectro de interrogações e debates sobre posturas e comportamentos que, tradicionalmente, vinham sendo adotados como explicações *naturais* para atitudes discricionárias, procedimentos discriminadores e políticas e práticas de dominação e submissão (NETO, 2001).

Ao criarem um instrumental teórico que possibilitava, ao mesmo tempo, a análise do global e a retenção de singularidades, presentes na vida cotidiana, os estudos de gênero, ao revelarem

um universo de tensões e movimentos com toda uma potencialidade de confrontos, deixando entrever um mundo no qual se multiplicam formas peculiares de integração-diferenciação, permanência-transformação, em que a mudança não está excluída, mas sim vivificada de diferentes formas [MATOS, 2000, p. 25],

ao mesmo tempo em que destacaram o papel feminino na história da condição humana do século XX, finalidade primeira pela qual a categoria foi criada, também deram conta da existência da opressão de diversas naturezas colocadas pela história, abrindo campo para a análise de modos de vida e expressões culturais, de relações familiares, étnicas e de amizade entre mulheres, entre mulheres e homens, entre etnias, entre gerações, da construção de laços de solidariedade, das formas de comunicação e de perpetuação das tradições, das lutas até então marginalizadas nos estudos históricos (MATOS, 2000).

Por tudo isso, podemos ousar dizer que a categoria gênero veio acrescentar e complementar a categoria *classe social*, criada por Marx em meados do século XIX. Com a introdução do conceito *classe*, uma legião de *oprimidos* emergiram para as

análises das Ciências Sociais. Contudo, os estudos de gênero permitem trazer à luz da história uma multidão de *oprimidos dentro da hierarquia dos oprimidos*, abrindo espaço para a descoberta de relações de poder não mais restritas apenas a *homem x capital*. (MURARO; PUPPIN, 2001).

Verificamos, assim, que o gênero, inicialmente criado para analisar as desigualdades entre os sexos, pôde estender-se para a questão das diferenças dentro da diferença, o que contribuiu para a emergência de alegações desafiadoras do sentido uniforme da classe denominada *as mulheres* (COSTA, S., 2003).

Na verdade, o termo *mulheres* dificilmente poderia ser usado sem modificação: mulheres de cor, mulheres judias, mulheres lésbicas, mulheres trabalhadoras, pobres, mães, solteiras, foram apenas algumas das categorias introduzidas. Todas desafiavam a hegemonia heterossexual da classe média branca do termo *mulheres* argumentando que as diferenças fundamentais da experiência tornaram impossível reivindicar uma identidade isolada. A fragmentação de uma idéia universal de *mulheres* por raça, etnia, classe e sexualidade estava associada a diferenças sérias no interior do movimento das mulheres sobre questões que variavam desde a Palestina até à pornografia. As diferenças cada vez mais visíveis e veementes entre as mulheres questionavam a possibilidade de uma política unificada e sugeriam que os interesses das mulheres não eram auto-evidentes, mas uma questão de disputa e de discussão. [SCOTT, 1990, p. 14].

O larguear dessa visão introduziu no debate histórico a complexidade das relações sociais entre os sexos, mostrando que a dicotomia masculino/ feminino, dominador (macho) *versus* dominada (fêmea) não tem sustentação quando se abre a perspectiva da análise relacional que assumem decisiva relevância no processo de construção de gênero (NETO, 2001). Uma construção que, alicerçada em bases sociais, culturais, econômicas, psicológicas, traz para a discussão um aspecto relevante: a definição de gênero enquanto *representação*.

Para Laurentis (1994), o termo gênero é uma representação não apenas no sentido de que cada palavra, cada signo representa seu referente, seja um animal, uma coisa, mas também por *representar uma relação* de pertencer a uma classe (não no sentido marxista), a um grupo, a uma categoria. O gênero constrói uma relação de

pertencimento, uma relação social, não podendo ser entendido como sexo, como a condição natural das pessoas, e, sim, “como a representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição 'conceitual' e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos” (LAURENTIS, 1994, p. 210).

Seguindo sua argumentação, Laurentis (1994, p. 214) adianta que

se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais. Assim, a proposição de que a representação de gênero é a sua construção, sendo cada termo a um tempo o produto e o processo do outro, pode ser reexpressa com mais exatidão: ‘A construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação’.

A construção de gênero nos dias atuais, na mesma medida de tempos passados, se dá não apenas nos meios de comunicação, nos tribunais, na família, no sistema escolar público e privado; ela se faz, embora de maneira *sub-reptícia*, “na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo, de forma bastante marcada, no feminismo” (LAURENTIS, 1994, p. 223), não só produzindo, promovendo e implantando, através dos discursos institucionais e das várias tecnologias do gênero, mas inscritos em práticas micro-políticas, construindo espaços de resistências, na subjetividade e na auto-representação. Por mais contraditória e paradoxal que se apresente, a construção do gênero, no argumento de Laurentis (1994), se faz por meio de sua desconstrução, ou seja, através de qualquer discurso, seja ele feminista ou não, mas que entenda o gênero apenas como *uma representação ideológica falsa*. Assim posto, o gênero não é somente a consequência, o resultado da representação, mas também o seu excesso, aquilo que fica fora ou nas entrelinhas do discurso.

O gênero, como define Scott (1992), deve ser utilizado e apreendido como um suplemento que desafia e desestabiliza as premissas teóricas postas sem, entretanto,

oferecer ou se propor ser a síntese, ou uma resolução fácil da complexidade que permeia e perpassa as relações sociais entre os sexos. “É algo adicionado, extra, supérfluo, acima e além do que já está inteiramente presente; e também uma substituição para o que está ausente, incompleto, carente, por isso requerendo complementação ou integralidade” (SCOTT, 1992, p. 73).

Trata-se de *olhar* os espaços sociais encravados nos intervalos das instituições, nas brechas dos elementos do binômio do discurso poder/ conhecimento. São nestes espaços que se procede a construção diferente de gênero, que se afirma em termos da subjetividade e da auto-representação, e se manifesta

nas práticas micro-políticas da vida diária e das resistências cotidianas que proporcionam agenciamento e fontes de poder ou investimento de poder; e nas produções culturais das mulheres, feministas, que inscrevem o movimento dentro e fora da ideologia, cruzando e recruzando as fronteiras - e os limites - da(s) diferença(s) sexual(ais) [LAURENTIS, 1994, p. 223].

Entretanto, apesar das inúmeras possibilidades de análise que o conceito permitiu, o uso do gênero como categoria de análise das relações sociais entre os sexos não tem recebido uma aceitação unânime ou consensual (MORAES, 1998). Alguns críticos advertem para o fato dos estudos de gênero serem apontados como sinônimos de *estudos de mulher*, perdendo sua potencialidade relacional que abrangeria as relações sociais instituidoras do masculino e do feminino (PERROT, 1995; SOIHET, 1998). Outros ressaltam que o gênero vem sendo empregado, por outro lado, como *estudos de masculinidade*, com o perigo de tornar-se um campo especializado e específico de análise e interpretação, negligenciando novamente o caráter relacional que os estudos de gênero devem preservar (PISCITELLI, 1998). Por fim, outros teóricos defendem que o conceito de gênero não dá conta da compreensão da dominação masculina, apreendida como *dominação simbólica* (BOURDIEU, 2002), ou seja, instituída nas relações sociais entre os sexos, naturalizando nos dominados a aceitação da dominação.

A confusão estabelecida entre gênero como sinônimo de estudos sobre a mulher se situa no momento em que ocorreu a separação entre política e teoria, ou seja, entre o feminismo enquanto prática política concreta e o gênero como a tentativa de sistematizar e teorizar esta prática. Feministas militantes, mas ausentes das universidades, apontavam o gênero como uma forma *ideologicamente neutra* de tratar os estudos sobre a mulher, retirando destes a capacidade de transformação emprestados pela ação política, defendendo um retorno aos estudos sobre a mulher como forma de restabelecer a necessária relação entre a prática política e o pensar desta prática (NETO, 2001). O retorno à categoria *mulher* como referencial de análise das relações sociais entre os sexos se justifica através da aceitação desta *mulher* como uma entidade histórica e social multifacetada, construída na prática e nos discursos que a legitimam e consubstanciam (NETO, 2001). Segundo Costa, C. (1998, p. 134),

Quando peço um retorno à noção de mulher como categoria política [em vez do conceito de gênero transformado em masculinidade] quero simplesmente lembrar o fato de que a *mulher* é uma categoria heterogênea, construída historicamente por discursos e práticas variadas, sobre os quais repousa o movimento feminista. Dependendo do conteúdo conjuntural e das exigências políticas, esta categoria é usada para articular as mulheres politicamente. Contudo, ela possui diferentes temporalidades e densidades, existindo em relação a outras categorias igualmente instáveis. [...] a história e o significado de uma categoria deve ser entendida à luz das histórias e significados de outras categorias da identidade [classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade, etc].

Outro aspecto que vem ganhando tons de polêmica quanto ao uso do gênero como categoria de análise refere-se à sua utilização nos estudos de masculinidade, marcados por uma visão essencialista e parcial. O risco dos estudos de gênero voltarem-se para a temática da masculinidade, adverte Piscitelli (1998), prende-se ao fato da vinculação de *masculinidade* com *homem* cair no terreno – caminho já trilhado pelo feminismo – da *essencialidade de uma natureza masculina*. O que, neste caso, seria mais perigoso por ser encarada como *dominante*. Segundo a autora, sobretudo as revisões antropológicas sobre masculinidade apontam a tendência de “identificar

masculinidade com homens: com qualquer coisa que os homens pensem e façam; qualquer coisa que pensem e façam para serem homens ou com qualquer coisa que as mulheres não sejam” (PISCITELLI, 1998, p. 149).

A saída para esta encruzilhada metodológica, ainda segundo Piscitelli (1998), seria encarar os estudos de gênero como um campo complexo e grávido de possibilidades de exploração tanto das construções de masculinidade quanto as de feminilidade, percebendo como essas construções são utilizadas como operadores metafóricos para o poder e a diferenciação em diversos aspectos do social.

Em uma outra perspectiva crítica acerca das análises de gênero, temos a vertente teórica que explica as relações sociais entre os sexos como decorrentes da *dominação masculina* situada no campo da *dominação simbólica*. O principal defensor desta corrente é o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2002) para quem a dominação masculina se legitima numa sociedade que se constitui, em todos os momentos históricos, na perspectiva androcêntrica que dispensa qualquer estratégia de justificação. Tomando como referencial de análise a sociedade cabila (colônia argelina na França), Bourdieu (2002) estende a explicação da dominação masculina a todas as formações sociais, ao destacar que

a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e a parte feminina, como o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos [BOURDIEU, 2002, p. 86].

Esta *dominação simbólica*, destaca Bourdieu (1989), para se tornar operante, pressupõe não somente sua aceitação, mas ainda sua ‘naturalização’, por parte de

dominantes e dominados. Enfatiza ainda que a dominação masculina centrada na dominação simbólica é o princípio que legitima as demais formas de dominação/submissão, exercitadas de maneiras singulares e múltiplas e, sendo diferentes em suas formas segundo a posição social, geográfica, étnica, de gênero, se homogeneiza separando e unindo, em cada universo social, homens e mulheres, mantendo entre eles, uma mística linha de demarcação.

A dominação simbólica explicando, em última instância, a dominação masculina presente em todas as sociedades marcadas pela composição androcêntrica, finaliza Bourdieu (2002), somente abre possibilidades de transformação quando os dominados se apercebem de que eles, tais como a dominação que os constituiu, contribuem para sua dominação.

Por em foco os efeitos que a dominação masculina exerce sobre os habitus masculinos não é, como alguns poderão crer, tentar desculpar os homens. É mostrar que o esforço no sentido de libertar as mulheres da dominação, isto é, das estruturas objetivas e incorporadas que se lhes impõe, não pode se dar sem um esforço paralelo no sentido de liberar os homens dessas mesmas estruturas que fazem com que eles contribuam para impô-la [BOUDIEU, 2002, p. 113].

Scott (1992) concorda com a posição de Bourdieu de que a história das mulheres, enquanto parcela considerada diferente, é parte da história da dominação masculina, porque são os homens que formulam as regras, que organizam a sociedade, que estabelecem os territórios e fronteiras. Contudo, adverte para a necessidade de se considerar a existência de uma história a ser escrita, que aborde a noção de dominação, de poder desigual. Uma história que, reconhecendo a autenticidade das estruturas sociais na construção das relações homem/mulher e da idéia de mulher, também considere que a subjetividade - não vista como essencialista, ou inerente à natureza feminina, mas criada para as mulheres em um contexto específico da história, da cultura, da política - e a criação do sujeito são algo mais complexo que a dominação. E

é justamente a definição de Joan Scott (1990) para o conceito sobre a qual apoiamos nossa investigação: uma categoria de análise que rompe com o determinismo biológico e afirma a historicidade das distinções sociais entre os sexos, nega a crença em categorias binárias universais e compreende a idéia de que não é possível uma análise do feminino em um universo exclusivamente feminino, pois este só se define em relação ao masculino e vice-versa.

Foi precisamente por ampliar o objeto do conhecimento histórico, trazendo à luz da História novos sujeitos; por desnaturalizar as identidades sexuais, entendendo-as enquanto construções históricas que envolvem relações de poder, presentes não somente no masculino, mas numa teia de processos que implica em ações que constroem, disciplinam, escondem, negociam e resistem; por postular uma dimensão relacional da realidade, impossibilitando uma análise generalizante e essencialista das categorias socialmente construídas da mulher e do homem; por todo esse potencial teórico e metodológico, o Gênero subsidia o *olhar* da presente investigação.

1.. 2. *O olhar antropológico: as tentativas de se fazer uma descrição densa.*

Como já foi dito anteriormente, uma das finalidades principais dessa pesquisa é a análise dos discursos e das práticas que emergem do cotidiano do *Centro Comunitário Nova Marília*, enfatizando as questões relacionadas às mulheres que compõem seu corpo de fundadores/ participantes. Para conhecer esse universo específico, nós nos dedicamos ao trabalho de campo, o que em Antropologia significa pesquisa qualitativa, observação e investigação. Contudo, para além de fazermos um registro de acontecimentos e impressões, de relatarmos como a pesquisa de campo foi realizada, de deter-nos na experiência de estar com as mulheres que constituem nosso objeto de estudo, de conversar com elas, entrevistá-las, aprender mais sobre seu modo de vida, para além de tudo isso, foi nossa intenção ainda realizar, em relação a esse universo singular, o que Clifford Geertz denominou de *descrição densa*.

No final do século XX e início do século XXI, surgiram muitas críticas ao conceito de cultura dentro das Ciências Sociais e, especificamente, dentro da Antropologia. Afirmava-se sua ineficácia, e mesmo seu fim, para o estudo das sociedades e dos indivíduos diante da vida moderna global (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988). Porém, alguns autores, como Geertz, fizeram a sua defesa. Para ele, tratava-se a cultura de um conceito fundamental para a reflexão sobre os homens e suas vidas, principalmente no estudo e pesquisa das sociedades contemporâneas e seus indivíduos. Sua obra *A interpretação das culturas* (1978) trouxe uma enorme contribuição metodológica para pensarmos as culturas, relativizando-as e generalizando seus aspectos, enquanto construções simbólicas do homem racional. Para decifrar a cultura é necessário, então, dar-se conta das peculiaridades e das diferenças que se tornam cada vez mais complexas e diversificadas na sociedade humana global

contemporânea. Busca-se, deste modo, as particularidades dentro de um mesmo processo cultural, através de tentativas de uma tradução das mensagens nelas contidas, ampliando as esferas metodológicas e teóricas para o seu estudo e compreensão como tensão e recriação social e cultural constante (LAPLANTINE, 1994).

Temos então que, com Geertz, o conceito de cultura recebe nova significação, tornando-se fundamental para o estudo do social. Embora todas as correntes dentro da antropologia moderna se empenhem num mesmo esforço interpretativo, Geertz se diferencia na medida em que, na busca do significado simbólico, adota as premissas demandadas pela hermenêutica<sup>15</sup>. Enquanto no estruturalismo, o símbolo é reduzido a um significado, porque pressupõe uma determinada estrutura econômica, de parentesco, entre outras, a antropologia interpretativa<sup>16</sup> de Geertz não aponta um significado e, sim, uma complexidade deles, numa ampla relativização de contextos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988).

---

<sup>15</sup> Hermenêutica é um ramo da [filosofia](#) que se debate com a [compreensão](#) humana e a [interpretação](#) de [textos](#) escritos. A palavra deriva do nome do deus [grego Hermes](#), o mensageiro dos deuses, a quem os gregos atribuíam a origem da [linguagem](#) e da [escrita](#) e consideravam o patrono da [comunicação](#) e do [entendimento](#) humano. A proposta hermenêutica de Geertz estaria próxima, talvez, de [Paul Ricoeur](#), para quem há uma diferença entre *interpretação* e *explicação* dentro das próprias ciências humanas. *Explicação* seria, por exemplo, a análise estrutural de um texto, através da qual o texto adquire um *sentido*, uma estrutura. Já a *interpretação* pressupõe um sujeito leitor, que se apropria do texto, o atualiza e o 'traduz', conferindo-lhe uma *significação* [ALBERTI, 1996].

<sup>16</sup> A Antropologia, enquanto *a reflexão do homem sobre o homem e sua sociedade* torna-se uma ciência com legitimidade entre outras disciplinas científicas, a partir do século XIX. Nesta época, a antropologia, chamada fundacional ou de gabinete, constituía-se em narrativas e descrições das grandes viagens européias, descobertas de outras sociedades e povos exóticos feitas pelos observadores (viajantes ou missionários) e analisadas pelos pesquisadores em seus gabinetes [LAPLANTINE, 1994]. No século XX, a antropologia passa a ser caracterizada pelo trabalho de campo, rompendo com os métodos ditos especulativos e dando início à antropologia denominada moderna. Na antropologia moderna, coexistem quatro correntes antropológicas: a racionalista, a estrutural-funcionalista, a culturalista e a interpretativa. A Antropologia Interpretativa, também chamada de Pós-moderna, tem em Geertz seu principal representante. Pautada no paradigma hermenêutico, apresenta-se como uma crítica às *antropologias tradicionais*, reconsiderando verdades que se acreditavam eternas. Nesse novo estilo de se fazer antropologia, a autoridade do investigador é colocada em questão, o saber é negociado entre pesquisador e o nativo, num processo de confrontação de horizontes. A intersubjetividade, a individualidade e a historicidade passam a ser exercitadas pelo pesquisador. [CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988].

Assim, a Antropologia chamada Pós-moderna se preocupa muito mais com os fundamentos do que com as técnicas. Na ótica de Geertz, não há uma receita para o diálogo na busca da compreensão de significados, comportamentos e ações do outro, o que, para o autor, seria pressupor um controle, um rigor ou uma preocupação com a objetividade.

Olhar as dimensões simbólicas da ação social [...] não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. A vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que os outros deram [...] e assim incluí-las no registro de consultas sobre o que o homem falou [GEERTZ, 1989, p. 163].

Nesse sentido, Geertz cunhou a expressão *descrição densa* para designar a prática em si da pesquisa antropológica, baseada, em geral, na etnografia. A descrição densa é um tipo de descrição de situações, em geral bastante cotidianas, em que estão em jogo os sentidos socialmente atribuídos às ações em contextos específicos. Por outro lado, esta atribuição deve ser alvo de algumas problematizações, pois as descrições implicam na produção de estratégias de leitura/ interpretação pelo pesquisador, na operação de cortes e na eleição de um sujeito ou de um grupo determinado (GEERTZ, 1978). Assim, para Geertz a etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas, antes, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Nesta perspectiva, o processo de pesquisa será determinado explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador.

De outra forma, o que antes era visto como o objeto de pesquisa torna-se agora seu sujeito, imprescindível no ato de *fazer sentido* das contradições sociais. Assim, o sujeito, historicamente fazedor da ação social, contribui para significar o universo

pesquisado, exigindo uma constante reflexão e reestruturação do processo de questionamento do pesquisador.

A etnografia estuda preponderantemente os padrões mais previsíveis do pensamento e comportamento humanos, manifestos em sua rotina diária. Estuda ainda os fatos e/ou eventos menos previsíveis ou manifestados particularmente em determinado contexto interativo entre as pessoas ou grupos. Em etnografia, observam-se os modos como esses grupos sociais conduzem suas vidas com o objetivo de *revelar* o significado cotidiano, nos quais as pessoas agem. O objetivo é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação, de forma que este seja o mais representativo possível do significado que as próprias pessoas pesquisadas dariam à mesma ação, evento ou situação interpretada (GEERTZ, 1978). Empreitada a qual constitui uma ironia em relação a este projeto intelectual que é a etnografia. O que o etnógrafo tenta fazer, continuamente, é falar sobre a organização da interação no contexto, de modo que esta fala seja significativa para os atores sociais que estamos investigando. “Falar com ele e não sobre eles”, como nos disse Paulo Freire (1983, p. 32), tarefa muito difícil, se não, quase impossível. Ao escrevermos uma narrativa, temos que colocar os atores como eles se apresentam *sob a perspectiva deles*. Para isso, é importante conhecer o significado local da ação. Ao tentarmos falar sobre o outro, de uma maneira que o ponto de vista dele seja considerado, estamos tocando num ponto frágil da utilização da abordagem etnográfica: a tentativa de fazer sentido, de registrar as formas de organização do outro de um modo que não seja comprometedor, não seja invasor, não seja discriminatório, não seja opressor, não seja excludente. A irônica dificuldade deste trabalho é que, *a priori*, nunca conseguiremos dar conta desta tarefa – descrever o outro sob o seu próprio ponto de vista. (LAPLANTINE, 1994).

Portanto, genericamente é frustrante e insatisfatório o trabalho de pesquisa etnográfica. Contudo, o reconhecimento deste dilema nos impulsiona na tentativa de, senão a superação deste desafio, ao menos tentar fazer o melhor possível.

## 2. CAPÍTULO

*O olhar do míope: as relações entre o micro e o macro.*

Ao olhar a árvore, pode se perder de vista a floresta.  
[Hegel]

Como já colocamos anteriormente, nossa investigação aborda os aspectos cotidianos das ações e interações que se multiplicam nos espaços das oficinas comunitárias do bairro Nova Marília, bairro popular da cidade de mesmo nome, situada no interior do Brasil, nação periférica – geográfica e economicamente – do mundo. Como se pode notar, trata-se mesmo de uma história situada dentro um microespaço, uma micro-história, como sugeriu Levi (1992), mas cuja contextualização a torna emblemática para as questões que suscitamos aqui.

Há muito a crise dos paradigmas históricos nos mostrou que a construção da História pelos sujeitos não ocorre somente nas grandes estruturas, nos macroespaços sociais considerados relevantes, todos eles definidos por conceitos tão abrangentes quanto pouco específicos – como os de Trabalho, Classe Social e Estado. A História, toda ela, mesmo quando envolve seus grandes acontecimentos, acontece no cotidiano, na rotina de uma guerra, de uma fábrica, de uma fazenda. E também aqui, nas oficinas de trabalho comunitário de uma cidade mediana do interior do Brasil, mais especificamente, no Estado de São Paulo, cuja análise das práticas observadas pode ser remetida aos grandes movimentos femininos, internacionais, de luta por melhores condições de vida e de reivindicação pelo direito de ser reconhecida como *sujeito-mulher*.

Como oportunamente nos coloca Possas (1999, p. 187-188),

ser mulher na grande diversidade cultural da sociedade brasileira não é apenas assumir a maternidade como uma alegoria feminina [...], nem mesmo o símbolo ideal como geradora de filhos para a pátria, nem a rainha submissa e domesticada no espaço hierarquizado do lar, ou ainda aquela ‘mulher mercadoria’, de acesso a todos os homens. É muito mais do que isso. Ser

mulher é uma identidade a ser (re)construída que exige um olhar crítico – a exemplo do olhar do míope machadiano – mais intencional, concentrado, que aperta os olhos para não dispersar e, assim, poder situá-la mais objetivamente, diante de si própria, das diferenças entre seu modo de ser na comunidade em que vive e, a partir dessa consciência, poder questionar a sua invisibilidade, a sua ausência de direitos e os papéis prescritos a que sempre foi destinada, buscando os fundamentos de sua própria existência.

É assim que, no capítulo que se segue, procuramos, *apertando os olhos* para dar conta de questões cotidianas dessa investigação tão específica, apresentar os *sujeitos-mulheres* de Nova Marília e sua rotina de trabalho. Aos poucos, vamos *afrouxando o olhar* para contextualizar esse dia-a-dia dentro do bairro que o abriga. Depois, mais um pouco, para entender a história da cidade que permitiu a construção do bairro e, conseqüentemente, o surgimento dessa comunidade. Tudo isso dentro de um recorte temporal – qual seja, entre as décadas finais do século XX (1980 e 1990) e meados do século XXI (até 2004) – que abarca o nascimento do bairro, origem que pode ser justificada, em parte, pelo período significativo por que passava o Brasil e também o mundo.

*Assim, de olho na árvore, sem perder de vista a floresta...*

## 2. 1. *Quem são elas?*

Desde 1980, quando o bairro Nova Marília foi inaugurado, 36 mulheres se destacaram no processo histórico de desenvolvimento do local, em sua luta cotidiana por melhores condições físicas – e, por que não dizer, *morais*, já que viver bem é um direito que transcende a materialidade – de habitação. A elas, juntar-se-iam ainda, no decorrer do tempo, outras 28 mulheres, parceiras nessa mesma luta. É a história dessa batalha e dessas batalhadoras que queremos contar.

Embora, em um primeiro momento, possamos formar uma idéia geral sobre nosso objeto de estudo – são mulheres moradoras de um bairro periférico do município, provenientes de classes economicamente desfavorecidas, com filhos, em sua maioria, chefes de família, que vivem precariamente de trabalhos informais e temporários – nossos objetivos aqui transcendem tal superficialidade. É nossa finalidade saber realmente *quem são* essas mulheres: Como vivem? Com quem? Em que trabalham? Tem filhos? São casadas? Qual seu nível de escolaridade?

Nesse sentido, procuramos dar conta de todas as dimensões – possíveis de observar e, no caso específico desse segmento, de quantificar – acerca da história das 64 mulheres que compõem o foco da presente investigação.

Naturalidade

Em relação às cidades natais das 64 mulheres por nós analisadas nesta investigação, temos:

Tabela 1

Cidades de origem das mulheres participantes do Centro Comunitário Nova Marília – 2004.

<i>Cidades</i>	<i>Nº de mulheres</i>	<i>%</i>
Alagoinha (PE)	1	1,6
Andaraí (BA)	2	3
Caetanos (BA)	1	1,6
Campinas (SP)	2	3
Erechim (RS)	1	1,6
Itabaiana (PE)	1	1,6
Marília e região (SP)	44	68,75
Salvador (BA)	4	6,25
São Paulo - capital	7	11
Rio de Janeiro - capital	1	1,6
<i>Total</i>	<i>64</i>	<i>100</i>

Podemos notar que a grande maioria das mulheres, foco de nossa pesquisa, são provenientes do próprio município de Marília (SP) – ou de pequenos distritos da região, como Lácio, Padre Nóbrega, Amadeu Amaral. Em relação a esse item, é interessante ressaltar que as mulheres naturais de cidades de outros estados – em particular, os do Nordeste – são justamente as mais idosas (entre 60 e 69 anos), que vieram para Marília, junto com suas famílias, durante as décadas de 1960 e 1970, para trabalhar nas lavouras de café e amendoim da região, bem como tentar funções junto às primeiras indústrias que surgiam na cidade, ainda ligadas ao setor agrícola – como poderá ser observado em

item posterior deste mesmo capítulo, que tratará particularmente sobre a história do município.

Aqui era só mato, só mato alto e uns cafezais bonitos. Já viu pé de café? É tão bonito... Mas o trabalho era duro. Mas era o que tinha pra fazer, o que a gente podia fazer, então, valia a pena.<sup>17</sup>

A gente ‘catava’ café durante o dia, a semana toda. No sábado e no domingo, se arrumava e ia para a estação de trem, passear de mãos dadas com as amigas e olhar os moços.<sup>18</sup>

Eu conheci a minha mulher, a Sônia, no cafezal. A gente trabalhava na Fazenda Palmital (zona norte da cidade). A vida era dura, dura mesmo. Só melhorou quando começaram a ‘abrir’ as indústrias. Mas não muito, não. Pra gente, que vive sempre na ‘pindaíba’, é sempre mais difícil, né?<sup>19</sup>

Aqui chegando, geralmente casavam-se e constituíam família. O que nos conduz à análise de uma outra dimensão de suas vidas.

### Estado Civil

Tabela 2

Estado civil das mulheres participantes do Centro Comunitário Nova Marília 2004.

<i>Estado Civil</i>	<i>Nº de mulheres</i>	<i>%</i>
Amasiada	27	42

<sup>17</sup> D. Maria Amélia, então com 68 anos quando da entrevista, concedida em fevereiro de 2003, uma das primeiras moradoras do bairro, chegou a Marília em 1955, aos vinte anos. Veio tentar a vida com os pais e os quatro irmãos, todos oriundos da Bahia. É viúva, mãe de seis filhos e atua, esporadicamente, na Oficina de Costura. Os nomes aqui registrados pertencem realmente aos sujeitos de nossa investigação. No entanto, optamos por apresentar apenas os primeiros nomes, não utilizando sobrenomes. Trata-se de uma tentativa de, ao mesmo tempo que não ‘escondemos’ nossas mulheres, também procuramos preservar seu direito ao anonimato, uma questão de privacidade.

<sup>18</sup> D. Sônia, 56 anos, casada e mãe de três filhos, uma das moradoras iniciais do bairro, trabalha na Oficina de Culinária. Entrevista concedida em setembro de 2002.

<sup>19</sup> S. João Antônio, 54 anos, marido de D. Sônia, aposentado. Entrevista concedida em setembro de 2002.

Casada	12	18,75
Divorciada	7	11
Solteira	14	22
Viúva	4	6,25
<i>Total</i>	<i>64</i>	<i>100</i>

A análise do estado civil dessas mulheres torna-se mais relevante quando relacionado a outras questões como o de números de filhos. Verificamos que entre as mulheres que possuem algum tipo de relacionamento ou compromisso (ou seja, cerca de 60% delas, entre casadas e amasiadas), a média é de aproximadamente 3 filhos por casal. As mulheres casadas distribuem-se por todas as faixas etárias, entre 24 e 69 anos. Já entre as divorciadas (70% delas entre 40 e 50 anos), o número de filhos cai para 2,3. É interessante notar que, apesar do divórcio ter se tornado prática um tanto comum nos dias atuais, certas mulheres ainda se sentem desconfortáveis em admitirem tal estado civil. O peso da imagem de *mulher abandonada* – pressuposição que comumente se faz a uma mulher divorciada – ainda parece ser significativo no meio social que observamos na presente pesquisa. Aliás, nesse sentido, é importante denotar que, entre as solteiras, 3 são, na realidade, divorciadas, mas insistiram em se declarar *solteiras*, exigência obedecida pela pesquisa, embora com a apresentação dessa ressalva.

Põe aí que eu sou solteira, ‘tá? Já casei, já tive ‘rabo’, separei, mas não sou ‘largada’, não. Eu é que ‘larguei’. E hoje ‘tô solteirinha da silva.’<sup>20</sup>

Não sei, parece que não ‘tá certo, alguma coisa fica fora do lugar. E como ter um machucado na cara: todo mundo sabe.’<sup>21</sup>

<sup>20</sup> Darlene, 34 anos, mãe de um garoto de 7 anos, trabalha na Oficina de Culinária. Entrevista concedida em fevereiro de 2003.

<sup>21</sup> Gessina, 26 anos, 1 filho, trabalha na Oficina de Artesanato, recém-separada de segundo amásio. Entrevista concedida em fevereiro de 2003.

Ainda na categoria *solteiras*, a maioria (50%) é constituída de mulheres jovens, entre 24 e 29 anos; 55% (ou seja, 8 mulheres) possuem filhos – média de 2,1 filhos por mulher. Entre elas, ainda, 86% constitui chefes de família, ou seja, garantem o sustento da casa, ou grande parte dele, através apenas de seu trabalho. Esse número praticamente se mantém entre as divorciadas (85%) e as viúvas (7%), contudo, cai drasticamente entre as casadas/ amasiadas: apenas 2 mulheres compromissadas assumiram-se chefes de família.

### Escolaridade

Um pouco por conta dos cursos de alfabetização de adultos, ministrados por agentes comunitários de saúde na USF CDHU – Nova Marília (posto de saúde da região), o nível de analfabetização entre as mulheres participantes do Centro Comunitário é praticamente nulo (apenas uma delas não sabe sequer assinar o próprio nome). Pelo espírito empreendedor e guerreiro que povoa o universo dessas mulheres – sentimento que pode ser observado facilmente após certo período de convivência com elas – a frequência às aulas dos supracitados cursos é mais do que incentivada, tornando-se quase uma exigência para ingressar em uma das oficinas.

Apesar disso, tais mulheres não costumam avançar dentro da carreira educacional, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 3

Nível de escolaridade das mulheres-membros do Centro Comunitário Nova Marília – 2004.

<i>Nível de escolaridade</i>	<i>Nº de mulheres</i>	<i>%</i>
Analfabetas	1	1,5

1º grau incompleto	35	54,7
1º grau completo	16	25
2º grau incompleto	7	11
2º grau completo	5	7,8
<i>Total</i>	<i>64</i>	<i>100</i>

Em nossas conversas, pudemos perceber que a frustração em não conseguir atingir níveis educacionais maiores – geralmente identificado como o acesso a uma vida mais confortável, economicamente falando – reflete-se no forte desejo de ver seus filhos conquistando o que elas, particularmente, não conseguiram. Isso talvez fique mais claro a partir das falas das próprias mulheres:

Não pude nada nessa vida, não tinha como... não tinha como ter nada, estudo, emprego, vida melhor... Mas meus filhos, não, eles têm tudo direitinho e vão ter vida melhor que a minha.<sup>22</sup>

Meu pai dizia que mulher não precisava estudar, só os filhos homens podiam. Eu cresci com isso na cabeça: filha minha vai estudar, sempre, para ser alguém nessa vida. Graças a Deus, realizei esse sonho.<sup>23</sup>

No tempo da minha mãe não era como hoje, estudar é mais fácil hoje. Eu é que não aproveitei as oportunidades, fiz bobagem, né? Mas, meus meninos não vão seguir pelo caminho que eu segui, não, vão ficar na escola até o fim.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> D. Deusdete, 56 anos, trabalha na Oficina de Culinária. Entrevista concedida à autora em setembro de 2002.

<sup>23</sup> D. Neusa, 53 anos, da Oficina de Costura, cuja filha, Mariana, 24 anos, graduou-se em pedagogia em 2002. Entrevista concedida em janeiro de 2003.

<sup>24</sup> Juliana, 27 anos, da Oficina de Artesanato, tem dois filhos, de 11 e 8 anos. Entrevista concedida em setembro de 2002.

Aliás, ousamos dizer, correndo o risco de adentrar o campo dos juízos de valor, que tal desejo seja, talvez, a motivação para tudo que construíram, incluindo-se aí o Centro Comunitário e as suas respectivas oficinas de trabalho coletivo.

### Faixa etária

Tabela 4

Faixa etária das mulheres membros do Centro Comunitário Nova Marília – 2004

<i>Faixa de idade (em anos)</i>	<i>Nº de mulheres</i>	<i>%</i>
24-29	13	20,3
30-35	3	4,7
36-40	4	6,2
41-45	7	11
46-50	13	20,3
51-55	11	17,2
56-60	8	12,5
61-65	2	3,1
66-69	3	4,7
<i>Total</i>	<i>64</i>	<i>100</i>

Em relação à faixa etária dessas mulheres, observamos certa discrepância entre suas idades, como demonstra a tabela acima: enquanto 20,3% delas apresentam idades entre 24 e 29 anos (um total de 13 mulheres), quase 60% (57,8%) possui entre 46 e 69 anos. Essa diferença pode ser explicada, em parte, pelos laços familiares que as unem. Entre as 28 mulheres que vieram se juntar às 36 moradoras iniciais, ou seja, desde a fundação do bairro, 12 delas são filhas – sendo, algumas, netas – dessas últimas. Observando a luta de suas mães e avós, bem como seu sucesso obtido através do Centro Comunitário, ao menos no que concerne a condições de sobrevivência, essas mulheres

jovens uniram-se nessas ações, enxergando ali um caminho para obter seu sustento e de seus filhos. Nas próprias palavras de Rosana, 25 anos, mãe solteira de 2 filhos pequenos, moradora do bairro pelo mesmo período:

Não existe emprego para mãe nenhuma nesse mundo. Ainda mais solteira, como eu. O que minha mãe<sup>25</sup>, junto com as outras, fez dentro desse bairro, político nenhum seria capaz de fazer. A oficina de costura salvou não só minha vida, como a de muita gente aqui.<sup>26</sup>

Também podemos concluir que as 36 mulheres que se mudaram para o bairro Nova Marília quando de sua inauguração, à essa época eram todas mulheres adultas, ou seja, com mais de 25 anos, ao menos.

A fala de Rosana nos revela, ainda, que ela não considera o que faz como um *emprego*, ainda que lhe garanta o sustento. Outras como ela também se repetem:

Marília (a cidade) só cresceu até ‘um tanto’, depois parou. Não ‘abre’ mais indústria, mais comércio, mais vaga de nada... E a gente, pobre e com pouco estudo, tem que ficar fazendo esses servicinhos, mesmo...<sup>27</sup>

Se eu pudesse, ah, eu ‘tava bem longe daqui, né? Eu gosto daqui, mas não é valorizado, né? A gente ganha tão pouquinho...<sup>28</sup>

Essa linha de pensamento, aliás, mostrou-se comum entre as mulheres que trabalham nas oficinas do centro comunitário, como veremos no segmento a seguir.

---

<sup>25</sup> Rosana é filha de D. Antônia, sujeito marcante no processo dessa investigação e que merecerá um aparte logo adiante, nesse mesmo capítulo.

<sup>26</sup> Entrevista concedida em outubro de 2002.

<sup>27</sup> Gislaine, 24 anos, freqüenta a Oficina de Artesanato ocasionalmente. Ela é um caso atípico em relação ao grupo estudado: solteira, sem filhos, sem relação de parentesco com as mulheres mais idosas das oficinas e apresenta segundo grau incompleto. Entrevista cedida em novembro de 2002.

<sup>28</sup> Juliana, já citada anteriormente. Entrevista cedida em setembro de 2002.

Ocupação e situação econômica

Uma vez que a pesquisa tem como foco as mulheres que formam e participam do Centro Comunitário Nova Marília, está claro que todas elas, as sessenta e quatro, trabalham dentro dele, ou, mais especificamente, nas três oficinas de trabalho coletivo que o compõem: *Oficina de Costura do Bairro Nova Marília*, fundada em 1990, que confecciona, entre outros, uniformes, toalhas e bandeiras para pequenas empresas da cidade; *Oficina de Artesanato Mariana Junqueira*<sup>29</sup>, existente desde 2003, produtora de bijuterias em geral (brincos, colares, pulseiras), bem como pequenas peças de decoração (cinzeiros, porta-jóias, guardanapos pintados e bordados à mão, bolsas, entre outros), os quais são vendidos aos vendedores ambulantes da cidade – os conhecidos *camelôs* – além de serem expostos à venda em feiras beneficentes realizadas no bairro e em outras regiões do município; e a *Oficina Culinária - Nova Marília*, a mais antiga delas, inaugurada em 1988, que produz toda sorte de salgadinhos (coxinhas, quibes, empadinhas, etc.) e docinhos (brigadeiros, beijinhos, cajuzinhos, bem-casados, entre outros), além de tortas, bolos e folheados, oferecidos em estabelecimentos comerciais do gênero, como padarias e restaurantes, trabalhando também com encomendas.

Tabela 5

Distribuição das mulheres entre as oficinas de trabalho coletivo do bairro Nova Marília – 2004.

<i>Oficinas</i>	<i>Nº de participantes</i>	<i>%</i>
<i>Oficina de Costura do Bairro Nova Marília</i>	22	34,4
<i>Oficina de Artesanato Mariana Junqueira</i>	15	23,4

<sup>29</sup> Segundo apuramos, o nome da oficina de artesanato é uma homenagem a uma das fundadoras do Centro Comunitário, falecida em 1999, portanto, com a qual a pesquisa, infelizmente, não teve contato.

<i>Oficina Culinária - Nova Marília</i>	27	42,2
<i>Total</i>	64	100

A mais antiga das oficinas, a *Oficina Culinária - Nova Marília* conta também com o maior número de membros. Como nos relata D. Antônia<sup>30</sup>, a mais idosa entre suas participantes, então com 69 anos:

Era a única coisa que a gente sabia fazer. Isso é lidar com a enxada. Como não tinha onde plantar, a gente foi cozinhar.<sup>31</sup>

Fundada inicialmente em uma espécie de pequeno galpão – o que popularmente ficou conhecido pela expressão *puxadinho* – improvisado no quintal de D. Antônia, a oficina de culinária contava então (1988) com 4 participantes. Foi criada a partir de uma tragédia pessoal, como nos relata a própria D. Antônia:

Quando meu marido morreu (*vítima de atropelamento*), eu tinha 48 anos e 4 filhos para criar. Era muito velha para trabalhar fora. Também não sabia fazer nada. Só tinha trabalhado ‘catando café’, quando era moça. Um dia, minha cunhada me falou: ‘Você devia vender pão, seu pão é tão gostoso’. Comecei fazendo isso, aqui em casa mesmo. Naquela época, quase não tinha lugar para comprar pão e leite. As encomendas foram aumentando e ‘me bateu a idéia’. Juntei a Zefa, a Tide e mais tarde veio a Ana (*moradoras antigas do bairro e ainda participantes da oficina*), que estavam ‘precisadas’ como eu. Começamos na cozinha de casa e logo já estávamos com encomendas por aí, crescendo mesmo.<sup>32</sup>

<sup>30</sup> D. Antônia, figura extremamente cativante, mudou-se para o bairro Nova Marília assim que foi inaugurado, em 1980, com marido e, então, três filhos. De acordo com o que apuramos, junto a relatos de outros moradores, sua atuação no desenvolvimento do local sempre foi significativa, com seu carisma provocando nos que a rodeavam a vontade de participar e de reivindicar. Nesse sentido, foi uma das fundadoras do Centro Comunitário e das oficinas que o compõem. Infelizmente, D. Antônia faleceu em 2005, vítima de câncer.

<sup>31</sup> Entrevista concedida em janeiro de 2003.

<sup>32</sup> Entrevista concedida em janeiro de 2003.

Atualmente, a oficina funciona em uma residência de mesmo modelo das comumente encontradas no bairro – do qual se falará em item posterior. Foi uma doação de um político local, como as próprias participantes admitem, embora não informem seu nome, nem os motivos que o levaram a fazê-lo. Doações assim não são incomuns na região, uma vez que, a partir de seu significativo crescimento, o bairro se tornou curral eleitoral de muitos políticos locais. Seja como for, trata-se de mera especulação.

A oficina de culinária, assim como as outras duas, opera em sistema parecido com o de cooperativa, ou seja, seus membros são, ao mesmo tempo, donos e usuários da microempresa. Para fazer as oficinas funcionarem, cada uma das mulheres entrou com sua força de trabalho, bem como empreendimento próprio na busca de investimentos e na propaganda de seus produtos.

A *Oficina de Costura do Bairro Nova Marília* funciona em um galpão construído no quintal da residência que abriga a oficina de culinária. Foi fundada em 1990, contando com oito membros, espelhando-se na experiência levada a cabo por suas vizinhas e amigas. D. Aristana<sup>33</sup>, uma espécie de coordenadora do lugar, diz que a idéia de montar uma oficina surgiu do mesmo modo que as outras: necessidade de aumentar, quando não estabelecer, a renda familiar:

A gente não teve oportunidade na vida. Não foi à escola, mal sabe assinar o nome. Então, quando vem a necessidade, tem que se virar com que sabe. Aprendi a costurar com minha mãe. Quando vi o que a Tonha (*D. Antônia*) e as meninas estavam fazendo, achei que podia também.

Sobre o mesmo preceito surgiu a *Oficina de Artesanato Maria Junqueira*, a mais nova entre as oficinas – foi criada em 2003 – e que, apesar disso, conta já com um bom número de participantes. Sem sede própria, utiliza o pátio oferecido pela USF da região

---

<sup>33</sup> D. Aristana, 53 anos, moradora do bairro há 22 anos, três filhas, duas delas atuando junto à oficina de costura, assim como a mãe. Entrevista concedida em janeiro de 2003.

(USF-07, CDHU Nova Marília), o que só lhe permite funcionar em meio período, três vezes por semana. Ao contrário das outras oficinas, que são produtoras de mercadorias e vivem da venda destas, a oficina de artesanato atua mais como uma *escola*, onde as mulheres podem aprender técnicas de artesanato com diversos tipos de materiais (cerâmica, tecido, contas, pedras, vidro, etc.). Eventualmente, seus produtos são vendidos, como já o dissemos, em feiras locais e nos conhecidos *camelôs*.

Quando questionada sobre o que mais lhe dava orgulho em relação ao que fazia, D. Aristana, da oficina de costura, remeteu-se a um episódio particular, ocorrido em 2002:

As mulheres da delegacia pediram para a gente participar, lá, na passeata. Eu nem sabia que existia esse dia aí. Mas, a gente fez o que sabia: costurou uma bandeira imensa e as meninas do artesanato bordaram a frase. Foi bonito de ver, cobria quase a rua toda. Depois, todo mundo deu os parabéns e até vieram mais encomendas depois disso. Mais meninas entraram na oficina, também, sabe, a gente cresceu.<sup>34</sup>

A moradora referiu-se à participação das oficinas na I Passeata pela Mulher, coordenada pela Delegacia de Polícia e Defesa da Mulher e pelo Conselho Municipal da Mulher, que percorreu as ruas centrais da cidade no dia 08 de março de 2002. As entidades supracitadas requisitaram uma imensa bandeira, de tecido lilás, bordada com os dizeres: *08 de março – Dia Internacional da Mulher. Diga não à violência*. Interessante que, ao responder à pergunta acima, D. Aristana tenha se lembrado justamente de um momento de visibilidade: houve congratulações pelo trabalho realizado, reconhecimento de sua atuação e, mais do que isso, de sua presença na vida da cidade. Outras mulheres decidiram se juntar ao seu trabalho, o que gerou

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida em novembro de 2002.

crescimento, em seus próprios dizeres. Contudo, nem todas as participantes das oficinas demonstram tanto orgulho do que fazem, conforme atesta a tabela abaixo:

Tabela 6

Nível de satisfação com o trabalho nas oficinas do bairro Nova Marília – 2004.

<i>Tipos de respostas</i>	<i>Nº de respostas</i>	<i>%</i>
Muita satisfação, não faria outra coisa.	19	29,7
Satisfação, só trocaria de profissão por algo mais rentável.	37	57,8
Pouca, gostaria de exercer outra profissão.	8	12,5
<i>Total</i>	<i>64</i>	<i>100</i>

Tais números não são inexplicáveis. Embora muitas das participantes tirem seu sustento – ou colaborem de forma significativa na renda familiar – não se trata de obter um montante que lhes permitisse viver de forma realmente satisfatória. Aliás, nem existe mesmo uma quantia fixa mensal com a qual elas possam contar, pois sua renda advém das vendas de seus produtos e essas variam com as épocas. Para constatar o que está sendo dito, é interessante alertar para o fato de que 100% dessas mulheres ainda não conseguiram quitar o pagamento de suas casas junto ao CDHU (algumas o estão fazendo há quase 25 anos). E não estamos falando de casas luxuosas, mas de moradias simples, muitas delas pouco modificadas desde a inauguração do bairro.

Minha casa 'tá lá, do mesmo jeito do que quando eu entrei, mais feia até, porque agora 'tá mais suja. Melhorar de que jeito, com a miséria que a gente ganha?<sup>35</sup>

<sup>35</sup> Janaína, 29 anos, filha de D. Aristana, é divorciada e mãe de uma menina de 7 anos, trabalha na Oficina de Costura. Entrevista concedida em outubro de 2003.

A mulher ganha pouco aqui, a gente ganha pouco lá... o jeito é a casa ficar como 'tá, mesmo. Fazer o que? E, olha, tem que agradecer a Deus por conseguir pagar a parcela, porque tem um montão de gente aí que não consegue isso.<sup>36</sup>

Assim, quando mais da metade das mulheres pesquisadas confessa que trocaria o trabalho nas oficinas por algo mais *seguro*, mais *lucrativo*, é perfeitamente compreensível. Contudo, essa constatação não torna menos relevante o trabalho coletivo que realizam. Trata-se, inegavelmente, de uma grande iniciativa, da qual muitas dependem para sobreviver. O que não podemos, enfim, é esquecer que estamos falando de *sobrevivência*. Trata-se de tentar manter um cotidiano de poucos, raros luxos, entre o quais, o prato de comida cheio todos os dias e/ ou os filhos na escola.

Aqui a gente luta para viver, sim, e é bem difícil essa nossa luta. Mas a gente vive honrada e, agora me diz: quem pode, nesse mundo, dizer a mesma coisa?<sup>37</sup>

Portanto, estamos investigando a vida de mulheres guerreiras, admiráveis, sem sombra de dúvida, mas, como sugere o título da dissertação, provenientes de classes economicamente desfavorecidas – em outras palavras, pobres. E essa constatação é algo que não pode ser desconsiderado no processo dessa investigação, já que sua condição econômica, assim como as demais dimensões de suas vidas aqui analisadas, colaboram, *em parte*, na explicação de alguns de seus comportamentos, como veremos adiante.

---

<sup>36</sup> Artur, 30 anos, operário de uma indústria local, marido de Juliana. Entrevista concedida em setembro de 2002.

<sup>37</sup> Fala de D. Aristana, janeiro de 2003.

## *2. 2. (1980-2004): o bairro.*

A idéia da construção do bairro Nova Marília surgiu a partir de uma negociação entre a Companhia Estadual de Casas Populares (CECAP)<sup>38</sup> e a prefeitura municipal durante a gestão de Theobaldo de Oliveira Liryo (1978-1981), o que possibilitou o financiamento da casa própria a vários moradores de baixa renda da cidade, como era o objetivo desse programa habitacional (LARA, 1991).

---

<sup>38</sup> Em 10 de outubro de 1949, a Lei estadual n.º 483 criou a Caixa Estadual de Casas para o Povo - CECAP, uma autarquia subordinada à então Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio de São Paulo. Apesar de ter sido inclusive regulamentada pelo decreto 43.107 de 28/02/64, a CECAP começou a funcionar efetivamente a partir de 1967. Em 18 de dezembro de 1975, a Lei 905 autorizou a constituição da Companhia Estadual de Casas Populares - CECAP (a mesma sigla com outro significado), empresa criada com o objetivo de dinamizar e agilizar a produção de casas, ajustando um pouco mais o foco no que diz respeito à faixa da população a ser atendida: a expressão "Casas para o Povo" é substituída por "Casas Populares". A Companhia deixa de ser Autarquia e passa a se constituir como Sociedade Anônima por Ações. Entre os anos de 1977 e 1978 a CECAP começou a se afirmar como agente promotor, utilizando recursos financeiros da Caixa Econômica Estadual, que cumpria o papel de agente financeiro. As famílias eram subsidiadas pela não incidência do terreno e infra-estrutura nos valores de financiamento. Acabaram sendo também subsidiadas no decorrer do prazo de financiamento por terem o valor real da prestação diminuído, em virtude do descompasso entre o reajuste das prestações e do saldo devedor, coberto pelo FCVS (Fundo de Compensação pelas Variações Salariais) e por causa de sub-reajustes concedidos em diversas ocasiões. Intitulada, desde 1988, de CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, mantém ainda diversos programas na área de desfavelamento e construções de moradias a baixo custo. [Fonte: Site da CDHU - <http://www.cdhu.sp.gov.br/http/instituicao/historia>. Acesso em 19 de outubro de 2006].

Assim, com início de obras em 1978 e inauguração em 1980, o bairro Nova Marília, inicialmente contando com três mil moradias, abrigou, quase que instantaneamente, cerca de 15% da população urbana da cidade, que contava, então, com aproximadamente 103 mil habitantes, segundo o Censo do IBGE de 1980 (FELIX, 2001). Como seu próprio nome já deixava entrever, o objetivo inicial era investir na formação de uma *nova Marília*, ou seja, provavelmente respondendo aos ensejos de mudança dos novos tempos (como veremos adiante, o país começava a se livrar do espectro dos censores militares, em busca do caminho da redemocratização), a administração municipal procurou corresponder ao tom da renovação que pairava no ar e incentivar a construção de um novo espaço, gigantesco, popular, para o qual se mudassem parte da cidade, na tentativa, assim, de mudar parte da cidade.

Foram cerca de quinze mil pessoas que se mudaram para um espaço com pouca infra-estrutura (abastecimento precário de água e deficiência na rede de esgoto; aliás, tais problemas são históricos em relação ao bairro, uma vez que sua população ainda sofre por eles), sem asfalto, com poucas linhas de ônibus e localizada no extremo oposto do Distrito Industrial (o bairro Nova Marília localiza-se no setor sul da cidade, enquanto o parque industrial, que reúne grande número das fábricas do município, situa-se na área norte) (FELIX, 2001). A concentração desse enorme contingente populacional, com irrisórias condições de vida, provocou grande confusão inicial na região.

Inicialmente, o bairro era formado por casas praticamente iguais, pequenas e sem muros, distintas umas das outras apenas pelo número de quartos. Contudo, conforme foi crescendo o bairro, sua população também aumentou e as habitações foram ampliadas de acordo com as condições financeiras e as necessidades pessoais de cada morador (TANURI, 2003). Hoje, esta área da cidade é formada por diversos outros

bairros<sup>39</sup> que ali se instalaram e que usufruem da mesma infra-estrutura inicial do núcleo habitacional original. O número, segundo o último censo (2002), é estimado em cerca de 63 mil habitantes, um crescimento de aproximadamente 28% desde a década de 1980.

Em sua trajetória histórica própria, o bairro (posteriormente, os bairros) da Nova Marília apresentou, desde o início, uma característica marcante e que fez a diferença em relação àquilo que esperava e apregoava o discurso vigente, qual seja uma apropriação tranqüila e homogênea do espaço urbano: a forte e estruturada organização popular do local. Valendo-se do fato de que o lugar era – e ainda é – excelente curral eleitoral de alguns políticos da região, os sujeitos reivindicaram melhorias, o que provocou uma atenção diferenciada do poder local no atendimento às exigências da comunidade (FELIX, 2001).

Obviamente, os problemas não foram todos sanados. Os bairros ainda enfrentam diversos problemas estruturais, como os já apontados acima, além de questões como a superpopulação, como informado acima, o que dificulta o acesso de todos aos serviços públicos de saúde, educação, moradia, entre outros. Trata-se de um bairro periférico da cidade, em outras palavras, um bairro pobre, habitados por pessoas humildes, sem dúvida. Contudo, o que nos chama a atenção é que, para além dos obstáculos que tiveram e que ainda enfrentam, essa comunidade fez/ faz a diferença no que se refere a movimentos de bairros; não à toa, suas associações estão entre as mais fortes e bem organizadas da cidade, com sede própria, eleição expressiva, com parte significativa das reivindicações atendidas.

---

<sup>39</sup> Atualmente, o antigo *Nova Marília* compreende os bairros Nova Marília I, Nova Marília II, Nova Marília III e Nova Marília IV. [Fonte: Site [www.mariliasegura.com.br](http://www.mariliasegura.com.br). Acesso em 20 de novembro de 2006].

Contudo, *largueando* um pouco mais o nosso *olhar*, atentamos para a história da cidade, cujo nome o bairro homenageou, não por acaso, como já explicitamos anteriormente: Marília.

### *2. 3. (1980-2004): a cidade.*

Dedicamos nossa atenção ao município em questão, qual seja, a cidade de Marília, região administrativa situada ao centro-oeste do Estado de São Paulo<sup>40</sup>. Como se trata de uma localização muito específica, decidimos fazer um breve histórico do município, procurando dar conta de seu povoamento até o ano de 2004, perpassando, particularmente, por seus aspectos econômicos – não abrangendo, assim, apenas os acontecimentos que se inserem dentro de nosso recorte histórico (as duas décadas finais do século XX e meados do XXI), o que respeita a metodologia de análise aqui utilizada, bem como contribui para situar os leitores acerca do lugar ao qual a pesquisa se dedica, dentro do qual está inserido nosso objeto de estudo.

---

<sup>40</sup> Ver [ANEXO A](#).

O povoamento da região onde hoje se concentra a cidade de Marília teve início na segunda metade do século XIX, quando o mineiro José Teodoro de Souza<sup>41</sup>, na então Vila de Botucatu<sup>42</sup>, declarou ser proprietário de uma imensa gleba (uma área de aproximadamente 9000 km<sup>2</sup>), a oeste dessa localidade. Tendo José Teodoro tomado as primeiras providências colonizadoras, com a finalidade de valorizar sua propriedade e efetivar seu povoamento, logo surgiram os primeiros interessados, entre os quais destaca-se Francisco de Paula Morais<sup>43</sup>, ao qual uma certidão de compra e venda datada de 1877 estabelece como novo proprietário de toda aquela região (BUSETTO, 1991).

Contudo, preocupado em legitimar suas posses, uma vez que desde 1850 estava em vigor no país a Lei de Terras<sup>44</sup>, Morais procurou diminuir a área de sua extensa propriedade, obtendo êxito em 1822, quando vendeu parte de suas terras aos irmãos Piedade, que fundaram a Fazenda dos Piedade<sup>45</sup>, considerada a primeira propriedade a

---

<sup>41</sup> José Teodoro de Souza nasceu em Pouso Alegre (MG), em 1805. Foi bandeirante e, conforme adentrou o sertão brasileiro, tornou-se proprietário de vastas áreas de terra, especialmente no interior do estado de São Paulo. Fixou residência e veio a falecer, em 1875, na cidade de São Pedro do Turvo, região sudoeste do estado e próxima à Marília. [Fonte: site [www.lpnet.com.br/cronicashistoricas](http://www.lpnet.com.br/cronicashistoricas). Acesso em 29 de junho de 2006].

<sup>42</sup> Botucatu, município que se localiza na região centro-sul do estado de São Paulo, na região administrativa de Bauru, foi fundada em 14 de abril de 1855. Sua emancipação político-administrativa, uma das primeiras da região, fazia da cidade local centralizador nas questões que envolviam compra, venda e posses de terras [COBRA, 1923].

<sup>43</sup> Pouco se sabe sobre Francisco de Paula Morais, além de que foi também um bandeirante mineiro, tendo, inclusive, participado de expedições junto a José Teodoro de Souza [COBRA, 1923].

<sup>44</sup> A Lei de Terras, criada em 1850, instituiu uma nova forma de propriedade da terra – a que era mediada pelo mercado. Com esse legislação, o Estado Imperial visava indiretamente apropriar-se das terras devolutas, que vinham passando de forma livre e desordenada ao patrimônio particular, bem como substituir a mão-de-obra escrava pela do imigrante livre. Sendo assim, atingiam-se dois objetivos com apenas uma resolução. Porém, o futuro mostrou que o trabalho imigrante substituiu em uma boa parte o trabalho escravo, não em função da Lei de Terras (como de certa forma se esperava), mas pela própria adaptação e demanda da produção (entenda-se café), pois a posse aleatória das terras não havia mudado da forma como se previa, persistindo até as primeiras décadas de nosso século, bastando citar que foram criadas medidas adicionais a Lei de Terras para que se perpetuasse o regime de posse dando a esta um viés de legalidade, visto que a resolução do problema era mais difícil do que o esperado [BUSETTO, 1991].

<sup>45</sup> Fazenda localizada aproximadamente a 15 km de Vera Cruz (região de Marília). Atualmente, pertence ao ex-Embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira [BUSETTO, 1991].

ser organizada para a produção na vertente do rio do Peixe<sup>46</sup> (COBRA, 1923). Vê-se, assim, que a Lei de Terras não impediu as posses ilícitas na região.

Do outro lado dessa extensa área, na região noroeste do estado de São Paulo – nas imediações do rio Feio<sup>47</sup>, local mais próximo onde surgiria Marília – o registro da presença do homem branco era quase inexistente, ao menos até o início do século XIX. Em 1905, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo<sup>48</sup> (a CGG) fez um levantamento do vale do rio do Peixe, em Ribeirão Alegre (a noroeste do perímetro urbano de Marília), constatando a presença de aldeamentos silvícolas: tratavam-se dos índios Coroados<sup>49</sup>, desde 1904 descobertos pela missão de religiosos capuchinhos<sup>50</sup> (MONBEIG, 1984; TANURI, 2003). Seja como for, a consequência mais relevante acerca das descobertas da CGG foi a de que, desde então, as terras onde mais tarde se

---

<sup>46</sup> Ver [ANEXO D.](#)

<sup>47</sup> Também chamado de Rio Aguapeí. Ver [ANEXO D.](#)

<sup>48</sup> A Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, chefiada pelo geólogo americano Orville A. Derby, surgiu em fins do século XIX - foi criada pela Lei Provincial nº 9, de 27 de março de 1886 - assim como grande parte das instituições científicas e técnicas de São Paulo (entre as quais, podemos citar o Instituto Agrônomo de Campinas, 1887, a Escola de Engenharia Mackenzie, 1891, a Escola Politécnica, 1893), e tinha como objetivo principal promover o conhecimento do território paulista através da produção cartográfica de detalhe e precisão. Foi substituída, em 1975, pelo Instituto Geográfico e Geológico, sendo este sucedido pelo Instituto Geográfico e Cartográfico (1979), o qual herdou a maior parte dos arquivos da antiga CGG. [Fonte: site da Fundação FAPESP - [www.fapesp.br/materias](http://www.fapesp.br/materias). Acesso em 29 de junho de 2006].

<sup>49</sup> “Coroados” era como os colonizadores designavam várias tribos brasileiras, de diferentes famílias, por rasparem a cabeça à maneira de “coroa”. Por esse nome também eram chamados os índios Kaingang, que viviam na região de Marília, quando de sua invasão. Suas habitações (móveis, uma vez que os coroados eram nômades) eram bem rústicas, feitas de madeira e cobertas com folhas de palmeira ou bambu, alguns grupos dormiam em redes, usavam arco e flecha, utensílios de pedra, pratos e tigelas feitos de cabaças e folhas trançadas. Não plantavam e sobreviviam da caça e da pesca. Com o avanço do homem branco, principalmente quando da construção das estradas de ferro, as tribos, como em todas as partes do país, foram sendo dizimadas. Atualmente, os remanescentes indígenas da região encontram-se em quatro reservas: Terena, Krenak, Kaingang e Guarani [TANURI, 2003].

<sup>50</sup> Presentes no Brasil desde 1612, os capuchinhos – ordem religiosa da família franciscana – tinham como missão substituir os jesuítas, expulsos do país, e assumir a catequese indígena, como missionários apostólicos com faculdades especiais, fundando e dirigindo aldeamentos, substituindo vigários, construindo capelas, hospitais e cemitérios. Inúmeras cidades e vilas de hoje tiveram sua origem nestes aldeamentos [TANURI, 2003].

erigiria o município de Marília tornavam-se, enfim, conhecidas dos planejadores públicos.

A vasta extensão entre o rio do Peixe e Aguapeí<sup>51</sup>, então ainda um sertão de invasão recém-iniciada<sup>52</sup>, despertou o interesse das companhias de estrada de ferro Sorocabana e Noroeste<sup>53</sup>, que disputavam o direito de expandir os seus raios de ação e influência na região. A contenda foi resolvida de forma um tanto inusitada, quando um terceiro rival entrou na disputa – a Companhia Paulista de Estradas de Ferro<sup>54</sup> – e conquistou a concessão dessa linha (MONBEIG, 1984). A partir de tal acontecimento, a

---

<sup>51</sup> Ver [ANEXO 4](#).

<sup>52</sup> Nesse momento, tinha destaque na região apenas a propriedade de Cincinato Braga, a “Cincinatina”, 3600 alqueires de terras vertentes do rio Tibiriçá, onde o empreendedor iniciou uma criação de porcos e mandou plantar, em 1915, um cafezal de 10 mil pés, cujo objetivo era afastar os posseiros de sua propriedade. Braga era natural de Piracicaba (SP), advogado e funcionário do ministério público, eleito deputado federal diversas vezes, até 1934. No período de 1924, foi nomeado presidente do Banco do Brasil [BUSETTO, 1991].

<sup>53</sup> A Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) foi fundada em 1872 e o primeiro trecho de sua linha foi aberto em 1875, de São Paulo até Sorocaba. A linha-tronco se expandiu até 1922, quando atingiu Presidente Epitácio, nas margens do rio Paraná. Antes, porém, a EFS construiu vários ramais e passou por trocas de donos e fusões. Em 1919, o Governo Paulista tornou-se seu dono e assim foi até 1971, quando a EFS foi incorporada à estatal [FEPASA](#) (Ferrovia Paulista S.A., 1962). Trens de passageiros de longo percurso trafegaram pela linha-tronco até 1999, quando foram suprimidos pela concessionária [FERROBAN](#) (Ferrovia Bandeirantes S. A.), sucessora da FEPASA. A linha está ativa até hoje, para trens de carga. [Fonte: [http://www.geocities.com/trens\\_efs/efs.html](http://www.geocities.com/trens_efs/efs.html) - Acesso em 29 de junho de 2006]. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (também conhecida como NOB), iniciada em 16 de julho de 1905, partia de Bauru e atravessava São Paulo e o atual Estado de Mato Grosso do Sul, chegando até Corumbá na fronteira com a Bolívia, com a construção da ponte ferroviária sobre o Rio Paraguai, em 1947. Em Bauru, fazia baldeação com a Sorocabana e com a [Cia. Paulista de Estradas de Ferro](#). Inicialmente de iniciativa privada, passou ao controle da [União](#) antes de ser completada (1917). Foi incorporada à [Rede Ferroviária Federal S.A.](#), na criação desta (1957), como uma de suas *regionais*. No processo de desestatização da [RFFSA](#), a ferrovia foi concedida como Malha Oeste à [Ferrovia Novoeste S.A.](#). Atualmente pertence à [América Latina Logística S.A.](#), após a fusão desta com a Novoeste Brasil e a [Brasil Ferrovias](#), fruto de transação acionária ocorrida em maio de 2006. [Fonte: <http://www.pmcg.ms.gov.br/cgr/historia/ferrovia.htm> - Acesso em 29 de junho de 2006].

<sup>54</sup> Tendo sua construção iniciada em 1870, a Cia. Paulista de Estradas de Ferro inaugurou sua primeira estação em 1872, na cidade de Campinas. Suas linhas percorriam uma extensão de mais de 120 km pelo interior do estado, de Campinas até Descalvado, para além das margens do rio Mogi-Guaçu. A Cia. Paulista auxiliou o Governo Federal na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e foi a pioneira em tração elétrica na América do Sul, sendo que o primeiro trem circulou em 14 de julho de 1922 (a General Electric, de Campinas, fabricou a primeira locomotiva de tração elétrica do Brasil para a Companhia Paulista). A partir da Segunda Guerra Mundial, a Paulista começou a perder sua condição de empresa ferroviária modelo e, em 1961, o Estado passa a ser o seu maior acionista, até que, em 1971, foi incorporada à FEPASA. [Fonte: <http://www.widesoft.com.br/users/mas/paulista.html> - Acesso em 30 de junho de 2006].

Companhia Pecuária e Agrícola, de propriedade do senador Rodolfo Miranda<sup>55</sup>, intensificou a abertura de picadas na região e promoveu a venda de várias glebas (BUSETTO, 1991).

Em 1925, Bento de Abreu Sampaio Vidal<sup>56</sup>, rico fazendeiro e com grande influência no cenário político, adquiriu um novo patrimônio na região, denominado inicialmente de Lácio, localizado nas terras da outrora Fazenda Cincinatina. Utilizando-se de sua influência política e fazendo doações de terras à Cia. Paulista, Sampaio Vidal garantiu a inclusão de sua propriedade no traçado da ferrovia<sup>57</sup>. Porém, em 1927, seguindo determinações da Companhia – que atribuía nomes às estações que partiam de Piratininga segundo uma ordem alfabética, de modo que a próxima localidade deveria ter uma denominação iniciada com a letra “M” – o fazendeiro mudou o nome de seu patrimônio para “Marília”<sup>58</sup> (LARA, 1991).

---

<sup>55</sup> Rodolfo Miranda nasceu na cidade de Bananal (SP), em 1860. Graduado em Direito em Paris, fixou residência em São Simão (SP). Através de sua Cia. Pecuária e Agrícola, tornou-se um grande cafeicultor do oeste paulista. Era membro ativo do Partido Republicano Paulista, de cuja Diretoria fazia parte e pelo qual foi eleito deputado estadual em 1919 e 1928. Foi ainda ministro da Agricultura, Indústria e Comércio durante o mandato de Nilo Peçanha (1909-10, pois Peçanha assumiu após a morte de Afonso Pena) [BUSETTO, 1991].

<sup>56</sup> Bento de Abreu Sampaio Vidal, nascido em Campinas em 1872, era filho de Joaquim José de Abreu Sampaio, um dos fundadores de São Carlos e cafeicultor pioneiro da zona noroeste do estado. Aos 18 anos, Bento de Abreu, formado em Humanidades, assumiu a gerência da casa bancária de seu pai, o Banco União de São Carlos. Em 1890, fundou a Companhia Luz Elétrica de São Carlos e participou da fundação da Santa Casa de Misericórdia da supracitada cidade, repetindo o ato em Guariba e Pirajú (municípios do interior paulista). Em 1903, adquiriu sua primeira fazenda de café, em Araraquara, cidade pela qual, cinco anos mais tarde, seria eleito para a Câmara Municipal, sendo reeleito vereador até 1930. Fundou o patrimônio de Marília em 1925; sua influência política colaborou significativamente para elevar a região à categoria de município, em 1928. Foi ainda deputado estadual em 1934 e 1947 [BUSETTO, 1991].

<sup>57</sup> O desenvolvimento das estradas de ferro não obedecia, portanto, a um plano sistemático, antes foi conduzido pelos interesses dos administradores, dos produtores e dos comerciantes do café [MONBEIG, 1984, p. 175].

<sup>58</sup> Sugestão dada por Sampaio Vidal, que no período acabara de ler e gostara muito da insigne obra de Tomaz Antônio Gonzaga, *Marília de Dirceu* [PÓVOAS, 1947].

Em 1928, através da Lei Estadual nº 2320, promulgada em 24 de dezembro do mesmo ano<sup>59</sup>, Marília foi elevada à categoria de município, tendo sido tal acontecimento resultado do trabalho político de Bento de Abreu (PÓVOAS, 1947). No mesmo ano, chega ao recém criado município o primeiro comboio de trens da Cia. Paulista e a cidade tornava-se, assim, *ponta-de-trilho*<sup>60</sup> da estrada de ferro, permanecendo na posição até 1935 (BUSETTO, 1991).

A expansão do café e da ferrovia para as terras do oeste paulista contribuiu significativamente para a vinda à Marília de imigrantes, principalmente japoneses e italianos, e de migrantes nordestinos<sup>61</sup>. A fase inicial da estruturação fundiária da região, apoiada no trabalho das companhias loteadoras existentes na região Peixe-Aguapeí e somada aos interesses dos grandes proprietários locais, estimulou o desenvolvimento do processo de parcelamento das terras de Marília<sup>62</sup>. Isso facilitava a compra de lotes por parte de colonos, principalmente de nacionalidade estrangeira, e pequenos proprietários oriundos de velhas regiões cafeeiras (PÓVOAS, 1947).

O processo de desenvolvimento da população de Marília pode ser explicado pelas formas como se deu sua ocupação econômica, iniciado principalmente a partir de 1925, coincidindo com a ampliação do plantio de café no Estado de São Paulo – o que era favorecido pela expansão ferroviária na região (BUSETTO, 1991). Em Marília,

---

<sup>59</sup> Promulgada por Júlio Prestes de Albuquerque, então governador de São Paulo (1927-1930), estabelecia que as terras desmembradas de Cafelândia e Campos Novos eram oficialmente reconhecidas como município, constituído de dois distritos: Marília e Pompéia [LARA, 2003].

<sup>60</sup> Expressão que denominava as cidades que abrigavam a última (ou a primeira) estação de trem até onde os caminhos da estrada de ferro se estendiam [MONBEIG, 1984].

<sup>61</sup> A cidade de Marília era *ponta-de-trilho*: por sua estação, suas hospedarias e suas lojas passavam cerca de cinco mil lenhadores baianos que, segundo os velhos habitantes, invadiram o antigo sertão da *Alta Paulista* [MONBEIG, 1984, p. 350].

<sup>62</sup> É importante salientar que esse fenômeno não corresponde ao retalhamento amplo das propriedades, mas apenas de uma parcela das mesmas [BUSETTO, 1991].

especificamente, contava pontos ainda o fato de seu solo ser propício ao cultivo de café, associado à juventude de suas plantações<sup>63</sup> (MONBEIG, 1984).

Assim, verificamos que, não obstante os efeitos negativos da crise de 1929<sup>64</sup>, a produção cafeeira reinou, hegemônica, na economia local quando de sua formação inicial. Em 1939, apenas dez anos após sua fundação, o município apresentava uma superprodução<sup>65</sup> e chegou a figurar como o terceiro maior produtor paulista de café, atrás somente de outros dois municípios da região noroeste: Piraju e Lins (BUSETTO, 1991).

A produção cafeeira local declinaria no final da década de 1950<sup>66</sup>, mas tal acontecimento, contudo, não acarretaria problemas muito significativos ao desenvolvimento de Marília. Sua situação econômica manteve-se relativamente estável, muito por conta do avanço da cultura local de algodão, plantado nas terras onde

---

<sup>63</sup> É importante salientar que a cafeicultura em Marília, desde o princípio da ocupação de suas terras, desenvolveu-se através de considerável parcela de pequenas explorações. Monbeig, considerando como pequena propriedade cafeeira toda aquela com menos de 25 mil pés, apontou ser o município, entre 1937-38, formada por 71% desse tipo de lavoura [MONBEIG, 1984].

<sup>64</sup> Terminada a Primeira Grande Guerra (1914-1919), os países europeus voltaram a organizar e desenvolver sua estrutura produtiva. Para isso, acabaram reduzindo as importações de produtos americanos, responsáveis, na época, por cerca de 50% da produção mundial. Contudo, o ritmo de produção industrial e agrícola dos Estados Unidos continuava a crescer aceleradamente, enquanto Inglaterra, França e Alemanha foram atualizando rapidamente seus métodos industriais. Isso colaborou para aumentar o desequilíbrio entre o excesso de mercadorias produzidas e o escasso poder aquisitivo dos consumidores. Configurava-se, assim, uma conjuntura econômica de superprodução capitalista. A crise de superprodução teve como um de seus grandes marcos o dia 29 de outubro de 1929, dia do *crack* da Bolsa de Valores de Nova York, que representava o grande termômetro econômico do mundo capitalista. As ações das grandes empresas sofreram uma queda vertiginosa, perdendo quase todo o seu valor financeiro. O *crack* de 1929 abalou o mundo inteiro. Os Estados Unidos, não podendo vender, também deixaram de comprar e isso afetou diretamente o Brasil, que dependia das exportações de café para os americanos. Com a crise, grande parte do volumoso estoque do café brasileiro produzido ficou sem mercado consumidor. O Brasil não conseguiu conter o desastre econômico que abalou a classe cafeicultora e, por consequência, abalou as próprias estruturas políticas da República Velha, abrindo caminho para a Revolução de 1930, que levaria Getúlio Vargas ao poder [FURTADO, 1976].

<sup>65</sup> Cerca de 26 mil toneladas de café, representando quase 3% do total produzido no Estado de São Paulo [Anuário Estatístico de São Paulo – Departamento de Estatística, 1939].

<sup>66</sup> Apesar de todo esse processo de substituição de culturas, Marília continuava caracterizando-se, tanto dentro da região como um todo, quanto em relação ao Estado de São Paulo, como uma área produtora de café. Isso porque houve o desenvolvimento, na década de 1960, de novos cafeeiros, desta vez com a utilização de técnicas modernas [ROJAS, 2001].

anteriormente existiam cafeeiros de pouca produtividade e nos espaços ainda não ocupados pelo café. Assim, como nos relata Monbeig (1984), tínhamos na cidade a coexistência do café, do algodão e da cultura de subsistência:

Desçamos do espigão onde está Marília até o Vale do rio do Peixe ou do rio Tibiriçá. De um como de outro lado, a paisagem é a mesma; depois de ter atravessado alguns quilômetros belos cafezais, as estradas, até então planas e retas, começam a descer, com voltas bruscas e um solo deslizante. Em uma curva vêem-se repentinamente baixas colinas que sobressaem junto aos cursos sinuosos dos rios, cobertos por culturas que se destacam, no começo da estação seca, os pés de milho, altos, ao lado de alinhamentos de feijão, rente ao solo, e as pequenas quadras de cana-de-açúcar. Mas, o que mais chama a atenção são os campos cultivados com algodão, com as inúmeras manchas brancas das cápsulas já abertas [MONBEIG, 1984, p. 283].

O geógrafo francês salientou, ainda, a importância do imigrante japonês e da pequena propriedade rural na ampliação da lavoura algodoeira no município. Os imigrantes japoneses adquiriram boa parte dessas propriedades<sup>67</sup> – auxiliados pela BRATAC<sup>68</sup> – e se identificaram com o cultivo do algodão, uma vez que a sua lavoura exigia pouco investimento e, no prazo de alguns meses, já apresentava boa produção. Dessa feita, Marília transformou-se no maior produtor de algodão do Estado, entre os anos de 1936 e 1946 (MONBEIG, 1984).

Após a Segunda Guerra Mundial, a produção algodoeira foi tornando-se inexpressiva no município, em razão da queda de suas exportações e das baixas em seu preço, além da questão envolvendo o solo – embora não exigisse terras férteis, o plantio de algodão lhes provocava considerável enfraquecimento (PÓVOAS, 1947). Nessa medida, a solução para tal problema foi a gradativa substituição pelas plantações de amendoim, cujo cultivo foi amplamente adotado pelos agricultores da região, uma vez

---

<sup>67</sup> Segundo o serviço de estatística da prefeitura, em 1934, das 3.312 propriedades encontradas em Marília, 2.391 pertenciam a estrangeiros [BUSETTO, 1991].

<sup>68</sup> A BRATAC, antigamente chamada de “Burajiru Takushoku Kumiai”, tratava-se de uma sociedade colonizadora, presente no Brasil desde o início do século XX, que estimulava a imigração japonesa no país. A partir de 1940, tornou-se uma grande indústria de fiação de seda, com sede em Bastos, interior de São Paulo [Fonte: site da BRATAC - [www.bratac.com.br](http://www.bratac.com.br) - Acesso em 02 de julho de 2006].

que tal não exigia fertilidade da terra. Em 1950, Marília já era o maior produtor de amendoim do estado de São Paulo<sup>69</sup>. Desse modo, a partir da segunda metade do século XIX (até a década de 1970), o amendoim, juntamente com o café, tornou-se produto agrícola líder na cultura local (BUNETTO, 1991).

O primeiro ciclo industrial de Marília ocorreu entre as décadas de 1940 e 1960, ainda voltado para o setor agrícola. As primeiras indústrias instaladas eram olarias, maquinarias em benefício do arroz, do café e do algodão, fábricas de óleo de caroço de algodão e de amendoim, fiações para a manufatura do fio de seda. O comércio municipal desse período apresentava perfil praticamente idêntico ao da indústria. Exportavam-se para a capital e outros municípios do interior paulista, café, algodão em pluma, arroz, fios de seda, bebidas de fabricação local, mamona, amendoim, bem como importavam-se tecidos, calçados, chapéus, gêneros alimentícios (LARA, 1991). É nesse momento também que a urbanização desenvolve-se com mais rapidez na cidade.

Um novo ciclo industrial no município teve seu início em meados dos anos de 1970, com a modernização do setor e a diversificação de sua produção (ROJAS, 2001). Investe-se, principalmente, nas indústrias de alimentação e de metalurgia, com taxas de crescimento anuais de 1,93% já na década de 1970 e de 3,10% em 1989 (dados do IBGE – 1970 e 1980). Vale ressaltar ainda que, concomitantemente ao processo de industrialização e urbanização da cidade, desenvolveram-se também as atividades pecuárias. Assim, a partir de 1970, a agricultura apresenta características comerciais que trouxeram como conseqüências a expulsão dos pequenos proprietários e a crescente valorização do espaço agrícola, cuja ocupação se dá, cada vez, por pastagens, não por lavouras (TANURI, 2003). Rapidamente, a pecuária domina a ocupação agrícola. Tal cenário, aliado à utilização cada vez mais freqüente de máquinas e insumos agrícolas,

---

<sup>69</sup> Sua produção, de 10.549 toneladas, correspondia a 16% do total da produção paulista, em todo o Estado [Censo Agrícola – 1950 – IBGE].

faz com que a contratação de trabalhadores rurais, antes em regimes de colonato, passe a apresentar conotação tipicamente capitalista, coloca como alternativa de sobrevivência ao trabalhador tão somente a venda de sua força de trabalho. A mão-de-obra empregada na agricultura torna-se do tipo assalariado-temporária, dando origem a uma categoria de trabalhadores volantes, também conhecidos como ‘bóias-frias’ (LARA, 1991; ROJAS, 2001).

O terceiro ciclo industrial mariliense ocorre a partir da década de 1980, fundamentado, basicamente, na oferta de serviços à população, o que proporcionou estímulos às atividades do comércio e provocou mudanças significativas na apropriação do espaço urbano (ROJAS, 2001). O mercado imobiliário sofre um *boom*, especialmente na construção de apartamentos, modificando, inclusive, as características arquitetônicas da cidade, que passa também a crescer verticalmente (TANURI, 2001).

O desenvolvimento econômico do município de Marília foi acompanhado do desenvolvimento social. Paralelamente à urbanização do município, a partir de 1960, quando a população urbana representava 59,6% do total de habitantes da cidade, sendo que esse número saltou para 93,5% em 1991 (IBGE – 1990), houve um claro progresso dos indicadores sociais, como pode ser observado no quadro a seguir:

Indicadores sociais do município de Marília – 1970, 1980 e 1990.

<i>Indicadores</i>	<i>Décadas</i>		
	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1990</i>
Expectativa de vida (anos)	61,99	64,88	67,66
% de domicílios com abastecimento de água	53,65	73,97	90
% de domicílios com abastecimento de esgoto	23,10	50,21	90
Taxa de alfabetização da população com 5 anos ou mais	69	76,6	86,6

Fonte: Fundação IBGE – Censos demográficos de 1970, 1980 e 1990.

Dados da Fundação SEADE mostravam que, em 1995, a ocupação do espaço agrícola no município de Marília correspondia a 68,79% de pastagens e 7,24% de

lavouras. Tal domínio da pecuária, aliás, fez da cidade uma das principais bacias leiteiras de tipo B do Estado de São Paulo. Na agricultura, tem-se o desenvolvimento de culturas variadas, como milho, amendoim, maracujá, além do resgate dos investimentos em cafezais.

Na virada do milênio, Marília se caracteriza por ser pólo industrial da região, com cerca de 1.095 indústrias, das quais 200 são produtoras de biscoitos e confeitos – cuja produção supre 12% do mercado nacional. Possui também 105 indústrias do setor de metalurgia e máquinas que empregam cerca de 3.000 trabalhadores. Estima-se, ainda, que existam no município atualmente entre seis a oito mil empresas comerciais em funcionamento, garantindo cerca de 24 mil empregos diretos (ROJAS, 2001).

A cidade também se destaca por constituir um centro regional de ensino superior, desde o fim da década de 1960/ início de 1970, quando a maioria das instituições de ensino universitário se instalaram no município, tanto no setor público – com a [Faculdade de Medicina de Marília \(FAMEMA - 1966\)](#), a [Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho \(UNESP - 1976\)](#) e a recém-instalada [Faculdade de Tecnologia \(FATEC - 2005\)](#) – quanto no privado – Universidade de Marília (UNIMAR – 1956), [Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha \(UNIVEM - 1967\)](#). Tais instituições atraem e agregam à população local cerca de 15 mil estudantes, de todas as regiões do país (TANURI, 2003).

Desde janeiro de 2005, o município é governado pelo prefeito Mário Bulgarelli<sup>70</sup>, eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira, cujo mandato deve

---

<sup>70</sup> Mário Bulgarelli, nascido em 1949, na cidade de Marília é graduado em Pedagogia, com Habilitação em Coordenação, Administração e Supervisão Escolar pela Universidade de Marília (UNIMAR), da qual já foi docente, tendo exercido, ainda, o cargo de professor da rede pública de ensino estadual, por 25 anos, além de lecionar na área de ensino médio e técnico na Escola SENAI José Polizotto, por 21 anos.

perdurar até 2008, salvo seja reeleito. Marília também conta com um poder legislativo representado por 13 vereadores, todos eleitos pelo voto popular em 2004, para um mandato de 4 anos.

Em 2001, através de pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP), juntamente com a Rede Globo de Televisão – representada por sua estação local, a TV TEM – o município ocupou o primeiro lugar em desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. No ano seguinte, foi apontada pela Unicef-ONU como ‘Cidade Amiga da Criança’, modelo em educação, sendo atualmente, a sexta cidade 6ª do país no atendimento à criança, ainda segundo a Unicef-ONU.

#### 2. 4. (1980 – 2004): o país.

##### SÃO PAULO FAZ O MAIOR COMÍCIO<sup>71</sup>



Vista parcial do comício do Vale do Anhangabaú, em 16 de abril de 1984. Foto: Jorge H. Singh.

Mais de um milhão de pessoas em silêncio, mãos entrelaçadas, braços para cima. Ao sinal do maestro Benito Juarez, da Orquestra Sinfônica de Campinas, a multidão cantou o Hino Nacional. Do céu caía papel picado, papel amarelo, a cor das diretas, brilhando à luz dos holofotes. No Vale do Anhangabaú, muita gente chorou. Houve outros momentos de emoções na

maior manifestação popular já ocorrida no Brasil: houve choro quando chegou ao palanque um gigantesco boneco do senador Teotônio Vilela, ao som do "Menestrel das Alagoas"; quando a Sinfônica de Campinas tocou a Quinta Sinfonia de Beethoven, cujo prefixo iniciava os noticiosos da BBC durante a guerra contra o nazismo; quando a Corporação Musical Artur Giambelli, de Limeira, tocou o "Cisne Branco", hino da Marinha de Guerra. Mas a alegria

Por tantos anos de serviços prestados à educação, ganhou a alcunha política de ‘Professor’ Bulgarelli. Sua carreira política, aliás, começou em 1993, quando tornou-se vereador do município. Foi reeleito em 1996 e se tornou Presidente da Câmara, entre 1999 a 2000. De 2001 a 2004, foi vice-prefeito de [Abelardo Camarinha](#), seu predecessor no atual cargo de prefeito. Em 2004, venceu o pleito municipal para a chefia da prefeitura, posição que ocupa atualmente. [Fonte: Site do Wikipédia – Biografias: [http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio\\_Bulgarelli](http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_Bulgarelli). Acesso em 20 de novembro de 2006].

<sup>71</sup> Publicado na Folha de S.Paulo, terça-feira, 17 de abril de 1984. Fonte: banco de dados da Folha – Acervo *on line* - [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_17abr1984.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_17abr1984.htm). Acesso em 19 de outubro de 2006.



superou o choro. Enquanto a passeata avançava pelo centro da cidade, pequenos grupos se destacavam e dançavam forró, faziam humor ("Figueiredo para ex-presidente", dizia um cartaz: "Pois eu prefiro cheiro de cavalo", lembrava outro), puxavam novas palavras de ordem: "Não, não, não/ao colégio do João". Em nome da festa das diretas, os professores se privaram de vaiar o governador Franco Montoro; PT e PMDB evitaram a costumeira troca de estocadas e trabalham juntos na organização da passeata; PCB, PC do B e MR-8 aceitaram pacificamente uma escala de oradores que não os incluía. Quantas pessoas foram à passeata? Montoro falou em quase dois milhões, Osmar Santos anunciou 1 milhão e 700 mil, a PM calculou 1 milhão e meio, o secretário do Planejamento da Prefeitura, Jorge Wilhelm, cita 1 milhão, o repórter Clóvis Rossi (ex-correspondente da "Folha" em Buenos Aires), comparando a manifestação com o último comício de Raul Alfonsín, não acredita em mais de 800 mil. Não importa: o que vale é que jamais houve concentração desse nível - e sem nenhum incidente a prejudicá-la, nenhuma briga, nenhum batedor de carteira, nenhuma ocorrência policial sequer, a multidão unida na alegria, na emoção e na luta pelas diretas (e, ainda por cima, qualquer dos números citados é maior e mais expressivo do que 686, número de integrantes do Colégio Eleitoral). O leitor pode fazer as contas: quantos de seus conhecidos foram à passeata? A multidão em marcha lotou a Sé, a Benjamim Constant, o Viaduto do Chá, a praça Ramos, a Conselheiro Crispiniano, a São João, o Anhangabaú; muitos bares do caminho ficaram abertos e não tiveram problemas - apenas lucros. Além dos adversários naturais - o Colégio, os candidatos indiretos, o governo - só se hostilizou um alvo: a Rede Globo de Televisão, que preparou um esquema-monstro de cobertura. "O povo não é bobo/fora Rede Globo" foi o slogan mais utilizado. A vítima favorita, porém, foi o Colégio Eleitoral. Lula se transformou no orador mais aplaudido da noite ao afirmar, em resposta ao general Rubem Ludwig, que aquela manifestação não era baderna: "Baderna é o Colégio Eleitoral". Às 20h30, no horário do final do comício, o presidente Figueiredo surgia em rede nacional de TV para anunciar sua proposta: diretas mais tarde, em 1988. O delegado Romeu Tuma, da Polícia Federal, informava Brasília de que "o verde do Anhangabaú foi coberto pelo vermelho das bandeiras dos partidos de esquerda". E, enquanto a multidão se retirava calmamente, os fogos de artifício escreviam no céu de São Paulo a mensagem do comício: "Diretas, já".

Vista parcial do comício do Vale do Anhangabaú, em 16 de abril de 1984. Foto: Jorge H. Singh.

Caminhando para o encerramento político do ciclo de [governos militares](#)<sup>72</sup> (entre os anos de [1964](#) e [1985](#)), o Brasil enfrentou as dificuldades econômicas herdadas do chamado *milagre econômico*<sup>73</sup>, o que levou o país a vivenciar uma série fracassada

---

<sup>72</sup> Na ditadura que se seguiu ao golpe imposto pelos militares ao governo de João Goulart, em 31 de março de 1964 – e que duraria vinte e um anos, até 1985 – houve repressão policial, exílios políticos, estabelecimento de legislação autoritária com supressão dos direitos civis, uso da máquina estatal em favor da propaganda institucional e política, manipulação da opinião pública através de institutos de propaganda governamental e empresas privadas que se beneficiaram do golpe. Censura, torturas, assassinatos de líderes opositores foram intitucionalizadas pelo Ato Institucional nº 05 (o AI-5), na prática, uma emenda à Constituição de 1967, que, baseada na Doutrina de Segurança Nacional, instaurou um Estado policial. Endividamento externo do país, construção de grandes obras com licitações forçadas para grupos de apoiadores também foram ‘marcas’ desse período. Durante a ditadura militar, o [Brasil](#) foi governado por dois marechais e três generais. O primeiro governo foi o do marechal [Humberto de Alencar Castelo Branco](#) (1964-1967); o segundo coube ao marechal [Arthur da Costa e Silva](#) (1967-1969); o terceiro foi o do general [Emílio Garrastazu Médici](#) (1969-1974); o quarto ao general [Ernesto Geisel](#) (1974-1979) e o quinto e último pertenceu ao general [João Figueiredo](#) (1979-1985) [FICO, 2005].

<sup>73</sup> O *milagre econômico* é a denominação dada à época de exponencial crescimento econômico durante a [ditadura militar](#), cuja reforma institucional ficou marcada pela implementação do [Programa de Ação Econômica do Governo](#) (PAEG), que alterou a metodologia de verificação e diagnóstico da [inflação](#), criando artificialismos de baixa. Com a reorganização do sistema financeiro, a recuperação da capacidade

de planos de estabilização da moeda, em geral baseados em políticas monetárias heterodoxas, como [congelamento de preços](#) e [confisco de poupança](#)<sup>74</sup>. Contudo,

---

fiscal do Estado forçando a estabilidade monetária, a política de crédito sofrendo aumento do nível de juros e redução de [salários](#), houve uma expansão da política econômica. Devido aos artificialismos, ficou mascarada a entrada de divisas oriundas de empréstimos via capital externo. Boa parte deste dinheiro acabou perdida em obras que não eram necessárias na época e outras que terminaram ficando inacabadas, devido a administração equivocada. Os investimentos, e a conseqüente entrada de capital novo, fizeram o [PIB](#) subir rapidamente, em torno de 10% ou mais, o Brasil gerou empregos, aumentou o número de indústrias de base, rodovias e grandes obras. Mas, o custo do crescimento da economia foi excessivamente grande, pois era alicerçado por empréstimos externos a longo prazo, endividando o país por muitos anos. Em 1967, assume o comando da economia [Antonio Delfim Netto](#), para quem o desenvolvimento interno do mercado brasileiro poderia, por si só, gerar crescimento; daí o governo ter aumentado o investimento das empresas estatais, recapitalizadas graças à política da chamada *verdade tarifária*, conceito amplamente divulgado pelos economistas intelectuais da época. O Estado investe na indústria pesada, siderurgia náutica, entre outras, o crescimento da produção de bens duráveis de consumo alcança a taxa média de 23,6% ao ano, e o de bens de capital 18,1%, as empresas estatais crescem e obtêm lucros imensos. Apesar do equilíbrio das contas externas, a dívida cresce exponencialmente em virtude do elevado grau de liquidez internacional, dos empréstimos para consolidar o crescimento e da política de acúmulo de reservas adotada pelo governo. Além disso, o Brasil, ao progredir economicamente, aumenta sua desigualdade sócio-econômica, evidenciando sua má distribuição de renda e o aumento da miséria. Assim, as vantagens do crescimento econômico ficaram com o grande capital, os salários continuaram a ser achatados, apesar da propaganda institucional. A partir de 1973 o crescimento diminui e, em 1974, a balança comercial apresenta enormes déficits que ultrapassam os US\$ 4,0 bilhões ao ano. A capacidade de geração de divisas é insuficiente para sustentar o ritmo do crescimento; no final dessa década, a [inflação](#) chega a 94,7 % ao ano; em 1980 já é de aproximadamente 110 %, e em 1983 alcança o patamar de 200 %. A dívida externa chega a US\$ 90 bilhões. Para pagá-la, 90 % da receita oriunda das exportações era necessária, e o Brasil entra numa fortíssima recessão que tem como maior fruto o desemprego, que se agrava com o passar dos anos [LAGO, 1989].

<sup>74</sup> Durante a década de 1980, o Brasil vivenciou quatro planos econômicos de estabilização da moeda e de controle da inflação. Foram eles: O *Plano Cruzado* (lançado em 01 de março de 1986, por [Dílson Funaro](#), ministro da Fazenda do governo do presidente [José Sarney](#)) mudou a [moeda](#) do Brasil de [Cruzeiro](#) para o [Cruzado](#) e posteriormente para o [Cruzado Novo](#), congelou os [preços](#) e [salários](#) e criou o [gatilho salarial](#) e o [seguro-desemprego](#). O objetivo principal do plano foi a contenção da [inflação](#) através do [congelamento de preços](#), contudo, o plano começou a fracassar devido aos preços relativos da economia estarem desequilibrados. Muitos produtos estavam com o preço tabelado abaixo da rentabilidade desejada ou até mesmo abaixo do custo de produção, o que inviabilizava a venda dos produtos para o consumo. Além disso, o próprio abono concedido ao salário mínimo e ao funcionalismo público levou a um aumento do consumo o que pressionou ainda mais a demanda. Para equilibrar oferta e demanda as empresas não podiam aumentar os preços. Outros fatores que levaram ao fracasso do plano foi a falta de medidas econômicas por parte do governo para controlar os gastos públicos. O congelamento da taxa de câmbio levou o país a perder uma parcela considerável de reservas internacionais e os juros da economia estavam negativos o que desestimulava a poupança e pressionava o consumo. Algumas medidas corretivas ainda foram tomadas pelo governo, mas a proximidade das eleições fez com que o governo evitasse tomar medidas impopulares para garantir a sobrevivência do Plano, deixando para executá-las após o pleito. Porém, no ano seguinte a inflação se reacelerou num patamar maior que o anterior, levando o plano a naufragar de vez. O governo, após as eleições, a 21 de novembro de 1986, lançou o *Plano Cruzado II*, no qual liberava os preços dos produtos e serviços, o reajuste dos aluguéis deveria ser negociado entre proprietários e inquilinos e também alterava o cálculo da inflação, que passaria a ter como base de cálculo os gastos com famílias com renda de até cinco salários mínimos e os impostos das bebidas e cigarros foram reajustados. As exportações caíram enquanto as importações aumentavam, esgotando as reservas cambiais. Enfim, o Plano cruzado II revelou-se outro desastre: a inflação disparou e o governo decretou moratória, suspendendo o pagamento da dívida externa em 20 de janeiro de 1987. Já o *Plano Bresser* foi apresentado por Bresser Pereira – que assumiu o ministério da Fazenda em 29 de abril de 1987, após a demissão de Dílson Funaro – que decretava congelamento de preços, dos aluguéis e dos salários por 60 dias. Para diminuir o déficit público, estabelecia algumas medidas, como o aumento de tributos, a

embora chamada de *década perdida* no que se refere ao *desenvolvimento econômico* do país, os anos de 1980 produziram análises bastante otimistas em relação à *evolução da conjuntura política* brasileira (CASTRO, L., 2005) . A semente dessa visão positiva sobre o futuro do país começou com o aumento do interesse da população civil no debate político, crescimento marcado particularmente pela campanha das *Diretas – já!*, um movimento que agregou diversos setores da sociedade brasileira (partidos políticos de oposição ao regime militar, lideranças sindicais, estudantis, civis e jornalísticas, entre outros, cujas manifestações em praças públicas chegavam a reunir milhares de pessoas) em reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil, em 1984 (RODRIGUES, 2003).

A possibilidade de eleições diretas no país se concretizaria na aprovação da [Emenda Constitucional Dante de Oliveira](#)<sup>75</sup> pelo [Congresso Nacional](#), projeto de lei cuja proposta era justamente a instauração de tal forma de plebiscito. A enorme pressão popular para que fosse aprovada transformou a emenda em um dos marcos do movimento das *Diretas-já!*. Contudo, apesar de todo alarido popular, a emenda constitucional foi a [plenário](#) no dia [25 de abril](#) de 1984, obtendo o seguinte resultado:

---

eliminação do subsídio do trigo e o adiamento de obras de grande porte. Houve, ainda, a retomada das negociações com o Fundo Monetário Internacional, suspendendo a moratória. Porém, mesmo com todas essas medidas, a inflação chegou a 366% em dezembro de 1987. Bresser deixaria o ministério em 06 de janeiro de 1988, sendo substituído por Maílson da Nóbrega, que assumiu o Ministério da Fazenda propondo uma política econômica sem medidas drásticas, na tentativa de conviver com a inflação através de ajustes localizados. Mas, em 1988, a inflação chegou a 933% e o governo lançou mais um plano econômico, o *Plano Verão*, apresentado em 15 de janeiro de 1989. O novo plano econômico criou o 'Cruzado Novo', estabeleceu mais um congelamento de preços, extinguiu a correção monetária, propôs a privatização de algumas estatais e cortes nos gastos públicos, onde os funcionários contratados nos últimos cinco anos seriam exonerados. Entretanto, os cortes não aconteceram e, em dezembro do mesmo ano, a inflação atingiu 53,55%. Mais uma vez, um plano econômico brasileiro mostrava-se desastroso. [CASTRO, L., 2005].

<sup>75</sup> Dante de Oliveira, eleito deputado federal em 1982 pelo [PMDB](#), assumiu em [1983](#) e, desde então, começou a coletar as assinaturas para apresentar o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que estabelecia eleições diretas para presidente da república no Brasil – 170 assinaturas de deputados e 23 de senadores. No dia [2 de março](#) de 1983, já possuía o número suficiente para apresentar a proposta. Contudo, como verificamos acima, o projeto não viria a ser aprovado. Apesar disso, configurou um marco no processo de redemocratização do país [RODRIGUES, 2003].

298 deputados votam a favor, 65 contra, três abstenções. Uma manobra política resultou na ausência de 113 parlamentares, de modo que a proposta foi rejeitada por não apresentar quórum suficiente para sua aprovação. Seja como for, chega a ser consenso entre os analistas, que a campanha das *Diretas-já!* teve grande importância na redemocratização do país, tendo suas principais lideranças formado o que viria a ser a nova elite política brasileira (RODRIGUES, 2003).

Com a rejeição da emenda, a eleição para [presidente da República](#) de [1985](#) foi indireta. Contudo, o ciclo de governos militares no país se encerrava. Em 15 de janeiro de 1985, com 480 votos contra 180 do candidato derrotado, Paulo Maluf, Tancredo Neves<sup>76</sup> é escolhido pelo [Congresso Nacional](#) para assumir a cadeira presidencial. Neves, que tinha sido opositor da ditadura militar e um dos grandes articuladores da campanha das *Diretas-já!*, entretanto, não chegou a tomar posse, falecendo em 21 de abril de 1985, por falência múltipla dos órgãos (CASTRO, L., 2005).

---

<sup>76</sup> Tancredo de Almeida Neves (1910-1985), político mineiro, formou-se em Direito, tendo exercido o cargo de promotor-público. Iniciou sua carreira política em [1934](#), ao filiar-se ao Partido Progressista (PP) e ser eleito [vereador](#) e [prefeito](#) interino em São João del-Rei, sua cidade natal. Em 1937, presidia a Câmara Municipal, quando [Getúlio Vargas](#) fechou o [poder legislativo](#) do [Brasil](#). Durante o [Estado Novo](#), a ditadura de Vargas, foi preso duas vezes, em [1937](#) e [1939](#). Com o fim do Estado Novo, voltou à política, tendo sido eleito [deputado estadual](#) em [1947](#), [deputado federal](#) em [1950](#) e em [1953](#), pelo Partido Social-Democrata ([PSD](#)) [mineiro](#). No governo de [Juscelino Kubitschek](#) (1956-1961), foi presidente do [Banco do Brasil](#). Voltou à [Câmara dos Deputados](#) em [1963](#), lá permanecendo até [1979](#). Posicionou-se contra o golpe de 1964 e foi um dos fundadores do [Movimento Democrático Brasileiro](#) (MDB), partido político de oposição ao governo militar. Em [1978](#), foi eleito [senador](#), e, em 1982, por voto direto, tornou-se governador do Estado de [Minas Gerais](#). Com o fim do [MDB](#), ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro ([PMDB](#)). Em [1984](#), participou do movimento das [Diretas-já!](#), que visava reestabelecer eleições diretas no país. Derrotada tal emenda no plenário, tornou-se candidato do [PMDB](#) a presidente da república, pelo colégio eleitoral. Indicado por uma coligação de partidos e tendo José Sarney como vice em sua chapa, Tancredo venceu o pleito, em 1985. Porém, a sua saúde não resistiu e, na véspera de sua posse – 14 de março de 1985 – foi internado em [Brasília](#). José Sarney assumiu a presidência, aguardando o seu reestabelecimento. No entanto, em [21 de abril](#) do mesmo ano, Tancredo Neves veio a falecer, vítima de [infecção](#) generalizada, aos 75 anos [Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/htm>. Acesso em 20 de outubro de 2006].

A morte de Tancredo Neves tornou seu vice, José Sarney<sup>77</sup>, o novo presidente do Brasil – e o titular do nosso primeiro governo civil, após um hiato de trinta anos. Sarney notabilizou-se pela hábil condução do processo de redemocratização do país. Já em [1985](#), foram realizadas eleições diretas para prefeito das capitais, as primeiras em vinte anos. No ano seguinte, ocorreram as eleições para a [Assembléia Nacional Constituinte](#) (CASTRO, L., 2005). Mas, o resultado mais significativo desse processo talvez tenha sido a promulgação, em 05 de outubro de 1988, da nova Constituição brasileira, apelidada de *Constituição cidadã*, a qual criou novas garantias e liberdades constitucionais aos cidadãos. Rompendo com a lógica autoritária da [Constituição de 1967](#), feita em plena ditadura militar, a nova Carta qualificou como crimes inafiançáveis a [tortura](#) e as ações armadas contra o Estado democrático e a ordem constitucional, criando, assim, dispositivos para bloquear [golpes](#) de quaisquer naturezas. Legalizou todos os partidos políticos e determinou a eleição direta do presidente da República, dos [governadores](#) dos Estados e [prefeitos](#), além de prever as responsabilidades fiscais (RODRIGUES, 2003). Contudo, se o mandato de Sarney (1985-1990) caracterizou-se pela consolidação da [democracia](#) brasileira, foi marcado também por uma grave crise econômica, cuja adoção de uma

---

<sup>77</sup> Nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, em 1930, no estado do [Maranhão](#), José Sarney, bacharel em Direito, ingressou na vida pública em 1955, quando foi eleito deputadofederal, fato que o torna o parlamentar mais antigo ainda em atividade no Congresso Nacional. Ao longo de sua carreira política, foi diversas vezes eleito para os cargos de [deputado](#) e [senador](#). Foi governador do [Maranhão](#) entre [1966](#) e [1971](#). Já integrou a União Democrática Nacional ([UDN](#)), foi presidente do Partido Democrático Social ([PDS](#)) e filiado do Partido da Frente Liberal ([PFL](#)). Atualmente, é membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro ([PMDB](#)). Foi eleito para a [Academia Brasileira de Letras](#) em 1980, ocupando a cadeira de número 38, cujo patrono é [Tobias Barreto](#). Eleito vice-presidente da república na chapa de Tancredo Neves, assumindo a cadeira presidencial após o falecimento deste, em 1985. Em 1990, depois de transmitir cargo a Fernando Collor de Mello, Sarney trocou de domicílio eleitoral, candidatando-se ao [Senado](#) pelo recém-criado estado do [Amapá](#). Desde então, venceu todas as eleições para o Senado nas quais concorreu ([1990](#), [1998](#) e [2006](#)) sendo representante do estado há dezesseis anos [Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/htm>. Acesso em 20 de outubro de 2006].

política bastante heterodoxa – que incluiu o fracasso de quatro planos econômicos<sup>78</sup> – culminou na evolução para um quadro de [hiperinflação](#) histórica e para a conseqüente [moratória](#) (FRANCO, 2005).

O fim do regime militar, a ascensão ao poder de um governo civil e a promulgação de uma Constituição que buscou priorizar direitos de cidadania antes das atribuições do Estado, além da retomada da prática de eleição direta para presidente, estabeleceu todo um cenário que contribuiu para a projeção de expectativas um tanto positivas demais sobre os anos vindouros. Apesar da decepção, principalmente no campo econômico, do governo Sarney, um clima de forte otimismo ainda rondava o país durante as eleições presidenciais de 1989 (CASTRO, L., 2005). Parecia que caminhávamos para a construção do que Fernando Henrique Cardoso chamou de *democracia substantiva*, a qual, para além de tentar evitar os conflitos “pela via de adesão simbólica a valores pseudoconsensuais que estabelecem uma ordem supostamente homogênea”<sup>79</sup>, ao contrário, buscava materializar-se a partir do embate de posições conflitantes, onde o dissenso era não apenas considerado, mas parte essencial de todo o processo.

Assim, uma vez que a transição democrática iniciava-se com a legitimação do conflito e com o respeito à alteridade de opiniões, esperava-se que a economia tomasse a mesma direção da política: o processo de consolidação da democracia evoluiria com a estabilização da moeda e a retomada do crescimento, de acordo com um novo modelo de desenvolvimento (SALLUM Jr., 2000).

---

<sup>78</sup> Como já explicitado anteriormente.

<sup>79</sup> Fernando Henrique Cardoso apud Costa, T., 2000, p. 99.

Veio, então, o governo Fernando Collor de Mello<sup>80</sup> para testar todo esse entendimento. Seus resultados não poderiam ser mais desapontadores aos democratas. Eleito pelo já extinto Partido da Reconstrução Nacional (PRN), em segundo turno – obteve 37,86% dos votos contra 32,75% do candidato Lula, de um total de 66.166.362 votos – Collor foi saudado por incontáveis adeptos, de diferentes partidos, como o presidente que, ao expressar a superioridade do mercado sobre o Estado, promoveria a eficiência econômica e atualizaria o país junto ao cenário internacional (AMADEO; MONTERO, 2005). E foi exatamente isso que o mais jovem a assumir cargo privilegiou, desde o início: a economia em detrimento da democratização política e social – como se tais questões não pudessem caminhar juntas. Em sua pretensão de reformar o Estado, diminuindo sua abrangência e dando livre acesso às forças do mercado (o que seguia a orientação das democracias consolidadas da Europa ocidental às novas democracias da Europa central, dos Estados Unidos ao México e Chile, sem mencionar as experiências bem-sucedidas do sudeste asiático), seu governo deixava claro seu despreço pelo debate e pelo diálogo

---

<sup>80</sup> Nascido a 12 de agosto de 1949, no Rio de Janeiro, no seio de uma família tradicional de políticos alagoanos, filho de [Arnon de Mello](#), ex-governador de [Alagoas](#), Fernando Affonso Collor de Mello, antes de entrar na vida pública, trabalhou como jornalista do [Jornal do Brasil](#), gerente do *Fundo Opportunity* e superintendente das *Organizações Arnon de Mello*, que compreendem a TV, a rádio e o jornal [Gazeta de Alagoas](#). Entre 1979 e 1982, foi [prefeito](#) de [Maceió](#), [deputado federal](#) (1983-1987) e [governador](#) eleito de Alagoas (1988-1989). No governo de Alagoas, combateu o empreguismo e altos [salários](#) de funcionários públicos, ganhando apelido nacional de "*Caçador de Marajás*". Também marcaram o período os atrasos no pagamento dos servidores do Estado, de até 4 meses, prejudicando a economia dependente do Estado ao Governo. Em 1989, derrotou [Luiz Inácio Lula da Silva](#) em uma acirrada eleição presidencial – a primeira eleição direta para presidente desde 1960 – e tornou-se o presidente mais jovem a assumir o cargo no país até hoje (tinha quarenta anos em 1990). Seu governo foi marcado, principalmente, pelas denúncias de corrupção, envolvendo pagamentos de propinas e desvios de verbas públicas, o que, somada às amplas manifestações populares negativas a Collor, acabaram por leva-lo à renúncia, o que não impediu seu julgamento e a cassação de seus direitos políticos por oito anos (até 2000). Após o decurso da sua inelegibilidade, Collor tentou concorrer à prefeitura de [São Paulo](#), mas não obteve sucesso. Em 2002, ele concorreu ao governo de seu Estado, [Alagoas](#), mas perdeu novamente. Porém, venceu as eleições 2006 para o Senado em [Alagoas](#) e a partir do dia [1º de fevereiro](#) de 2007 vai ocupar a cadeira hoje ocupada pela ex-presidenciável [Heloísa Helena](#), do [PSOL](#) (Partido do Socialismo e da Liberdade). [Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/htm>. Acesso em 22 de outubro de 2006].

com a sociedade civil, o que contribui para explicar não somente a formulação e a implementação, quanto o inevitável fracasso de seu plano econômico – o Plano Collor<sup>81</sup> (COSTA, T., 2000).

Seu descaso pelo diálogo político em muito contribuiriam para decretar o fim de seu mandato: sem apoio acerca das denúncias de seu envolvimento com as irregularidades cometidas por Paulo César Farias<sup>82</sup>, feitas em 1992 por seu próprio irmão, Pedro Collor, somada a uma crescente mobilização popular, especialmente representada pelo movimento dos *caras-pintadas*<sup>83</sup>, Collor de Mello teve seu *impeachment* decretado, com a decisão da Câmara dos Deputados – através de voto aberto, 441 a favor do impeachment, 38 contra – de autorizar seu julgamento pelo Senado Federal, processo que lhe cassaria os direitos políticos por dez anos (CASTRO, L., 2005).

---

<sup>81</sup> O *Plano Collor* foi um plano econômico que tencionava acabar com a hiperinflação. Foi a primeira medida econômica do Presidente [Fernando Collor de Mello](#), sendo decretada no dia de sua posse, [15 de março](#) de [1990](#). O plano, tocado pela ministra da Economia e assessora econômica do governo, [Zélia Cardoso de Mello](#), consistia basicamente na retirada de [moeda](#) de circulação com um bloqueio dos numerários depositados em bancos (contradizendo o que o então candidato tinha defendido), que se mantinham em [Cruzados Novos](#). O dinheiro que podia ser liberado, o era em [Cruzeiros](#), a nova moeda brasileira. Assim, de uma hora para a outra, não havia dinheiro circulando. Somada à situação, houve ainda um congelamento de preços. Muitos ficaram sem nada e, sob forte opinião pública negativa, o governo começou a dar preferências de liberação (concessões), aumentando a moeda circulante e fazendo com que a inflação voltasse. Além disso, o Brasil não tinha reservas cambiais relevantes e não podia usar a importação como controle de preços de mercado. No combate a inflação, o Plano Collor foi um fracasso, mas ele acabou importante em criar as condições, mudando a matriz monetária brasileira e aumentando reservas, essencial no sucesso do [Plano Real](#), no governo do sucessor de Collor, o de [Itamar Franco](#) [CASTRO, L., 2005].

<sup>82</sup> Paulo César Farias (1945-1996), conhecido como ‘PC Farias’, foi um [empresário brasileiro](#), tesoureiro de campanha de [Fernando Collor de Mello](#) nas [eleições](#) presidenciais brasileiras de [1989](#). Acusado pelo irmão do então presidente de ser seu ‘testa-de-ferro’ em supostos esquemas de corrupção no alto escalão, divulgados entre 1990 e 1991, veio a ser a personalidade-chave no primeiro processo de [impeachment](#) da [América Latina](#). PC Farias apareceu morto, junto com sua namorada, em sua casa de praia, em Guaxuma, em [1996](#). Até hoje, existem muitas dúvidas e especulações envolvendo todos esses acontecimentos. (MAGALHÃES, 1999).

<sup>83</sup> Entre [agosto](#) e [outubro](#) de [1992](#), muitos jovens [brasileiros](#), especialmente estudantes, coligados ou não à UNE (União Nacional dos Estudantes), tomaram as ruas das principais [cidades](#) para exigir a renúncia de [Fernando Collor](#) da [Presidência da República](#) do Brasil. Ficaram conhecidos como *caras-pintadas*, já que a maioria dos estudantes pintavam a face com as cores da [bandeira brasileira](#) (verde, amarelo, branco e azul anil). (CASTRO, L., 2005).

Com Collor afastado do cargo e restando ainda dois anos de mandato, Itamar Franco<sup>84</sup>, então vice-presidente, assumiu o poder. Embora companheiros de chapa, sabia-se que aliança Collor-Itamar não havia sido construída em função de um programa comum. Nesse sentido, o novo governante fez da preocupação com o social – e não mais apenas com a estabilização econômica a qualquer custo – a nota distintiva de seu discurso em relação ao de seu predecessor. Itamar procurou contrapor uma proposta de retomada do crescimento com políticas públicas voltadas para os mais pobres, o que, segundo ele, habilitaria o país a resgatar dívidas históricas, bem como seria condição básica à nossa afirmação no cenário econômico internacional (COSTA, T., 2000).

Na tentativa de tornar coerente sua retórica, o governo Itamar apresentou algumas contribuições na área social, entre as quais a mais relevante talvez tenha sido a implementação do *Plano de Combate à Fome e a Miséria*<sup>85</sup>, que compreendia ações

---

<sup>84</sup> Itamar Augusto Cautiero Franco, nascido em [28 de junho](#) de 1930, em [Juiz de Fora](#), onde cresceu e se formou [engenheiro civil](#) em 1955, graduado na [Escola de Engenharia de Juiz de Fora](#), foi [prefeito](#) de sua cidade natal de [1967 a 1971](#), voltando ao cargo em [1973](#) até [1974](#), quando renunciou para concorrer, com sucesso, ao [Senado Federal](#) como representante de [Minas Gerais](#). Eleito senador, rapidamente, ganhou influência no [MDB](#) (Movimento Democrático Brasileiro), o partido de oposição ao [regime militar](#) que governou o Brasil de [1964 a 1985](#). Reeleito ao [Senado](#) em 1982, foi derrotado na disputa pelo governo de Minas Gerais em [1986](#), como candidato do [PL](#) (Partido Liberal). Em [1989](#), Itamar abandonou o PL, trocando-o pelo pequeno [PRN](#) (Partido da Reconstrução Nacional), para ser candidato a vice-presidente na chapa de [Fernando Collor](#) à presidência da república. Assumiu a faixa presidencial em 27 de dezembro de 1992, quando Collor renunciou, permanecendo no poder até 31 de dezembro de 1994. Após a presidência, Itamar seria ainda governador de Minas Gerais (1999-2003) pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e embaixador do Brasil na Itália, posto que abandonou em 2005. [Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/htm>. Acesso em 22 de outubro de 2006].

<sup>85</sup> Tomando os dados evidenciados no ‘Mapa da Fome’, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 1993, como subsídio, bem como as ações (e, principalmente, o considerável número de adesões voluntárias) do projeto ‘Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida’, elaborada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, o governo de Itamar Franco elaborou o *Plano de Combate à Fome e à Miséria – princípios, prioridades e mapa das ações do governo* (Comissão Especial, 1993), com o intuito de sistematizar, para os diversos ministérios, propostas de intervenção com vistas à erradicação da fome e da miséria. O plano dava ênfase na melhoria da merenda escolar, no fornecimento de alimentos na rede de saúde pública, no estímulo à produção de alimentos agricultores-familiares do projeto PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar), na criação de restaurantes populares e na criação do PRODEA, programa de cunho emergencial para grupos em situação de risco atingidos pela seca no nordeste brasileiro, com distribuição de cestas básicas [CASTRO, I; PEREIRA, 1994].

emergenciais em questões como merenda escolar, distribuição de leite às gestantes e repasse de alimentos às vítimas da seca nordestina. De caráter definitivamente assistencialista, iniciativas como essas não compunham um programa de transformação social, mas vislumbravam a oportunidade de uma relação mais próxima entre Estado e sociedade.

De resto, tal governo ainda nos legaria um novo programa de estabilização da economia, o Plano Real<sup>86</sup>, cuja importância, no *campo político*, foi garantir o sucessor na cadeira presidencial: Fernando Henrique Cardoso<sup>87</sup> (COSTA, T., 2000).

---

<sup>86</sup> O *Plano Real* foi um plano de estabilização [econômica](#) feito sob o governo de [Itamar Franco](#) e idealizado pela equipe econômica liderada pelo então Ministro da Fazenda, [Fernando Henrique Cardoso](#), posteriormente eleito presidente em [1994](#). Seu objetivo primário era controlar a [hiperinflação](#), um problema brasileiro crônico. O plano foi composto por três principais frentes de ações: ajuste fiscal (combinando aumento de impostos e cortes nos gastos públicos, o governo procurou reduzir o desequilíbrio entre a arrecadação e os gastos públicos), desindexação da economia (a principal ação para reverter o quadro vicioso de aumento de preços e eliminar a memória inflacionária, foi a adoção da URV, Unidade Real de Valor, definida diariamente através de um cálculo usando como base uma média diária de inflação através de uma cesta de índices inflacionários) e a política monetária restritiva (o governo tomou diversas medidas para restringir a atividade econômica interna, como aumento da taxa básica de juros e aumento dos depósitos compulsórios). Em um primeiro momento, o plano obteve resultados muito positivos, com o controle da inflação e o aumento da taxa de investimentos na economia. A crise de hiperinflação foi de fato debelada, embora uma persistente inflação residual tenha se mantido. No entanto, embora a desindexação da economia tenha obtido êxito, o ajuste fiscal, fundamental para corrigir o desequilíbrio nas contas do governo e assegurar o controle da inflação no longo prazo, foi bastante limitado. Nos anos seguintes, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, manteve-se o controle da inflação tendo como principal instrumento de política econômica a "âncora cambial", aliada a uma política de abertura econômica. A manutenção de tal política levou a um crescente desequilíbrio fiscal, a ponto de se obter déficit primário em 1998. Tal deterioração das contas do governo foi acompanhada por um grande crescimento da dívida pública, alavancada pela alta taxa de juros básicos utilizados pelo governo como forma de atração de capital estrangeiro. Em novembro de 1998, é assinado um acordo de ajuda com o FMI que impunha duras obrigações a serem cumpridas. Não conseguindo mais conter a saída de capital e para não exaurir as reservas cambiais, em janeiro de [1999](#) o governo abandona o sistema de bandas cambiais e deixa a taxa de [câmbio flutuante](#) (livre). Em dois meses, o Real se desvaloriza cerca de 40%. O [risco país](#) cresce a níveis alarmantes e a situação piora muito mais na segunda metade de [2002](#), com a proximidade das eleições e a cada vez mais certa vitória do candidato do [Partido dos Trabalhadores](#), da oposição, na época, [Luís Inácio Lula da Silva](#). O primeiro mandato de Lula (2003-2006) é marcado por certa recuperação da [economia brasileira](#) e, conseqüentemente, da confiança de investidores estrangeiros. Porém, com um maior aperto nos investimentos do governo, fica prejudicado o desenvolvimento do país, o grande 'calcanhar de Aquiles' do [governo Lula](#), em seu segundo mandato. [GIAMBIAGI, 2005].

<sup>87</sup> Fernando Henrique Cardoso, nascido no [Rio de Janeiro](#), em [18 de junho](#) de [1931](#), também comumente conhecido por seu [acrônimo](#) 'FHC'. Descendente de [militares](#) revolucionários de [1922](#) e [1930](#), formou-se em sociologia na USP, onde foi professor até ser aposentado compulsoriamente durante o regime militar, em 1968. Em seguida, exilou-se, tendo lecionado na Inglaterra e na França. Nos anos de 1970 foi também pesquisador do CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, instituição que dava suporte

Quarto ministro da gestão Itamar, em um ano e meio de governo, Fernando Henrique converteu-se em postulante imbatível à presidência muito por conta do entusiasmo gerado pelo sucesso inicial do Plano Real, do qual foi considerado *pai*. Derrotando o *mais uma vez candidato* Lula, em primeiro turno, FHC (acrônimo pelo qual ficou bastante conhecido) marcou seu primeiro mandato (1995-1998) por tentar cumprir à risca, e à custa de políticas sociais, o ajuste brasileiro à mundialização capitalista (BONELLI, 2005). Seja como for, pouco se cumpriu em relação às expectativas que um intelectual do porte de Cardoso no poder suscitou. Das medidas previstas, somente foram aprovadas, após quatro anos de mandato, a eliminação do

---

teórico ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido político opositor à ditadura militar, do qual foi ideólogo ao retornar ao país. FHC pregava que, fazendo alianças amplas e repudiando a luta armada, o MDB chegaria ao poder pelo [voto](#). Em 1978, saiu dos bastidores acadêmicos da política e começou a participar de campanhas políticas pessoalmente. Perdeu sua primeira [eleição](#) em novembro de 1978, quando foi candidato a senador por São Paulo, mas tornou-se suplente de [Franco Montoro](#), eleito naquela oportunidade senador da república. Em 1980, quando foi extinto o [bipartidarismo](#) e autorizado o [multipartidarismo](#), FHC filiou-se ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o sucessor 'natural' do antigo MDB. Em 1983, conquistou uma cadeira no Senado, com a renúncia de Montoro ao assumir governo de São Paulo. Em 1984, foi um dos grandes articuladores da campanha das "Diretas-já". Com prestígio junto a Tancredo Neves e [Ulysses Guimarães](#) e trânsito entre os militares e na [maçonaria](#), FHC contribuiu para que não houvesse radicalização política e que acontecesse uma transição pacífica do regime militar para a democracia em 1985. Teve voz na formação do governo de Tancredo Neves, mas a morte deste, seguida da ascensão de [José Sarney](#), reduziu sua área de influência. Durante o governo Sarney, exerceu apenas o cargo de líder do governo no Congresso Nacional. Em 1985, foi derrotado para a [prefeitura](#) de São Paulo por [Jânio Quadros](#). Em 1986, reelegeu-se senador, quando se tornou, junto com o companheiro de partido, [Mário Covas](#), o senador mais votado da [história](#). Este fato tornou Mário Covas e FHC [líderes](#) nacionais do PMDB. Em 1987, descontente com o que chamou de 'acomodação' do PMDB, participou da fundação de um novo partido político — o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Foi, ainda, relator do regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte que elaborou a [constituição](#) de 1988. Teve atuação destacada, em 1992, na transição do governo [Collor](#) para o governo de Itamar Franco, assumindo, em 1993, o Ministério da Fazenda e implantou o Plano Real, um plano de estabilização econômica cujo sucesso foi fundamental para sua eleição presidencial, em 1994. Tomou posse em 01 de janeiro de 1995, em seu primeiro mandato, durante o qual conseguiu a aprovação de uma emenda constitucional que criou a reeleição para cargos eletivos do Executivo. Sua política de estabilidade política e continuidade do Plano Real foram os principais apelos da campanha de 1998, que lhe permitira, em primeiro turno, permanecer na cadeira presidencial por mais quatro anos. Em seu governo (1995-2002) houve diversas denúncias de [corrupção](#), dentre as quais merecem destaque a compra de parlamentares para aprovação da reeleição e o favorecimento de alguns grupos financeiros no processo de [privatização](#) de empresas [estatais](#). No início de seu segundo mandato, uma forte desvalorização da [moeda](#) provocada por crises financeiras internacionais levou o Brasil à maior crise financeira de sua história, com juros reais altíssimos e um aumento enorme na dívida interna. Com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 01 de janeiro de 2003, FHC deixava a presidência da república brasileira. Desde então, fundou o [Instituto Fernando Henrique Cardoso](#) (2004), uma [instituição](#) sem fins lucrativos que pretende reunir sua obra e propor discussões sobre o Brasil e a América Latina e foi eleito, no mesmo ano, membro da placa consultiva da Universidade do Sul da Califórnia, [Centro da Diplomacia Pública](#) [Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/htm>. Acesso em 29 de outubro de 2006].

monopólio estatal em relação ao petróleo, a possibilidade de concessão de serviços públicos à iniciativa privada, a revogação de privilégios a empresas brasileiras de capital nacional e a quebra da cláusula de estabilidade no serviço público. Contudo, reflexos do Plano Real – ainda – bem como a crise da Rússia<sup>88</sup>, que repercutiu nas economias de países em desenvolvimento, contribuíram para que o então presidente se mantivesse no cargo (GIAMBIAGI, 2005).

Reeleito, novamente em primeiro turno e novamente contra Lula, Fernando Henrique teve que enfrentar, logo no início de seu segundo mandato (1999-2002), uma forte desvalorização da [moeda](#), provocada por crises financeiras internacionais – como a

---

<sup>88</sup> A partir de 1990, os países da Europa Oriental introduziram medidas de transição, isto é, as economias que antes tinham um planejamento centralizado, procuravam adotar reformas mais próximas do sistema capitalista. Na Rússia não foi diferente. O país fez uma ampla liberalização de preços e procurou transferir empresas estatais para agentes privados. A privatização foi feita dando aos gerentes e trabalhadores, ações dessas empresas na esperança que esses as vendessem para agentes de fora do país. No entanto, não foi o que aconteceu, dificultando, inclusive, a reestruturação, já que não é fácil estabelecer uma estrutura de propriedade eficiente com vários pequenos acionistas. Além disso, houve a incapacidade do estado russo de definir e implementar direitos de propriedade. Isso significa que um empreendedor não tem segurança sobre o que vai acontecer com os lucros dele, caso ele venha a ter, se o fornecedor irá honrar o contrato, assim ele não investe. E foi o que aconteceu. Em 1997, o investimento direto do exterior era menor que 1% do PIB. Grandes bancos russos estavam tendo dificuldade de honrar seus compromissos e a taxa de câmbio (rublo/dólar) no mercado paralelo estava desvalorizada. A crise era inevitável. Quando os mercados abriram, na manhã do dia 16 de agosto de 1998, muitos bancos estavam quebrados, o Banco Central era obrigado a gastar US\$ 4 bilhões em pensões e salários já atrasados. Para evitar que a taxa de câmbio desvalorizasse, era preciso aumentar ainda mais a taxa de juros. Assim, o governo russo preferiu deixar que o câmbio flutuasse. A consequência dessa medida foi uma depreciação de mais de 50% do rublo (unidade monetária da federação russa) e a ultrapassagem desses limites. Ao mesmo tempo, o governo russo declarou que era, juntamente com o Banco Central, incapaz de pagar suas dívidas. Sendo assim, foi declarada moratória de 90 dias ao pagamento da dívida externa contraída pelos bancos russos. A economia estava em grave recessão. Precisando de dinheiro urgentemente, o Estado pede ajuda ao FMI, que concorda em emprestar-lhe US\$11,2 bilhões, mas exige uma melhora na arrecadação fiscal. Com base nisso, foi estabelecido um programa de redução de gastos no valor de US\$7 bilhões. Desse modo, o colapso russo teve início devido a um choque externo, mas que foi “favorecido” por um sistema fiscal fraco e por uma política de atração do capital externo em um sistema financeiro vulnerável. O consumo privado freou por causa da repentina perda de depósitos e poupança e o investimento diminuía cada vez mais devido à saída de capital estrangeiro. Esta situação de instabilidade trouxe consequências não só para a Rússia, mas para o mundo inteiro. Os países emergentes, como todos aqueles que se encontravam em franco processo de abertura na década de 1990, sofreram com a crise, através do ‘efeito contágio’ desta. Dentre aqueles, encontrava-se o Brasil. Aqui, a manutenção da âncora cambial era financiada pela captação de recursos externos. Este tipo de âncora foi adotado durante o plano de estabilização que implementou o Real como moeda a fim de ‘domar’ uma inflação de dois dígitos. Até 1994, havia grande disponibilidade de capitais, o que, naquele cenário, justificaria a escolha da âncora cambial. Porém, com a crise russa deflagrada em agosto de 1998, o fluxo de capitais para os países emergentes diminuiu, de modo a dificultar o financiamento da dívida destes. Por ter sido 1998 um ano de eleições presidenciais no Brasil, a âncora cambial continuou a ser mantida, posto que nenhum ajuste fiscal seria bem vindo em tais circunstâncias políticas, o que viria a tornar o déficit ainda maior. [BONELLI, 2005].

da Rússia, já citada em nota anterior – o que levou o Brasil à maior crise financeira de sua história. As reservas monetárias brasileiras caíram de US\$ 74 bilhões em abril de 1998, para US\$ 42 bilhões em outubro do mesmo ano. O governo reagiu para salvar o Real e impedir a saída de divisas mediante a elevação das taxas de juros e com o anúncio de medidas econômicas. Recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI), obtendo deste um empréstimo emergencial da ordem de US\$ 40 bilhões, mas foi obrigado a adotar um reajuste fiscal rígido, que incluía desvalorização cambial, aumento da arrecadação e diminuição de gastos públicos. Tais medidas culminaram com a recessão da atividade econômica. Em março de 1998, o processo de privatizações de estatais, parte das exigências feitas pelo FMI, foi posto em dúvida quando o fornecimento de energia elétrica de dez estados do Centro-Sul sofreu interrupção em virtude da queda do sistema, atingindo cerca de 60 milhões de consumidores<sup>89</sup>. Em agosto de 1999, Fernando Henrique enfrenta a mais dura manifestação contra seu governo, quando os partidos de oposição organizaram a Marcha dos 100 Mil, protesto contra o governo que reuniu 60 mil pessoas em Brasília, pelos cálculos da Polícia Militar. Em setembro de 2000, 67% dos brasileiros afirmam não confiar no presidente, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) (GIAMBIAGI, 2005).

Foi, portanto, nesse clima de frustração quanto ao desenvolvimento da democracia política e social, que até então não se cumprira no país, que Luís Inácio Lula da Silva<sup>90</sup> assumiu a cadeira de presidente, em 2004, após três fracassadas

---

<sup>89</sup> Das privatizações realizadas no segundo mandato de FHC, 34% se referiam ao setor de energia elétrica, sendo o caso da AES Eletropaulo, a maior distribuidora de energia elétrica da América Latina, o caso mais contundente, tendo sido *totalmente* adquirida, em 1997, pela AES Corporation, uma empresa americana, que encontrava-se em situação pré-falimentar quando realizou a compra – fato supostamente não averiguado pelas autoridades governamentais que autorizaram a transação [GASPARI, 2006].

<sup>90</sup> Luiz Inácio da Silva, nascido no interior de Pernambuco em 1945, mudou-se com a família, aos sete anos de idade, para Vicente de Carvalho, região litorânea do estado de São Paulo, em busca de melhores

tentativas. Tornam-se grandes as expectativas de que o primeiro governante nacional proveniente do meio operário-sindical pudesse levar a cabo programas que realmente dessem conta de problemas sociais estruturais – como o da distribuição de renda, por exemplo (DINES, 2003). Contudo, sua gestão tem sido marcada, até o momento, por uma política econômica conservadora, com uma estabilidade conquistada à custa de cortes de investimentos públicos e uma balança comercial crescentemente superavitária, a exemplo do governo de FHC. Outra característica marcante da gestão Lula deu-se na área das [relações](#) exteriores, com uma atuação intensa junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e com criação de grupos de trabalho formados por países em desenvolvimento. Essa forte atuação, no entanto, não resultou em grandes resultados práticos, uma vez que suas negociações continuam estagnadas (GIAMBIAGI, 2005).

Após denúncias feitas a vários veículos da imprensa nacional, pelo então [deputado](#) e presidente do [Partido Trabalhista Brasileiro](#), [Roberto Jefferson](#)<sup>91</sup>, envolvido

---

condições de vida. Em 1963, já residindo na capital paulista, formou-se metalúrgico pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). No mesmo ano, empregou-se na metalúrgica Aliança, onde veio a perder o dedo mínimo esquerdo numa prensa hidráulica. Em 1968, mudou-se para São Bernardo do Campo-SP, onde filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos. Em 1969, foi eleito para a diretoria do mesmo sindicato, vindo a ser, em 1975, seu presidente. Reeleito em 1978, foi uma das lideranças sindicais que retomaram a prática de greves públicas de larga escala, que haviam cessado de ocorrer desde o endurecimento repressivo da ditadura militar nos 10 anos anteriores. Durante o movimento grevista, a idéia de fundar um partido representante dos trabalhadores foi amadurecendo, o que ocorreu em 1980, com a fundação do [Partido dos Trabalhadores \(PT\)](#). Em 1981, durante o decurso de uma greve, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo sofre intervenção do governo Figueiredo, sendo Lula – alcunha pela qual ficou conhecido e que viria a ser adicionada como parte oficial de seu nome no registro civil – detido por vinte dias. Sua carreira como dirigente sindical ficava, assim, encerrada, e começava sua carreira política propriamente dita. Em 1982, concorreu ao governo de São Paulo e perdeu. Em 1984, participou da campanha das [Diretas-já!](#). Em 1986, foi eleito deputado federal com recorde de votos, tendo participado da elaboração da [Constituição](#) Federal vigente. Foi candidato a presidente em 1989, nas primeiras eleições diretas em trinta anos, tendo sido derrotado por Fernando Collor de Mello. Viria a ser candidato à cadeira presidencial ainda em 1994 e 1998, vencido, ambas as vezes, por Fernando Henrique Cardoso. Porém, em 27 de outubro de 2002, foi eleito presidente da república 53 milhões de votos, derrotando José Serra, candidato do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB). Lula foi reeleito ao cargo presidencial, no segundo turno das eleições de 2006, dessa vez, vencendo [Geraldo Alckmin](#) (PSDB), com mais de 58 milhões de votos, quebrando o seu próprio recorde de votação para presidente do Brasil [Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/htm>. Acesso em 31 de outubro de 2006].

<sup>91</sup> Em 2005, a [Revista Veja](#) divulgou a suposta participação de Roberto Jefferson num escândalo de corrupção nos [Correios](#), envolvendo fraudes a [licitações](#) e desvios de dinheiro público. Com a iminência da instauração de uma [Comissão Parlamentar de Inquérito \(CPI\)](#) no [Congresso Nacional](#), Jefferson denunciou, na mesma revista que o havia acusado, a prática da compra de [deputados](#) da base aliada pelo

em esquema de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, houve grandes conflitos políticos entre o poder executivo e sua base política, aumentando o grau de ataque dos partidos de oposição. Essa crise desdobrou-se em outras, que causaram certa paralisia no governo federal, inclusive com a queda de ministros e a cassação de deputados (PATARRA, 2006).

Contudo, apesar dos escândalos, Lula, aproveitando-se do desgaste sofrido pelo Congresso Nacional junto à opinião pública, devido à sua incapacidade de resolver, de forma clara e justa, tais conflitos, consegue manter sua imagem política e pessoal longe de tais denúncias, obtendo ainda altos índices de popularidade. Condições que lhe permitem ser reeleito à cadeira presidencial, em outubro de 2006 (LEITE, 2006).

Embora as questões acerca do primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006) sejam de grande relevância, foram elas apenas pontuadas aqui, uma vez que optamos por respeitar o recorte temporal proposto por nossa pesquisa.

## 2. 5. (1980 – 2004): o mundo.

Aquele que Eric Hobsbawm (1996) denominou como o *breve século XX* – segundo o autor, o mais destrutivo de todos os vividos pelo homem – apresentou, em

---

partido do governo - o Partido dos Trabalhadores (PT). A prática era conhecida como "mensalão". Em 14 de setembro de 2005, o mandato de Jefferson foi cassado, perdendo ele seus direitos políticos por oito anos. O placar da votação foi de 313 votos a favor e 156 contra (mais 13 abstenções, 5 votos em branco e votos nulos) [Fonte: site da Folhaonline: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u69620.shtml>. Acesso em 02 de novembro de 2006].

seus derradeiros anos, um quadro invertido em relação ao cenário que se verificava ao final do século XIX, no qual o clima de ansiedade e desespero da decadente cultura burguesa contrastava com a exuberante juventude do socialismo de então; nas décadas de 1980 e 1990, à derrocada do mundo soviético, seguiu-se a euforia da proclamada – embora inesperada – *vitória* do capitalismo (IANNI, 1995). Contudo, como bem nos diz o historiador inglês, o século XX acabou em problemas para os quais ninguém tinha, nem dizia ter, solução. Enquanto tateavam o caminho para o terceiro milênio, em meio ao nevoeiro global que os cercavam, os cidadãos do *fin-de-siècle* só sabiam ao certo que acabara uma era da história<sup>92</sup>.

As décadas de 1980 e 1990 fizeram surgir um mundo sem dogmas, sem muros. À morte das ideologias socialistas foi implementada uma contra-utopia capitalista cuja característica principal foi a institucionalização de uma violência econômica que não respeitou fronteiras, fossem físicas e/ ou culturais (CASTRO, L., 2005; ORTIZ, 1994). Atendendo a *necessidade* de partilha da nova configuração mundial pelas nações economicamente mais desenvolvidas, os mercados ganharam força e poder jamais vistos na história, dominando espaços os mais longínquos do planeta. Em nenhum outro momento, vivenciamos uma economia mundial tão única, integral e universal, capaz de transcender as características particulares das diferentes formações nacionais (SOARES, 2000).

---

<sup>92</sup> A proclamada *vitória* capitalista, particularmente após a derrocada dos regimes estabelecidos nos países do Leste europeu e na extinta União Soviética, não significou somente a explosão das propostas neoliberais nos terrenos econômico e político, mas promoveu ainda uma ofensiva sem precedentes da ideologia burguesa-imperialista, em escala mundial. Considerada uma das manifestações mais emblemáticas desse período, o livro *O fim da história e o último homem*, do norte-americano Francis Fukuyama, através da tentativa de elaborar uma linha de abordagem da história, indo de Platão a Nietzsche e passando por Kant e Hegel, buscou revigorar a tese de que o capitalismo e a democracia burguesa constituiriam o coroamento da história da humanidade, ou seja, de que a humanidade teria atingido, no final do século XX, o ponto culminante de sua evolução com o triunfo da democracia liberal ocidental sobre todos os demais sistemas e ideologias concorrentes. Posteriormente, Fukuyama seria bastante criticado por sua obra, acusado de passar por cima da realidade histórica mais banal e de desconsiderar os altos e baixos do complexo processo do desenvolvimento capitalista [GOMES, 1995].

Contudo, a mundialização<sup>93</sup> da economia fez surgir uma outra singularidade: a transnacionalidade das crises que afetaram, em escala crescente, várias partes do globo (STIGLITZ, 2002). Obrigadas a um ajuste neoliberal<sup>94</sup> em detrimento das políticas sociais, a fim de se afirmarem no cenário econômico internacional, as nações

---

<sup>93</sup> François Chesnais, professor francês de economia internacional na Universidade de Paris XIII, grande crítico do neoliberalismo, em seu livro *A mundialização do capital* (publicado no Brasil em 1996), usando uma metodologia marxista sem concessões, limitou-se a dissecar o capitalismo da atualidade, demonstrando o caráter destrutivo das forças econômicas desencadeadas a partir dos anos 1980. Chesnais desenvolveu um longo detalhamento do processo de “mundialização” (termo deslocado da língua francesa e, segundo o autor, mais próximo da realidade do que a expressão anglo-saxônica “globalização”), referindo-se aos três tipos fundamentais de capital, o produtivo, o comercial e o financeiro (segundo Marx). Em relação ao capital produtivo, Chesnais nos mostra que as novas formas de organização empresarial e as práticas de terceirização da mão-de-obra tiveram como eixo a criação de uma solidariedade empregado-patrão dominada por este e o rebaixamento da situação social da mão-de-obra terceirizada. Isto significa a apropriação da mente dos trabalhadores mais qualificados e estáveis pelas empresas, a precarização do emprego para a maioria e a desregulamentação dos contratos de trabalho para todos. A mundialização do capital comercial se deu principalmente através da modificação da estrutura do comércio mundial, que provocou, inclusive, o desaparecimento de muitas exportações especializadas regionais. O comércio passou a concentrar-se entre os países ricos, o que diminuiu o poder de barganha da periferia capitalista. Principalmente, surgiu o comércio internacional intra-empresas, que assumiu proporções gigantescas, e que se furtou à lógica do comércio entre as nações. Os governos perderam o poder de escolha da especialização de seus respectivos países na divisão internacional do trabalho. Por último, a mundialização do capital financeiro coroou todas as transformações, dando-lhes a nota mais marcante e os efeitos mais perigosos para o próprio sistema. O fato desencadeador da mundialização financeira foi a circulação de um mesmo capital ao redor do planeta, quase instantaneamente, a partir de um processo de desregulamentação iniciado já nos anos de 1970. Evidentemente, a forma em que se deu essa desregulamentação foi ditada pelas grandes nações, as pequenas sendo colocadas diante dos fatos consumados. O autor ainda conclui seu livro de modo sombrio, “enxergando” uma *necessidade* nas contradições internas do capitalismo atual, necessidade que o impele para uma deterioração inexorável de sua força expansiva. O que implica uma advertência para a possibilidade de uma decadência econômica e social irreversível, caso as forças vivas da sociedade não reajam eficazmente [CHESNAIS, 1996].

<sup>94</sup> A partir de meados da década de 1970, o mundo assistiu a uma grave crise econômica, originada do processo de recessão em virtude de mais uma crise cíclica do capital, que coincidiu com a crise do petróleo, o declínio do crescimento econômico do pós-guerra e com o rompimento do pacto *fordista-keinesiano* (crise do *Welfare State*, o ‘Estado de Bem-Estar’). Esses fenômenos ocorreram articuladamente, produzindo, na década seguinte, efeitos mais desastrosos ainda, tais como o aumento da inflação, recessão e estagnação econômica. A sucessão desses acontecimentos caracterizou a década de 1980 com a chegada do neoliberalismo ao poder, como solução à crise. No âmbito da produção, a saída encontrada foi a flexibilização do processo produtivo: substituiu-se o rígido padrão de produção fordista, passando da produção de mercadorias em série ao consumo de massa. Este novo padrão de gestão da produção teve como objetivo aumentar a taxa de lucro e diminuir as porosidades no trabalho para superar a crise que ameaçava o processo de acumulação. No âmbito da política – e acompanhando as transformações no processo de produção – as grandes potências econômicas mundiais impuseram à América Latina, visando sua inserção na nova dinâmica do capital, agora globalizado, um “ajuste neoliberal”, que tinha como estratégias principais: a privatização de empresas estatais e de serviços públicos, a “desregulamentação” da economia, isto é, a diminuição da interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados e a gradual implantação de políticas sociais que moderassem desigualdades materiais [SOARES, 2000].

periféricas<sup>95</sup>, cujos processos de democratização foram tão caros, conheceram um recrudescimento de suas ações estatais, bem como uma crescente desintegração dos tecidos sociais, refletidos na *explosão* de conflitos locais, étnicos, movidos a ódios, sectarismos e, até mesmo, tragédias domésticas. (SALLUM Jr., 2000).

O sentimento de *orfandade* deixado pelo fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, da polarização do mundo em duas grandes potências – que, pelo bem ou pelo mal, davam contornos fronteiriços bem definidos às nações – somado à violência econômica e à ineficácia dos governos em implementar soluções a problemas sociais profundos (IANNI, 1995), ofereceram condições ao cultivo de certo temor por parte de organizações e facções, dentro dos países, em relação à *invasão* de culturas outras que, se nem sempre eram estranhas, porém, eram sempre forasteiras<sup>96</sup>. Nesse sentido, não é à toa que, de um lado, assistimos a uma nova e crescente onda de xenofobia europeu, manifesto em campanhas de proibição da entrada de imigrantes em seus territórios, e, em contrapartida, vemos se fortalecer organizações radicais, de cunho profundamente nacionalista e, não raro, religiosamente fundamentalistas, que se

---

<sup>95</sup> A partir do estabelecimento do modelo globalizado de produção – que, como vimos, acabou por provocar um quadro de grave exclusão social, com o predomínio das grandes corporações mundiais – “dividiu” as nações em dois blocos: de um lado, representando cerca de dois terços da população do mundo, temos os países cujos governos, pressionados a garantir certo nível de proteção aos mais carentes, lutam com a insuficiência de recursos diante do crescimento populacional e da necessidade de equilibrar seus orçamentos para atender credores e ao mercado, representados pelos membros do outro lado dessa moeda, ou seja, as potências capitalistas [SOARES, 2000].

<sup>96</sup> Na virada do século, percebemo-nos ‘cidadãos do mundo’ – não no antigo sentido, de pessoas viajadas, mas, sim, das que compartilham um mesmo cotidiano. *Marlboro*, *Disney*, *fast-food*, lojas, chocolates, computadores invadem nossas vidas, nos constroem ou nos libertam, fazem parte da mobília do dia-a-dia. Esta é uma reflexão sobre a mundialização da cultura e a inevitável reorientação das sociedades atuais. [...] A dilatação da esfera cultural redefine a noção de territorialidade. Ela já não se encontra mais colada à materialidade do entorno físico. Pode-se então falar da existência de relações sociais planetarizadas, isto é, de um mundo real e imaginário que se estende, de forma diferenciada é claro, por todo o planeta. O ‘local’ e o ‘nacional’ são, desta forma, atingidos no seu âmago. Atravessados pela mundialização, eles já não podem ser mais compreendidos dentro dos cânones até então vigentes. Eu diria que a própria oposição ‘global-nacional-local’ torna-se problemática. Enunciado dessa maneira, o raciocínio preserva a autonomia das partes, como se cada uma delas existisse fora das outras. A rigor, a mundialização da cultura, para existir, deve se tornar uma dimensão da vida cotidiana, deve se “localizar”. Porém, assim o fazendo, ela rearticula as relações de força dos ‘lugares’ nos quais se enraíza. Dito de outra forma, o que denominamos de ‘local’ já contém, em si, elementos do ‘nacional’ e do ‘global’. O problema é como compreender esse entrecruzamento de níveis [ORTIZ, 1994, pp. 86-87].

manifestam nas mais variadas regiões do planeta através de atos comumente chamados de *terroristas* – do qual o atentado ao *World Trade Center* (Estados Unidos, 11 de setembro de 2001) foi marco contundente e infeliz. Seja como for – e por mais mórbida que tal colocação pareça – tais organizações nos permitem dizer que, se o final do século XX foi marcado pela mundialização do capitalismo e pelo triunfo de valores burgueses, também se fizeram presentes certas formas de *resistências*, por mais particulares que se apresentassem, a essa nova ordem (STIGLITZ, 2002).

Mais do que nunca parece valer a máxima de McLuhan<sup>97</sup>: “Os homens criam as ferramentas e as ferramentas recriam os homens”. Sim, pois o século da corrida espacial, da engenharia genética e de tantas outras maravilhas criadas pelo homem foi também o século da invenção – e da globalização – dos meios de destruição em massa, do genocídio e de muita, muita intolerância. Como nos coloca Philippe Quéau (2001, p. 11), acerca das novas tecnologias de informação:

[...] São sintomas de uma revolução mais profunda, indicadores úteis de uma avalanche cultural e mental que nos conduzirá, em última instância, a uma remodelação coletiva das verdades e valores básicos, como a noção de ‘trabalho’ em um ambiente de produção automatizada, o conceito de ‘propriedade intelectual’ em uma economia de idéias, a relevância do ‘Estado-nação’ em um mundo globalizado, ou o significado de ‘interesse público’ em um mercado livre e manipulado de forma invisível. O que está em jogo, de fato, é o aparecimento de uma nova civilização, por um lado certamente mais global, e presumivelmente, mais ‘virtual’ ou ‘pós-industrial’, mas, por outro lado, globavelmente mais instável, cada vez mais eficiente para os super-ricos e insensível às necessidades dos pobres, excluídos da ‘eficiência’ exigida pelo mercado.

Mesmo com tantos e avançados meios de comunicação para aproximar os homens, nunca estivemos tão distantes e impessoais: o outro se tornou um total estranho. Ciência e tecnologia não produzem necessariamente bem-estar e fraternidade. Ao menos, não para todos.

---

<sup>97</sup> Marshall McLuhan apud Ianni, 1995, p. 228.

A virada do milênio deixou a história legando à humanidade um horizonte de perplexidades e temores, de desacertos e buscas. Mas, as teses de *fim da história*<sup>98</sup> mostraram-se também frágeis diante do confronto com a realidade: da progressiva miséria das nações periféricas às crises que se irradiam com a velocidade dos tempos da informação e abalam o núcleo mesmo do mundo capitalista, o otimismo inicial cedeu lugar a uma cautelosa postura de expectativa acerca do que o novo século/ milênio nos reserva. É certo que o século XX se foi deixando uma incomparável herança de conquistas técnico-científicas capazes de tornar a vida melhor do que nunca. Só que esse progresso ficou restrito a pequenos espaços e a poucas mãos. O desafio do novo milênio será o de mudar esse quadro de profunda injustiça, usando as elevadas conquistas do conhecimento para produzir maior felicidade individual e coletiva, deixando para trás a fome, a violência, o analfabetismo, a mortalidade infantil, os desequilíbrios ambientais e muitas outras misérias que, paradoxalmente, povoaram o século do progresso. Seja como for, nunca podemos perder de vista que, ainda e sempre, é possível acreditar. A história não é uma peça completa, mas é escrita cena a cena, a cada dia, por cada um e por todos nós. Seu final, como Walter Benjamin<sup>99</sup> disse uma vez, só se saberá no derradeiro dia e, com ele, o sentido de nossa trajetória.

## 2. 6. Olhar e influência: debatendo os vínculos entre o global/ local.

---

<sup>98</sup> Expressão cunhada por Francis Fukuyama, conforme já explicitado em nota anterior.

<sup>99</sup> Benjamin apud Löwy, 2005, p.56.

Neste capítulo, procuramos entender a relação entre os sujeitos e o mundo globalizado. Em outras palavras, ao fazermos a contextualização de nosso específico objeto de estudo dentro de espaço/ tempo históricos ampliados, procuramos compreender as trajetórias individuais como expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades. Para percebermos melhor essa relação intrínseca entre o global e o local, é interessante analisar a forma como essa mútua influência é compreendida por Giddens, um dos grandes autores sobre a modernidade/ modernização – processo que colabora na compreensão do processo de desenvolvimento da cidade de Marília, por exemplo.

Em *As conseqüências da modernidade* (1991), Giddens, utilizando a metáfora do Carro de Jagrená, indicava que a modernidade, compreendida pelo autor como uma organização social que emergiu na Europa a partir do século XVII e cujas tendências, em costumes e estilos de vida, tornaram-se mundialmente influentes desde então, produziu um mundo perigoso, como um veículo desgovernado, o qual não podemos controlar, mas também não temos como *saltar*.

Segundo o autor, desde a invenção do relógio mecânico – que passou não apenas a orientar, como a reger a jornada de trabalho nas primeiras fábricas européias e cujo cálculo do tempo passou a ser universal – é possível notar o dinâmico ritmo de mudança da modernidade em todas as esferas da sociedade, sobretudo a partir de novas tecnologias, com a *globalização* de novas formas de comunicação, quando então as transformações sociais penetraram em todo o planeta virtualmente. (GIDDENS, 1991).

Em nossa pesquisa, particularmente, os mecanismos avassaladores da modernidade apresentaram-se e foram vivenciados pela cidade no decorrer de sua história, com a instalação da Estrada de Ferro e de suas conseqüentes mudanças, como novas tecnologias de comunicação e de produção; com a urbanização e socialização dos

espaços públicos do lugar, onde o advento do comércio fez as ruas ganharem novas dimensões, fossem pelos negócios que ofereciam, fossem pelo incentivo a outras formas de relações sociais; com a transformação das relações de trabalho, especialmente no campo, quando então o capitalismo se instala nas negociações entre patrões e empregados, criando os cargos informais; com a crescente industrialização local, cuja presença, cada vez mais progressiva e abrangente, tornar-se-ia vital para a sobrevivência econômica do município.

O espaço dos trens e dos trilhos são identificados, desde o II Império Brasileiro (1840-1889), como a prova concreta do progresso, principalmente como chegada da modernidade nessas terras tropicais americanas. A presença da ferrovia representava o acesso à tecnologia, à máquina despertando o orgulho nacional frente à indústria nascente e concretizava um futuro promissor, mascarando as nossas raízes oligárquico-conservadoras diante das relações escravistas presentes, reinventadas e institucionalizadas na sociedade imperial (POSSAS, 2006, p. 308).

“A modernidade é inerentemente globalizante”, afirma Giddens (1991, p. 22). A era da globalização impõe transformações universalizantes que reconfiguram a tradição<sup>100</sup>, seu abandono ou desincorporação. O *local* encontra-se de tal forma conectado ao *global* que influencia e é influenciado por este. Como nota Giddens:

Poucas pessoas, em qualquer lugar do mundo, podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas, e às vezes até determinadas, por acontecimentos ou organismos distantes. [...] O reverso da medalha é menos evidente. Hoje em dia, as ações cotidianas de um indivíduo produzem conseqüências globais. Minha decisão de comprar uma determinada peça de roupa, por exemplo, ou um tipo específico de alimento, tem múltiplas implicações globais [GIDDENS, 1991, p. 43]

Assim, pudemos verificar que as mudanças ocorridas no mundo, no decorrer do período histórico-temporal delimitado pela presente investigação (os anos entre a década de 1980 e meados do século XXI), como a globalização econômica, por

---

<sup>100</sup> O conceito de tradição, em Giddens, se apóia no conceito, construído pelo autor, de temporalidade da repetição. A repetição de experiências, por gerações, traz uma sensação reconfortante para quem o pratica, a sensação segura de *pertencer* a um grupo. Ao mesmo tempo, Giddens coloca que a perpetuação de tradições deve ser combatida em nome da necessidade de autonomia e livre arbítrio dos sujeitos [GIDDENS, 1993].

exemplo, insidiam em transformações nacionais, como o processo de redemocratização política e de *abertura* econômica vivenciados pelo país durante o período supracitado. Por sua vez, intrínseca e simultaneamente, o município de Marília respondia a esses movimentos com a construção do bairro, uma tentativa de *modernizar* a política habitacional local, tornando-a mais acessível às classes econômicas específicas – como os operários das fábricas, categoria que ascendia, em termos de poder aquisitivo, de forma relativa ao crescimento industrial da cidade.

Assim, há uma interdependência cada vez maior entre o espaço global e o local. O primeiro tem influência sobre as vidas individuais nos microespaços, mas também as decisões dos indivíduos em seu cotidiano podem influenciar sobre os resultados globais. Hábitos locais de estilo de vida tornam-se globalmente conseqüentes (SIMÕES, 2004). Esta inter-influência incide sobre as coletividades e grupos de todos os tipos, incluindo o Estado. Todos têm que levar em consideração essa realidade, o que pressupõe repensar os papéis, sua reorganização e reformulação (GIDDENS, 1991).

A modernidade nas condições da globalização amplia tanto as oportunidades quanto as incertezas e os perigos. Daí a sensação de mal-estar e de desorientação. O mundo tornou-se cada vez mais um lugar inseguro e essa insegurança é sentida pelo indivíduo em sua mais remota comunidade. A experiência da modernidade em tempos globais colocou por terra as certezas: as surpresas e os riscos estão sempre à espreita (SIMÕES, 2004). A modernidade, na globalização, se assemelha a uma grande e perigosa aventura, à qual, independente da nossa vontade, estamos presos e temos que participar:

A experiência global da modernidade está interligada – e influencia, sendo por ela influenciada – à penetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana. Não apenas a comunidade local, mas as características íntimas da vida pessoal e do eu tornam-se interligadas a relações de indefinida extensão no tempo e no espaço (GIDDENS, 1991, p. 52).

Estamos todos vinculados às *experiências do cotidiano*, cujos resultados, em um sentido genérico, são tão abertos quanto aqueles que afetam a humanidade como um todo. Tais experiências na modernidade globalizada vinculam-se às questões fundamentais relativas à identidade, à percepção do *eu* e do *outro*, e, por outro lado, envolvem múltiplas mudanças e adaptações na vida cotidiana (SIMÕES, 2004).

Em tais circunstâncias, os indivíduos, inseguros quanto a tais e tantas transformações, podem se apegar à tradição, uma forma de resistir localmente à globalização – embora não possam, simultaneamente, desconsiderá-la (GIDDENS, 1993). Trata-se de desenvolver o que Giddens chamou de *segurança ontológica*, isto é, o *ser no mundo*. Essa *segurança ontológica* “se refere à crença que a maioria das pessoas têm na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes” (GIDDENS, 1993, p. 25).

A segurança ontológica diz respeito, assim, ao sentimento que temos sobre a continuidade das coisas e das pessoas; um sentimento inculcado desde a infância e que se vincula à rotina e à influência do hábito. Muito da influência sobre a construção e desenvolvimento do ‘Centro Comunitário Nova Marília’, partilhada por suas membro-fundadoras, vincula-se e explica-se por esse conceito de Giddens. Essas mulheres – por terem sua imagem atrelada a valores comumente reconhecidos como *seguros*, *familiares*, *conservadores* (em uma visão positiva de conservadorismo), que se contrapõem ao turbilhão de conceitos que a modernidade coloca à nossa escolha – têm suas vozes *ouvidas*, de uma forma indireta e bastante singular, é verdade, pelos demais moradores do bairro, de modo que suas opiniões e vontades acabam por serem respeitadas e concretizadas (como veremos adiante, no Capítulo 3).

Assim, verificamos que nossa opção por contextualizar nosso objeto dentro de espaço-tempo históricos determinados, nos permitiu uma análise mais ampla e séria,

uma vez que levou em consideração as vinculações inexoráveis entre o micro e o macro, entre o local e o global, influências que são, como nos colocou Giddens, *conseqüências da modernidade*.

### 3. CAPÍTULO

#### *O olhar etnográfico: leitura e significação*

No meio do caminho tinha uma pedra porosa. Dava para ver seus grãos. Chegando mais perto, raios finíssimos de sol atravessavam a pedra. Mais perto ainda, um turbilhão, um pequeno redemoinho (uma galáxia minúscula) se movia lá dentro, no leve corpo da pedra. A pedra, no meio do caminho, era permeável: se chovesse, ficava encharcada. O vento a enchia de poeira, pólen e cadáveres de insetos. O calor do meio-dia a deixava com sono e sede. A neblina que às vezes baixava no fim da tarde invadia a pedra, no seu corpo, as nuvens trafegavam sem pressa. Os sons passavam por ela e iam se extinguir em algum lugar desconhecido. Na pequena galáxia dentro da pedra havia pequenos planetas orbitando em torno de sóis de diamante.

(LISBOA, 2004, p. 05).

Neste capítulo, procuramos realizar uma etnografia acerca do cotidiano observado das mulheres das oficinas comunitárias do bairro Nova Marília, um trabalho de campo que ocupou quase dois anos de todas as vidas aqui empreendidas. Trata-se de uma etnografia livremente inspirada na *descrição densa*, de Clifford Geertz (1978), como já o dissemos anteriormente. Portanto, não se trata apenas de exposição de situações, mas de uma tentativa de fazer uma *leitura* das mesmas, atribuindo-lhes significado.

Optamos por começar com nossos primeiros encontros e a forma como adentramos os espaços (social, privado e de trabalho) dessas mulheres, bem como analisar em que medida nossa presença investigativa foi aceita por elas. Fazemos um breve aparte para *recontar* a história da fundação do Centro Comunitário, relatada pelas próprias mulheres, uma vez que não há qualquer registro documental de sua construção e inauguração. A seguir, voltamos a descrever, de forma generalizada, o funcionamento das três oficinas observadas, cuja manutenção toma grande parte do tempo de suas vidas.

Por fim, dedicamos-nos a *olhar* – na interpretação de Sartre, também já explanada antes – três acontecimentos corriqueiros, mas bastante emblemáticos em

relação às questões que suscitamos da observação do dia-a-dia dos supracitados agentes históricos.

### 3. 1. Os primeiros encontros.

Seis horas de uma manhã muito fria de junho de 2002. A rua em frente à *Unidade de Saúde Familiar CDHU – Nova Marília* está silenciosa, pontuada apenas por murmúrios longínquos, característicos de um dia que acorda. Aos poucos, elas vão surgindo: cerca de 30 mulheres na faixa etária dos 60 anos, caminhando compassadamente em seus moletons e tênis, algumas suadas, outras não, algumas visivelmente cansadas, outras nem tanto, enchendo o espaço público com o som de sua tagarelice. À frente delas, ditando o ritmo das passadas, a agente comunitária de saúde Sandra, com quem já havíamos conversado anteriormente e que tinha conhecimento de que estaríamos atuando a partir daquele momento, na tentativa de inserir aquela comunidade em nossa campanha contra a violência doméstica, parte de nossa tarefa junto ao G.U.T.O.. Encerrando a *Hora da caminhada com a Terceira Idade* com uma sessão de alongamento, no pátio interno do posto de saúde, Sandra pede às senhoras que não dispersem, uma vez que gostaríamos de estar conversando com elas. Mas, a contundente pergunta que viria, um gélido e cortante *Conversar sobre o quê?!*, mostrar-nos-ia que adentrar aquele grupo não seria tarefa das mais fáceis. Dito e feito: à resposta de Sandra (*Sobre violência contra mulher, gente*), elas se foram, em grupinhos, desaparecendo esquinas afora.

Uma semana depois, mesma hora, mesmo local, um frio ainda pior. Dessa vez, resolvemos fazer o trajeto da caminhada, à procura de uma brecha que nos permitisse conquistar, ao menos, um *Bom dia*, ou mesmo um *Quem é você?*. Elas realmente estão em forma, andam firme e é quase difícil acompanhá-las. Uma das mulheres, a autora da pergunta seca da semana anterior, anda à frente de todas, um ar meio altivo, vestindo uma florida saia de viscose por cima da calça de moletom. Mais tarde, saberíamos que se tratava de D. Antônia, para quem o uso de calças compridas sempre foi exclusividade

masculina. Regras culturais como essa, aliás, que definem o comportamento e o lugar de homens e mulheres, incorporadas como *naturais* no processo de educação dos seres humanos, seriam facilmente observadas no decorrer dessa pesquisa de campo. Enfim, o saldo dessa segunda tentativa são dois pés doloridos e alguns sorrisos de solidariedade.

Algumas semanas e diversas caminhadas além, recebemos um convite de D. Ernestina, coordenadora da oficina de artesanato do Centro Comunitário Nova Marília, para assistir a uma de suas aulas. Ali, conversando informalmente com algumas alunas – cerca de 12 mulheres, a maioria jovem (entre 25 e 30 anos, aproximadamente), trabalhando tintas, linhas e tecidos com muita propriedade, no pátio coberto da USF, onde funciona a oficina – descobrimos que o artesanato é apenas um dos tipos de trabalho coletivo desenvolvidos pelo Centro Comunitário. Haveria ainda uma oficina de culinária e uma de costura. D. Ernestina nos avisa acerca da necessidade de obter a permissão de D. Antônia, coordenadora da oficina de culinária, para adentrar ao Centro Comunitário – onde funcionavam as outras duas oficinas. Justamente D. Antônia, a única entre as mulheres do grupo de caminhada que ainda não nos dirigira uma palavra sequer, que se negava a participar de nossas conversas sobre violência doméstica, de figura miúda e idosa, mas repleta de um magnetismo demonstrado na forma como era ouvida pelas companheiras; nas poucas vezes em que falava, provocava sentimentos diversos, entre a curiosidade e o temor.

Porém, uma pesquisa que se propõe séria não cai diante de seus primeiros obstáculos, de modo que, descobrindo com as alunas do artesanato o horário de funcionamento das outras oficinas, uma semana depois estávamos na porta da residência onde funcionam as pequenas manufaturas. E lá permanecemos naquele dia, uma vez que não nos foi permitida a entrada. Um garotinho veio nos avisar que não poderíamos entrar por ser ali *local de trabalho, não de conversa*.

Mais sorte tivemos algumas semanas mais tarde, depois de duas tentativas novamente frustradas de adentrar as oficinas. D. Aristana, senhora baixinha, rechonchuda e muitíssimo simpática, coordenadora da oficina de costura, permite que entremos, uma vez que uma chuva torrencial desaba do lado de fora. D. Antônia não estava no local, tinha se ausentado para resolver um problema pessoal, o que também deve ter facilitado nossa entrada.

A partir dessa data, passamos a freqüentar, bi-semanalmente, as oficinas, sempre com o aval de D. Aristana, que permitia nossa entrada, para observar a rotina de trabalho das mulheres, ouvir seus relatos e interagir com elas, através de longas conversas informais. Contudo, estava ainda pendente a aceitação concreta do grupo em relação à nossa presença investigativa – um exemplo de que isso ainda não havia ocorrido foi o pedido, feito por D. Ana, em nome de todas as mulheres, para que em nossas visitas, não fizéssemos qualquer tipo de anotação, escrita ou gravada.

Sabe o que é, 'fia', a gente fica com vergonha. Você entende, né? Pode ficar aqui com a gente, a gente não liga, não, mas fica escutando, conversando, sem essas coisas...<sup>101</sup>

A resistência se caracterizava, particularmente, na figura de D. Antônia, agente central dentro das fabriquetas e do Centro Comunitário, que, apesar de já não nos impedir de visitar o local, ainda se recusava a interatuar conosco.

Contudo, a pesquisa de campo deve agir de forma paciente em busca de seus resultados. D. Antônia e as demais trabalhadoras precisavam de tempo; tempo para *olhar* nossa presença e formular seus conceitos a respeito dela, fossem de negação, fossem de deferimento. Para descrever a forma como ocorreu a aceitação de nossa presença, recorreremos a uma alegoria *hollywoodiana*. No filme norte-americano “Instinto”, o protagonista, vivido pelo ator *Anthony Hopkins*, é um fotógrafo da vida

---

<sup>101</sup> Julho/ agosto de 2002.

selvagem animal. Em um de seus trabalhos pelas florestas tropicais da África, ele se depara com um bando de gorilas, o qual passa a observar durante semanas. Nesse processo, ele verifica um fato interessante: os gorilas circulam e convivem em um perímetro territorial estabelecido pela presença do gorila-macho, chefe do bando. Qualquer aproximação estranha, não permitida pelo líder, é considerada ameaça, sofrendo ataques de represália. Após semanas de observação e de aproximação lenta e gradual, o fotógrafo, escondido na vegetação para registrar imagens dos animais, ouve um barulho atrás de si e, voltando-se, vê o líder dos gorilas sentado, de forma serena, sem qualquer menção de agressão. É quando, enfim, o fotógrafo se vê dentro do perímetro, portanto, aceito como parte do bando. Não queremos supor, com essa metáfora cinematográfica, que o processo da pesquisa de campo nos transformou em umas das trabalhadoras das oficinas; ao contrário, nossa finalidade sempre foi a observação, ainda que participante. Contudo, ficou claro nosso deferimento quando, um dia, D. Antônia, que até então apenas nos relegava cumprimentos curtos e formais, ao correr para atender um telefonema, colocou a imensa colher de pau, com a qual mexia um tacho de doce de banana proporcional ao tamanho do talher, em nossas mãos e gritou, saindo pela porta:

Fica mexendo o doce. Não deixa 'empelotar' e, se desandar, eu te mato.<sup>102</sup>

Podem parecer palavras duras para alguns, mas as semanas de observação e análise que fizemos nos levaram a traduzi-las de outra forma: estávamos dentro do perímetro.

A partir dessa data, nossa pesquisa pôde contar com material de registro, entre os quais, o mais utilizado foi um gravador portátil, bastante útil na gravação de, não apenas as conversas, mas de todos os sons que compunham o ambiente pesquisado. E foi,

---

<sup>102</sup> Setembro de 2002.

assim, que ficamos conhecendo, pelo *olhar* dessas mulheres, como se deu a fundação do Centro Comunitário Nova Marília, instituição tão importante, como viríamos a saber, para a vida dos moradores e, particularmente, para àqueles sujeitos ali presentes. Para relatar essa história, na forma como nos foi contada – na medida do possível, levando-se em consideração que a leitura que aqui fazemos traduz-se nos significados que atribuímos às ações e acontecimento lidos, portanto, passíveis de juízos de valor – abrimos aqui um parênteses.

3. 1. 1. *A história da fundação do Centro Comunitário Nova Marília – o olhar das mulheres que o construíram.*

Quando o primeiro e o segundo lotes de residências do bairro Nova Marília foram lançados, nos idos de 1980, o local deveria lembrar os cenários de um filme antigo de faroeste. Segundo palavras da própria D. Aristana<sup>103</sup>:

Não tinha asfalto, não tinha árvore, não tinha calçada, não tinha muro, nem ônibus, nem nada. As casas eram ‘pequinhinhas’ de dar dó. Na primeira vez que eu vi, deu vontade de largar tudo. Mas, não dava, o marido já tinha feito o negócio e a gente teve que encarar, né?

Aliás, a expressão popular *encarar*, comumente usada para se referir a enfrentar um desafio, ultrapassar um obstáculo, para servir bem à característica da população que se mudou para o recente núcleo habitacional: oriundos, em sua esmagadora maioria, de classes economicamente desprivilegiadas, trabalhadores assalariados do parque industrial e do setor comercial da cidade. Os moradores não ficaram inertes diante dos inúmeros problemas que o bairro recém-criado apresentava, alguns dos quais apresentados pela fala de D. Aristana, registrada acima. Havia outros, como mau funcionamento do saneamento básico local, problemas no fornecimento de água e luz, falta de ronda policial no lugar, o que favorecia a proliferação de pequenos delitos, etc. Diante de tudo isso, os moradores *encararam*: ao mesmo tempo em que realizavam mutirões locais para realizar pequenas obras necessárias ao bom funcionamento, ao menos inicial, do núcleo, fizeram denúncias nos jornais locais sobre o descaso das autoridades públicas diante do que ocorria ali.

Em meio justamente do segundo loteamento, situavam-se as casas de D. Antônia, D. Zefa, D. Ana, D. Ernestina, D. Aristana e de mais 31 mulheres que viriam a fundar o Centro Comunitário. Suas conversas cotidianas, à beira do portão, acabaram

---

<sup>103</sup> Entrevista concedida em setembro de 2002.

construindo, informalmente, pólos de discussão dos problemas do bairro e redes de solidariedade para a solução dos mesmos. Reunidas, geralmente na casa de D. Antônia – que já naquela época apresentava as características de líder popular que seria – a idéia surgiu. Nas palavras da própria:

Foi o cunhado da Aristana, advogado de Bauru, que deu a idéia. Procurar um político ‘bacana’ da cidade, e cobrar a construção de um lugar da gente, do povo do bairro, para reunir todo mundo e tentar resolver os problemas.<sup>104</sup>

Mas, foram muitos os políticos procurados e muitos os *nãos* recebidos. D. Zefa, 59 anos, resume qual seria a solução encontrada:

Gente simples como nós não tem vez. Político só lembra da gente em época de eleição. A gente teve que esperar os candidatos virem para as coisas começarem a mudar.<sup>105</sup>

Contudo, já havia se passado três anos da fundação do bairro, novos loteamentos estavam para ser sorteados e os problemas estavam longe de serem resolvidos de forma efetiva. Foi quando, perdendo a paciência, D. Antônia agiu de forma drástica.

A gente reuniu os homens todos, os maridos, filhos, parentes, conhecidos, até gente que não morava no bairro e decidiu construir o centro num ‘espaço’ que estava ‘sobrando’ entre o nosso loteamento e o novo, o terceiro, que não tinha sorteado ainda. Eu nem sei o que ia ser feito ali, só sei que a gente construiu tudo em dois fins-de-semana. Quando os ‘homens’ vieram, o centro já estava pronto.<sup>106</sup>

Por *homens* entenda-se os representantes da CDHU, que tinham vindo vistoriar o local do terceiro loteamento, antes de seu sorteio. Quanto ao *espaço*, este deu lugar, inicialmente, a um galpão, uma área de cerca de 150m x 150m, cercada por quatro paredes e um teto. Algumas janelas, uma grande porta, chão de cimento e estava pronto

---

<sup>104</sup> Entrevista concedida em outubro de 2002.

<sup>105</sup> Entrevista concedida em outubro de 2002.

<sup>106</sup> Entrevista concedida em outubro de 2002.

o primeiro modelo do Centro Comunitário Nova Marília. Primeiro modelo porque, com o passar dos anos, o local receberia modificações, como novas pinturas, assoalho encerado, fiação elétrica e hidráulica, banheiros diferenciados por sexo e, até mesmo, um pequeno palco *encaixado* no fundo do salão.

Diante das ameaças da CDHU, D. Antônia e algumas amigas se aproveitaram das proximidades das eleições para conseguir dos candidatos que, agora, eram figuras constantes no bairro uma promessa de ajuda. Seja como for, o reconhecimento formal e a autorização para o funcionamento do Centro Comunitário só se tornariam realidade em 1987. Porém, sua inauguração, pelos moradores, ocorreu em 1984, com um grande churrasco.

Com o passar dos anos e com o vertiginoso crescimento do bairro, a relevância do Centro Comunitário diminuiu em igual proporção. O local viria a ganhar ainda três associações de moradores (uma em cada principal região do bairro) que, ligadas à Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), possuem maior representação junto aos órgãos públicos, o que lhes permite também maior poder de idealizar e combater os principais problemas do bairro. Assim, ao Centro Comunitário coube, ainda, o papel de agregador da comunidade, só que em situações consideradas menos *políticas* e mais *sociais*.

Seja como for, ainda que não tenha feito muita diferença em relação aos problemas do bairro Nova Marília – alguns deles, estruturais e que permanecem até hoje – o Centro Comunitário significou, mais do que uma conquista popular, uma vitória das 36 mulheres que idealizaram e levaram a cabo a campanha para sua construção. Hoje, o lugar, além de ser utilizado como ponto de encontro da população local (para bailes e outros eventos festivos, como formaturas, casamentos, batizados, campanhas de saúde,

etc.), também é usado como uma espécie de *ágora*<sup>107</sup> *moderna*, onde não raras vezes políticos locais se apresentam para o debate com a população do bairro.

Foi através desses contatos e dessas campanhas que as mulheres conseguiram fazer funcionar as supracitadas oficinas, tão importantes hoje para sua sobrevivência econômica, como já mencionado anteriormente. Contudo, sua maior conquista foi a de terem *aberto olhos e ouvidos* – os próprios e os alheios – para suas próprias idéias, foi terem descoberto que suas opiniões são válidas e que podem (e devem) ser ouvidas, sempre.

Claro que nesse processo não há apenas conquistas. Verificamos, no decorrer de nossa investigação, que as mulheres nem sempre conseguem se libertar, no desenvolvimento da consciência do próprio poder, de todas as regras, naturalizadas pelo modelo normatizador social que estabelece as esferas e os modos de atuação dos homens e das mulheres. A incorporação de tais valores fica bastante clara quando analisamos certos aspectos de seu cotidiano, certos acontecimentos, como o que se refere à eleição da presidência do Centro Comunitário. Mas, isso veremos adiante. Por ora, fica o reconhecimento dessa história de conquistas, registradas nas palavras de D. Antônia:

A gente sai de casa para a roça, da roça para o casamento, depois vem os filhos e gente pensa que não tem mais nada, que não é nada. Mas, tem mais coisa, sim, e a gente não é nada. A gente é tudo.<sup>108</sup>

---

<sup>107</sup> A praça grega, centro da polis, onde os cidadãos se reuniam para o debate filosófico e político

<sup>108</sup> Entrevista concedida em janeiro de 2003.

### *3. 2. O dia-a-dia.*

Para fazer uma narrativa reflexiva das práticas cotidianas das mulheres por nós pesquisadas, optamos por dividir nossas descrições em dois momentos: uma abordagem analítica geral do funcionamento cotidiano das oficinas comunitárias e dos comportamentos observados nesses espaços; e uma análise descritiva acerca das formas de utilização e de participação das mulheres no espaço do Centro Comunitário Nova Marília, divididos em três situações-chave para sua compreensão: um dia de baile popular, um dia de culto religioso e um dia de eleições para a presidência e respectiva diretoria do Centro. Organizando-nos dessa forma, acreditamos que torna-se mais viável a apresentação de nossa pesquisa, evitando-se páginas de descrições longas e repetitivas, ausentes de significação. Ao menos, não é esse o nosso objetivo aqui.

3. 2. 1. *A rotina das Oficinas Comunitárias e suas trabalhadoras: interpretando o cotidiano.*

Cada uma das oficinas comunitárias apresenta ritmo de trabalho e de produção diferentes, que fazem correspondência com seus objetivos e capacidades de gerar lucros. Assim, a *Oficina Culinária - Nova Marília*, por ser a manufatura que mais gera renda a suas participantes – estimou-se que, em períodos festivos, como os representados pela Páscoa e pelo Natal, as mulheres consigam obter um lucro líquido de até três salários mínimos – propõe-se a um funcionamento diário, salvo raras exceções, de segunda a sábado, entre 9 e 17 horas. Claro que, por não ser um regime fabril formal, existe flexibilidade no cumprimento dos horários, principalmente no período de poucas encomendas. Contudo, semanalmente, há sempre uma trabalhadora diferente responsável por abrir e fechar a residência onde funciona a oficina. Entre os equipamentos com os quais conta, verificamos a presença de um fogão industrial e um fogão caseiro comum, uma geladeira pequena (280 litros) e um freezer vertical, adquirido de segunda mão, além de panelas e utensílios de cozinha em geral.

Já a *Oficina de Costura do Bairro Nova Marília*, fundada em 1990 e cuja figura central é D. Aristana, amiga muito próxima de D. Antônia, não rende os mesmos lucros que a fabriqueta da companheira. Porém, suas participantes costumam poder contar com encomendas fixas anuais – como as feitas por duas fábricas da região, que geralmente requisitam uniformes para seus funcionários, quando não, toalhas e luvas de tecido. Fora isso e encomendas não previstas, os lucros advém da venda de seus produtos em feiras, pequenas lojas comerciais (como as que revendem seus tricôs), formais e informais. Contudo, apuramos que a renda mensal de cada trabalhadora, exceto por bons períodos, de grandes encomendas, não atinja um salário mínimo. Por isso, a oficina não funciona em período integral, apenas à tarde, entre 14 e 17 horas, de

segunda à sexta-feira. Contam com 12 máquinas de costura, uma máquina de pregar botões e duas *overlock*, máquina de costura semi-industrial, especializada no chuleio (costura interna) de roupas.

Talvez por ter sido a primeira a ser fundada, em 1988, por D. Antônia e algumas amigas mais próximas, moradoras mais antigas do bairro, a *Oficina Culinária - Nova Marília* apresenta, entre suas 27 participantes, a média etária mais alta (cerca de 55 anos). A *Oficina de Costura do Bairro Nova Marília* também apresenta uma faixa etária relativamente alta (46 anos), principalmente se compararmos com a média da manufatura de artesanato (as mais jovens, cerca de 32 anos). Por funcionarem no mesmo local e sendo formadas por mulheres com idades próximas, ambas as oficinas já explicitadas apresentam, durante a rotina de trabalho, os mesmos assuntos, quase que invariavelmente, sobre problemas de saúde e sobre comportamentos, pessoais e alheios. Não raras vezes, é possível ouvir-lhes comentários, geralmente em tom reprovador, acerca de condutas consideradas erradas ou negativas, sejam as próprias, sejam de outrem.

Hoje em dia, 'tá tudo perdido, minha filha, tudo perdido. Essas moças de hoje em dia estão perdidas, não sabem mais qual é o lugar delas. Não querem casar, nem filhos, querem só a vida boa 'da outra'...<sup>109</sup>

A meninada só quer saber desse tal de 'ficar', não querem saber de ter casa, filho, pensar no futuro. Parece que só importa o sábado, o que vai acontecer no sábado [...] E as roupas, então? Minha nossa, se eu sáísse com um roupa assim, no meu tempo, meu não me deixava andar nunca mais...<sup>110</sup>

Observamos que seus julgamentos perpassam por princípios normativos rígidos, provavelmente incorporados durante seu processo de educação e formação, entre os

---

<sup>109</sup> D. Zefa, entrevista concedida em novembro de 2002.

<sup>110</sup> D. Aristana, entrevista concedida em outubro de 2002.

quais se destacam os valores que determinam qual o *lugar de mulher*, qual o *lugar de homem*.

Homem pode, né, filha? Homem pode, é mais fácil, não fica com fama. Mas, mulher, mulher não, mulher tem que pensar bem antes de fazer.<sup>111</sup>

Também, a gente (mulheres) tem que saber que a vida é isso mesmo: tem coisa que só homem pode fazer, tem coisa que é só de mulher. Não acha? Porque, se não fosse assim, seria muita ‘bagunça’. Já ‘tá uma bagunça, ninguém sabe nada, ninguém é de ninguém...<sup>112</sup>

Nesse sentido, a esfera pública, dominada pelo poder e pelo político, pertencem ao universo masculino, sendo o âmbito doméstico e todos os assuntos referentes à maternidade, exclusividades femininas.

Eu vou te contar: dizem que uma mulher no lugar dos governantes seria melhor, que o Brasil ia melhorar, mas eu não sei, não. Não acredito, não parece certo.<sup>113</sup>

Não gosto disso (mulheres na política), nunca vi, também, mas não gosto. Eu não iria, poderia votar, mas não iria para lá. Eu fiz minha parte, criei meus filhos de forma decente, nenhum é ladrão, marginal... Se cada um já fizesse a sua parte, não precisava pensar nessas coisas de melhorar o país, pois tudo já estaria melhor.<sup>114</sup>

Para essas mulheres, muito pouco é permitido às mulheres em geral; entre os comportamentos repreensíveis, estariam: sair à noite, principalmente desacompanhada de uma figura masculina; uso de maquiagem, exceto raras ocasiões, e de roupas mais curtas e apertadas; conduta amorosa inconstante (trocas contínuas de parceiros); risadas, discussões e/ ou gestos exagerados ou considerados *masculinos demais*, entre outros.

---

<sup>111</sup> D. Antônia, novembro de 2002.

<sup>112</sup> D. Aristana, outubro de 2002.

<sup>113</sup> D. Aristana, outubro de 2002.

<sup>114</sup> D. Antônia, novembro de 2002.

Nesse bairro, só tem gente pequena, gente mesquinha. E a mulherada é muito desunida, só quer saber de ficar de olho no tamanho da sua roupa e não enxerga o que você ‘tá passando mesmo.’<sup>115</sup>

Usa aquelas saias, aquelas blusas, vai nos lugares onde não devia, depois reclama que homem só pensa ‘naquilo’, reclama que fica com fama.<sup>116</sup>

Ironicamente ou não, apesar de apresentarem noções de práticas e de comportamentos rígidos, dentro dos quais tantas coisas lhes são proibidas, são também essas mulheres as que parecem ser mais conscientes do poder que adquirem através da participação no Centro Comunitário, como já dissemos, pólo de reunião e de discussões variadas. São elas as mais atuantes, sejam para organizar um pleito local, seja simplesmente para varrer o salão.

A gente tem que fazer por nós e aqui mesmo, onde a gente mora. A gente pode fazer, já mostrou que pode.<sup>117</sup>

Já as jovens mulheres da *Oficina de Artesanato Mariana Junqueira*, fundada em 2003, que funciona em local diferenciado do das outras (o pátio coberto da UBS CDHU – Nova Marília), não podem contar com renda mensal alguma, uma vez que a oficina é muito recente, não tendo estabelecido ainda seu nome no mercado e nem conquistado uma clientela fixa. Por isso mesmo, são elas as que se encontram em situação financeira mais precária. Não existe, exatamente, um horário de trabalho estabelecido; a UBS disponibiliza o espaço três vezes por semana (as segundas, terças e quintas), durante o período vespertino, entre 14 e 17 horas. As participantes são livres para freqüentá-lo ou não. Porém, como exigência estabelecida pelas outras oficinas – para que se auto denomine ‘oficina’ ligada ao Centro Comunitário e seja citado em eventuais campanhas de marketing realizadas pela entidade, ao menos metade das trabalhadoras (cerca de 7

---

<sup>115</sup> Gislaine, setembro de 2002.

<sup>116</sup> D. Zefa, novembro de 2002.

<sup>117</sup> D. Antônia, novembro de 2002.

mulheres) tem que estar no local, nos dias disponibilizados. O material é trazido pelas próprias participantes, sendo que cada uma possui sua caixa de tintas, contas, pedrarias, barbantes, cola, tesoura, entre outros. São as mais insatisfeitas com o que fazem (cerca de 80%) e a imensa maioria trocaria sua atual ocupação por *qualquer outro* emprego formal.

De verdade, de verdade, eu queria sair daqui, claro, né? Mudar de vida... de bairro, não sei, mas tem muita gente fofoqueira aqui, tem.<sup>118</sup>

Entre os assuntos mais corriqueiros dentro de seu cotidiano de trabalho, estão os relacionamentos amorosos, os filhos e os planos/ sonhos futuros. Em comum com as demais mulheres, apenas o fato de também criticarem comportamentos alheios, porém, nesse caso, pelos motivos contrários; elas reprovam não a conduta mais liberal, mas, justamente, a rigidez das regras sociais, com as quais parecem viver em conflito – talvez por serem mais jovens e terem vivenciado um período um tanto menos normativo do que os vividos pelas outras mulheres.

Seja como for, tais experiências não lhes protegeram de também naturalizar regras e explicações para a prática cotidiana, que acabam por excluí-las dos processos de decisão e tomada de poder. Também a elas, mesmo sendo mais jovens, é inadequada a participação feminina em esferas políticas, sendo isso *assunto de homem*. Tanto que são as que menos participam dos eventos que permeiam o universo do Centro Comunitário, salvo em caso de festas, comícios e bailes. Acreditam em um *destino feminino comum a todas as mulheres*, qual seja, o de serem mais *sensíveis aos problemas mundanos*, estando fadadas ao sofrimento.

Não meto com essas coisas (política), não gosto, não sei, não conheço. As pessoas já cuidam muito da minha vida e eu sei como é, então não me meto nesses ‘troços’.<sup>119</sup>

---

<sup>118</sup> Lucimara, 25 anos, solteira, um filho, trabalha na Oficina de Artesanato. Entrevista concedida em janeiro de 2003.

O que me importa, mesmo, é meu filho, meu futuro. Não ligo para falatório, mas que incomoda, ah, é ruim, hein? Por isso, nem participo dessas coisas de votação do Centro. Não ligo, não ligo mesmo.<sup>120</sup>

O poder de transformação de suas vidas é transferido à ocorrência de fenômenos diversos, geralmente os que apresentam caráter de realização pessoal (como encontrar um grande amor, ver um filho formar-se, entre outros).

---

<sup>119</sup> Gislaine, setembro de 2002.

<sup>120</sup> Lucimara, janeiro de 2003.

*3. 2. 2. Práticas cotidianas ao universo do Centro Comunitário: conversão de valores e conflitos.*

Durante os quase dois anos em que observamos o dia-a-dia dessas mulheres e sua participação junto ao Centro Comunitário – Nova Marília, muitas foram as situações vivenciadas/ analisadas. No entanto, algumas marcaram sua história nessa investigação, por se repetirem com certa frequência e por serem emblemáticas às problematizações que suscitamos aqui. Nesse sentido, optamos por relatar e significar três delas: um evento festivo (o baile), um evento religioso (um culto) e um evento político (eleições para a diretoria do Centro Comunitário).

*O baile*

Realizado mensalmente, o baile que reúne os moradores do bairro data desde a fundação deste. Contudo, sofreu transformações profundas em sua organização desde então. Inicialmente, tratava-se de uma reunião de pequeno porte, que atraía apenas aqueles que realmente atuavam junto ao Centro Comunitário, fossem como pedreiros, faxineiros, pintores, jardineiros, enfim, profissionais com alguma função concreta e direta dentro da entidade. Ocorriam, geralmente, durante o dia, sendo muito mais um almoço coletivo do que propriamente um baile.

Era bom, o povo daqui era mais unido...Também era tudo gente de família, mais decente. Hoje em dia, tem cada um que você encontra por aí e pensa: 'Deus me livre' ...<sup>121</sup>

Com o passar de alguns anos, com as dificuldades financeiras vividas pelos brasileiros durante os anos do governo Collor e, depois, com a queda do Real, durante o primeiro mandato de FHC, as reuniões se tornaram mais esparsas (trimestrais, às vezes, semestrais). O espaço interno, um imenso galpão de solo cimentado, permitia, no

---

<sup>121</sup> D. Aristana, janeiro de 2003.

entanto, jogos de futebol de salão amador, ocorridos entre os moradores, todos os finais de semana. Como se tratava de um interesse de pouco interesse às mulheres, o centro, durante algum tempo, tornou-se espaço quase que exclusivamente masculino.

Com as melhorias promovidas pela diretoria do centro, no final dos 1990 – nova pintura, reforma dos banheiros, abertura de mais duas portas e troca do chão antigo por um assoalhado encerado – findaram-se os jogos de futebol. Em contrapartida, as reuniões voltaram, dessa em grande escala. Promoveu-se a realização de bingos, quermesses e jantares dançantes. Porém, logo dois problemas apresentaram-se: primeiro, o fato dos eventos terem se tornado todos muito *caros* à população do bairro, caracteristicamente de situação econômica precária, o que diminuiu significativamente a participação dos moradores no Centro Comunitário; segundo, figuras centrais na fundação e manutenção da entidade (e também importantíssimas para as eleições da diretoria do lugar, como veremos adiante), negavam-se a fazer parte de festividades noturnas, de *caráter duvidoso*.

Esses bailes, esse ‘forrós’ aí, eu hein? Não participo, não conheço essa gente, de onde vem essa gente? Eu não sei.<sup>122</sup>

O que se verifica hoje não é exatamente um consenso de interesses. O centro continua promovendo suas reuniões, porém, cada vez mais parecidas com o que usualmente se chama de *baile fun*. Noturnos, com músicas eletrônicas em alto volume, tais eventos lotam, quinzenalmente, o salão da entidade com a população jovem não apenas do bairro, mas advinda de outras regiões da cidade, atraída pelo divertimento barato (cobra-se apenas uma entrada simbólica de 2 reais) e moderno, que responde aos gostos das novas gerações.

Ah, não é o meu lugar preferido, mas pelo menos tem alguma coisa jovem, alguma coisa mais moderna para a gente fazer aqui.<sup>123</sup>

---

<sup>122</sup> D. Zefa, janeiro de 2003.

Quanta às antigas gerações, como a de D. Antônia, D. Aristana e cia., por exemplo, a essas não é reservada participação em eventos festivos, exceto por raros casamentos e batizados ali realizados. Ironicamente – ou nem tanto, quando notamos que ainda são elas quem controlam as eleições diretivas do centro – são essas mulheres quem costumam fazer a faxina dominical da entidade, após a realização dos bailes, aos sábados.

Se a gente não faz, ninguém faz pela gente. Se você quer uma coisa do seu jeito, tem que fazer.<sup>124</sup>

Seja como for, as mulheres mais velhas, participantes das oficinas comunitárias costumam utilizar o centro para realização de um outro tipo de evento, do qual participam maciçamente: o culto religioso.

### *O culto*

Desde 2002, o espaço do Centro Comunitário é utilizado, todos os anos, durante a semana de Carnaval, bem como em todos os feriados religiosos (Sexta-feira da Paixão, Páscoa, Corpus Christi, Dia de Nossa Senhora Aparecida, Dia de Finados, Dia da Imaculada Conceição e Natal) para a realização de cultos religiosos, mais especificamente de encontro entre os fiéis da Congregação Cristão do Brasil, uma das principais igrejas pentecostais do Brasil.

Os pentecostais acreditam na purificação dos pecados do corpo e dos espírito através do *batismo no Espírito Santo*, ritual realizado pelo pastor da supracitada igreja através da água. Esse protocolo é repetido durante esses cultos, realizados sempre que há feriado religioso no país, com a utilização de piscinas portáteis cheias de água para o ‘batismo’, montadas no palco do salão do Centro Comunitário. Tem-se ainda, durante

---

<sup>123</sup> Gislaine, fevereiro de 2003.

<sup>124</sup> D. Antônia, janeiro de 2003.

esses eventos, sessões de oração e de vigília pelo mundo, que costumam levar dezenas de horas para encerrar.

Interessante que, mesmo que reúna um número ínfimo de participantes (de acordo com a contagem feita pelo Centro, cerca de 100 fiéis participaram das festividades pentecostais em relação ao feriado carnavalesco, em 2003; um ano depois, o número de participantes caiu 25%, estando presentes 75 pessoas apenas), a entidade continue a se propor abrigar tais encontros religiosos. Contudo, as dúvidas em relação a essa questão ameaçam se dissipar quando apuramos que as principais representantes da Congregação Cristão no bairro são justamente as mulheres das oficinas comunitárias – ou, mais especificamente, das manufaturas de culinária e costura, portanto, como vimos acima, as mulheres de faixa etária mais alta e moral mais rígida.

Se pode fazer baile, forró, tem que ter lugar para Deus também, né? Acho que devia mesmo ter lugar só para as coisas de Deus e não para essas coisas, isso que acontece aqui no Centro.<sup>125</sup>

Ao exigirem da presidência do Centro Comunitário a manutenção de tais encontros, cuja realização se dá, basicamente, para um público formado por elas próprias e por seus familiares e amigos, elas o fazem muito por conta de sua ‘exclusão’ dos bailes modernos, também realizados pela entidade comunitária – o que muito as desagrada.

O Centro é de todos nós, tem que servir para todos, não só para os mais jovens só porque são moços.<sup>126</sup>

Com essa ação, tais mulheres reafirmam seu lugar dentro desse espaço específico. Mas, qual o poder conquistado por elas, que lhes concede direitos de mando

---

<sup>125</sup> D. Aristana, fevereiro de 2003.

<sup>126</sup> D. Zefa, fevereiro de 2003.

e desmando sobre a presidência e a diretoria do centro? A análise do item a seguir pode ajudar na elucidação da questão.

#### *A eleição*

O setor administrativo do Centro Comunitário Nova Marília é formado por um presidente, um vice-presidente, um 1º secretário, um 2º secretário, um tesoureiro, um diretor administrativo, um coordenador de entretenimento, um coordenador esportivo e um conselheiro. As eleições, de caráter não obrigatório, são realizadas a cada 2 anos, entre os moradores do bairro. De acordo com dados de uma pesquisa feita pela diretoria do centro, em 2004 cerca de 400 pessoas compareceram, voluntariamente, para eleger os nomes que ocupariam os cargos supracitados.

As mulheres das oficinas comunitárias cumprem significativo papel em relação a esse acontecimento local: além de serem elas quem organizam todos os preparativos, desde a feitura das urnas e das cédulas de votação, da faxina do lugar, o próprio centro, antes e depois das eleições, os mecanismos de propaganda das chapas candidatas, a coordenação do *dia de debate*, que ocorre pelo uma vez antes das votações, também dentro da entidade, enfim, para além de todos os aspectos burocráticos que envolvem um acontecimento como esse, são elas também quem decidem quem se candidata, por mais paradoxo que possa parecer, quem ...se elege.

Sim, aproveitando-se de sua enorme influência no local, uma autoridade conquistada por uma história de lutas e conquistas que todos que transitam por ali conhecem e respeitam, as mulheres, cerca de duas semanas antes do início das *campanhas*, ali mesmo, no ambiente cotidiano de seu espaço de trabalho, conversam entre si e *decidem* quais seriam, entre os moradores do bairro, quem seriam os melhores candidatos a substituir a atual diretoria.

O irmão da Rose, não sei se ele quer, mas ele seria bom, seria um bom candidato. Ele é bom com dinheiro, seria bom ter ele no Centro, controlando o dinheiro.<sup>127</sup>

Vou conversar com o Artur e ver se ele monta mais uma chapa. Mas tem que ser gente boa, senão não tem jeito de conversar, não.<sup>128</sup>

Uma apuração feita entre outros habitantes locais, tanto homens quanto mulheres, antigos ou novatos daquele espaço, levou-nos a constatar que esse esquema, conhecido e aceito por todos – ou por uma grande maioria, pelo menos – existe desde as primeiras eleições (1990).

São elas mesmo quem decidem, não tem jeito, sempre foi assim. Mas é melhor, viu, pois elas só põem lá (na presidência do Centro) gente boa. Então, ninguém reclama.<sup>129</sup>

*Escolhidos os candidatos*, eles são procurados pelas mulheres para saber se aceitam ou não. Elas chegam a compor duas ou três chapas *diferentes*<sup>130</sup>; composições outras, ainda que não sejam contrárias às suas posições, raramente se candidatam, uma vez que a derrota é dada como certa. Para garantir a vitória de sua chapa *favorita* – acreditamos que apenas essa expressão possa explicar a escolha por uma das chapas, uma vez que são todas compostas por suas preferências – as mulheres das oficinas se revezam em um *esquema de influência*: fazem visitas pessoais a vizinhos mais distantes, empreendem campanhas em locais públicos, como postos de saúde, estabelecimento comerciais locais, etc.

---

<sup>127</sup> D. Aristana, novembro de 2002.

<sup>128</sup> D. Ernestina, janeiro de 2003.

<sup>129</sup> Artur, janeiro de 2003.

<sup>130</sup> A gente tem que dar *opção* para o povo... (D. Antônia, janeiro de 2003).

A gente tem que começar isso logo, gente. Alguém já foi no posto (de saúde)? Tem que ir falar com o povo... Aproveita para falar quando for pegar as crianças no parquinho e fala com o povo, gente.<sup>131</sup>

Interessante notar que, entre os escolhidos, não figuram mulheres. Quando questionadas, as respostas apresentam justificativas carregadas de preconceitos *típicos* aos sistemas de pensamento que incorporam as normas sociais de diferenciação entre os sexos, características de nossa sociedade androcêntrica: a política não pertence ao universo feminino, tratando-se de uma *exclusividade* dos homens, para preparados para *lidar com isso*.

Isso não é coisa de mulher. Quando você consegue esse tipo de coisa, tem que passar por muita coisa ruim, brigar com amigos, fazer coisas que alguns querem, outros não, eu não sei lidar com essas coisas.<sup>132</sup>

O fato de que algumas reuniões do Centro Comunitário devem ser realizadas à noite também é lembrado como obstáculo a sua candidatura. O modelo normatizador internalizado por tais mulheres, aprendido em seu processo de vida, estabelece de forma rígida, como pudemos verificar, os espaços, os comportamentos e, até mesmo, os horários de atuação de homens e mulheres.

Se precisar de mim, pode contar, pode me chamar, mas só de for 'de dia'. De noite é hora de louça, de novela que ninguém é de ferro, né, de reza...<sup>133</sup>

Mulher que tem decência não fica por aí 'saracoteando', 'batendo perna' por aí, de noite.<sup>134</sup>

Nesse sentido, a noite, escura e cheia de mistérios, requer força física para ser *enfrentada*; portanto, transitar no período noturno é privilégio masculino. Privilégio,

---

<sup>131</sup> D. Antônia, janeiro de 2003.

<sup>132</sup> D. Ernestina, entrevista concedida em janeiro de 2003.

<sup>133</sup> D. Aristana, janeiro de 2003.

<sup>134</sup> D. Zefa, janeiro de 2003.

uma vez que eles também vivenciam o *dia*, espaço temporal permitido às ações das mulheres.

Contudo, embora não sejam as responsáveis oficiais pelo funcionamento do centro, na prática, são elas que o mantêm, sob todos os aspectos: sua limpeza e manutenção física, incluindo a decisão sobre a precisão ou não de reformas, os eventos a serem realizados e os aluguéis a serem cobrados, a necessidade de fazer campanhas, dos mais diversos tipos, no local, a organização de palestra, em geral, com políticos locais, enfim, as funções que deviam caber aos membros *eleitos* da diretoria do Centro Comunitário, são na verdade, realizadas pelas mulheres que não querem se candidatar, já que política *não é coisa de mulher*.

Tais comportamentos delineiam a força que incorporações culturais machistas podem ter na condução de uma vida humana. Seja como for, essa discussão será feita no capítulo a seguir.

## 4. CAPÍTULO

*O olhar analítico: cotidiano x conceitos.*

[...] Minha mão direita enche de chá as xícaras de porcelana  
 E faz bordados com tias velhas e solteironas.  
 Minha mão direita agarra as contas do rosário  
 E molha as plantas que estão morrendo.  
 Mas nunca pintou um quadro, nem concorreu à presidência.  
 Minha mão esquerda poderia ter feito estas coisas  
 Se suas raízes não tivessem sido forçadas.

[Dory Previn, 'Left and lost', excerto de *Mary Brown and the Hollywood sign*, United Artists, 1972].

Uma vez apresentado, em todas as suas dimensões, singularidades e multiplicidades, o cotidiano – ou os momentos que decidimos ser os mais relevantes para expor o porquê das problematizações levantadas, uma vez que descrever, densamente, tudo o que foi observado em quase dois anos de pesquisa de campo tornaria a dissertação inaceitavelmente extensa – das mulheres que compõem o quadro de trabalhadoras das oficinas comunitárias do bairro Nova Marília, o objeto de estudo da presente investigação, dedicamo-nos, neste capítulo, a um aprofundamento dos conceitos, com os quais fizemos apenas tessituras no processo de descrição do dia-a-dia observado.

Nesse sentido, começamos por tentar responder à primeira das questões centrais de nossa hipótese: pode essa organização feminina, encabeçada e levada a cabo pelas mulheres das oficinas comunitárias, de um *movimento feminista brasileiro*? Para respondê-la, fazemos, antes, um breve relato acerca dos caminhos adotados pelo feminismo em nosso país.

Na segunda parte desse capítulo, procuramos mostrar como nossa pesquisa empírica ilustra a ocorrência de fenômenos sociais, como a *violência simbólica* e a *dominação masculina*, conceitos de Pierre Bourdieu, cuja interpretação atribuída pela investigação também é apresentada.

#### 4. 1. Os movimentos feministas e o Brasil – múltiplos caminhos.

Uma análise, ainda que breve, acerca das formas como o feminismo engendrou-se no Brasil, nos revela que o movimento não se delineou de modo único, tendo, antes, trilhado diversos caminhos e apresentado múltiplos objetivos, manifestações e pretensões, de acordo com os períodos históricos por ele vivenciados.

Justamente por conta dessa prolixidade, PINTO (2003), discorrendo sobre o conjunto diverso de manifestações do movimento feminista, identificou duas tendências, que tiveram início no final do século XIX e se estenderam pelas três primeiras décadas do século XX. A primeira corrente teve como foco o movimento sufragista liderado por Bertha Lutz<sup>135</sup>, tendência a qual a autora denominou de feminismo *bem comportado*, sinalizando para o caráter conservador desse movimento, que não questionava a opressão feminina. Nesse sentido, a luta para a inclusão das mulheres à cidadania caracterizava-se como uma espécie de complemento ao bom andamento da sociedade e não pelo desejo de alteração concreta das relações de gênero.

---

<sup>135</sup> Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo, no dia 02 de agosto de 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista e pioneiro da medicina tropical Adolfo Lutz. É conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. A ela as mulheres brasileiras devem a aprovação da legislação que lhes outorgou o direito de votar e serem votadas. Educada na Europa, ali tomou contato com a campanha sufragista inglesa. Voltando ao Brasil em 1918, formada em Biologia pela Sorbonne, ingressou por concurso público como bióloga no Museu Nacional. Foi a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro. Bertha, ao lado de outras pioneiras, empenhou-se na luta pelo voto feminino. Criou, em 1919, a *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher*, que foi o embrião da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)*. Em 1922, representou as brasileiras na assembléia-geral da *Liga das Mulheres Eleitoras*, nos Estados Unidos, sendo eleita vice-presidente da *Sociedade Pan-Americana*. Somente dez anos depois do ingresso das brasileiras na *Liga das Mulheres Eleitoras*, em 1932, por decreto-lei do presidente Getúlio Vargas, foi estabelecido o direito de voto feminino. Candidata pela *Liga Eleitoral Independente*, obteve a primeira suplência, assumindo a cadeira de deputada na Câmara Federal em junho de 1936, devido à morte do titular, Cândido Pereira. Sua atuação parlamentar foi marcada por propostas de mudanças na legislação referente ao trabalho da mulher e do menor, visando, além de igualdade salarial, a isenção do serviço militar, a licença de 03 meses para a gestante e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas. Com a implantação da Ditadura em novembro de 1937 e o fechamento das casas legislativas, Bertha permaneceu ocupando importantes cargos públicos, entre os quais, a chefia do setor de botânica do Museu Nacional, cargo no qual se aposentou em 1964. No ano de 1975, Ano Internacional da Mulher, estabelecido pela ONU, Bertha foi convidada pelo governo brasileiro a integrar a delegação do país no primeiro Congresso Internacional da Mulher, realizado na capital do México. Foi seu último ato público em defesa da condição feminina. Bertha Lutz faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1976 [BRAZIL; SCHUMAHER, 2000].

A segunda vertente foi cognominada por PINTO (2003) como feminismo *mal comportado*, tendência que reunia uma gama heterogênea de mulheres – intelectuais, anarquistas, líderes operárias – que, além do acesso ao poder político público, defendiam ainda o direito à educação e falavam em *dominação masculina*, abordando temas que, para a época, eram delicados, como a sexualidade e o divórcio<sup>136</sup>.

Com o golpe de 1937<sup>137</sup>, ocorreu um longo período de refluxo do movimento feminista no país, que se estendeu até as novas manifestações que apenas tornariam a acontecer, publicamente, na década de 1970. As discussões políticas de então estavam mais centralizadas e pautadas pela luta socialista,

[...] não havendo espaços para lutas, chamadas na época de particularistas. [PINTO, 2003, p. 23].

---

<sup>136</sup> Há uma terceira vertente que PINTO (2003) chamou de *o menos comportado dos feminismos*, manifestado especificamente no movimento anarquista e no Partido Comunista, tendo como expoente Maria Lacerda de Moura (PINTO, 2003). *Feminista libertária, escritora polêmica e oradora prestigiada*, Maria Lacerda de Moura se destacou por uma vibrante atuação nos meios políticos, culturais e literários brasileiros, desde as primeiras décadas do século XX. Nascida em Minas Gerais, a 16 de maio de 1887, formou-se pela Escola Normal de Barbacena, em 1904, e logo se interessou pelas idéias anticlericais e pedagógicas dos anarquistas. Maria Lacerda escreveu inúmeros artigos e livros de crítica contundente à moral sexual burguesa de sua época, alinhando-se com os anarquistas e radicalizando a denúncia da opressão sexista sobre as mulheres pobres e ricas. Temas dificilmente discutidos nesse período, como educação sexual dos jovens, virgindade, amor livre, direito ao prazer sexual, divórcio, maternidade consciente e prostituição figuravam entre os mais importantes na extensa produção intelectual da militante mineira. Anarco-feminista, foi uma das poucas ativistas que se envolveu diretamente com o movimento operário e sindical de sua época. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1945 [BRAZIL; SCHUMAHER, 2000].

<sup>137</sup> Ao final do seu mandato presidencial – que seria em 1938, segundo a Constituição – Getúlio Vargas planejou um golpe para manter-se no poder. Com a ajuda dos militares integralistas, inventou-se a existência de uma terrível ação comunista – o forjado *Plano Cohen* – para derrubar o governo e assassinar centenas de políticos brasileiros. Divulgado à nação com grande estardalhaço, o suposto Plano Cohen serviu de pretexto para Vargas organizar um governo de exceção. Depois de institucionalizar o Estado de Sítio em todo o país, o presidente mandou fechar o Congresso Nacional e outorgou uma nova constituição, de inspiração fascista. A seguir, o Presidente passou a governar com poderes ditatoriais. O Golpe de 1937 resultou de um movimento dos chefes militares e de Vargas com a sustentação das elites brasileiras. Foram oito anos de estagnação política. A Carta de 1937 – que copiava as idéias básicas do regime fascista italiano – nunca foi submetida a referendo popular. Os Estados voltaram a ser governados por interventores e o Poder Legislativo (Senado, Câmara Federal, Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais de todo o país) jamais se reuniu. Na ditadura de Vargas, além da suspensão de direitos e garantias individuais e da repressão político-ideológica, foi proibido também o funcionamento de todos os partidos políticos [D'ARAÚJO, 1997].

No entanto, isso não significa que durante esse longo período as mulheres não tiveram nenhum papel na história brasileira. Muito pelo contrário, é importante destacar os grupos feministas que problematizaram e lutaram pela transformação, não somente da condição de dominação à qual as mulheres estavam submetidas, como de todo tipo de opressão política, como o movimento no início da década de 1950 contra a alta do custo de vida imposta pelo período recessivo do pós-guerra ou a participação feminina junto a grupos clandestinos de orientação comunista, por exemplo (TELES, 1993). Seja como for, infelizmente, o acervo histórico desse período do movimento feminista brasileiro é esparso e de difícil acesso (PINTO, 2003).

Na década de 1970, a emergência do feminismo em pleno governo Médici<sup>138</sup> determinou que ele (res)surgisse não somente dentro do país, mas também em boa parte no exílio. As mulheres exiladas por conta da ditadura militar, concentradas principalmente na Europa e nos Estados Unidos, receberam forte influência do movimento feminista de tais culturas, influência que viria ser trazida ao Brasil, quando do momento de reabertura política e finalização do governo militar. No que tange à dimensão interna brasileira, as décadas de 1960 e 1970 destacaram a atuação da advogada Romy Medeiros, fundadora do Conselho Nacional de Mulheres (1949) – no

---

<sup>138</sup> O general Emílio Garrastazu Médici, foi um [militar](#) e político [brasileiro](#), presidente do país entre [30 de outubro de 1969](#) e [15 de março de 1974](#), ou seja, durante o [regime militar](#), sendo o seu [governo](#) conhecido como *os anos de chumbo da ditadura*, devido à violentíssima repressão promovida à oposição. Prisões, torturas e grupos de extermínios foram fatos comuns em seu mandato. Data desta época também a famosa [campanha](#) publicitária presidencial, cujo [slogan](#) era: *Brasil, ame-o ou deixe-o* (amar ao país correspondia a não ser opositor ao regime militar). Foi o período durante o qual o país viveu o chamado "[Milagre Brasileiro](#)": crescimento econômico e projetos faraônicos (como a [Transamazônica](#) e a [Ponte Rio-Niterói](#)) deram a tônica deste período. Em seu governo, ainda, concluiu-se o acordo com o Paraguai para construção da usina de Itaipu. Foi também executado o Plano de Integração Nacional (PIN), que permitiu a construção das rodovias Santarém-Cuiabá, Perimetral Norte e da ponte Rio-Niterói. A euforia provocada pela conquista da [Copa do Mundo de futebol](#), em [1970](#), conviveu com a repressão velada ou explícita aos opositores do regime, notadamente os ativistas de orientação comunista. Ao se retirar da Presidência da República, abandonou a vida pública. Declarou-se contrário à anistia política assinada pelo presidente [João Figueiredo](#) (que havia sido chefe da Casa Militar durante seu governo). Foi sucedido, em 1974, pelo general Ernesto Geisel [Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/htm>. Acesso em 24 de setembro de 2006].

qual atua até o dia de hoje – que caracterizava-se particularmente por compor reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, de caráter quase privado. Além disso, Medeiros, por conta de suas boas relações governamentais, conseguiu organizar, em 1972, o I Congresso Nacional de Mulheres, que abordou temas que refletiam vários aspectos do feminismo, inclusive questões polêmicas como o planejamento familiar (TELES, 1993). A presença de Romy Medeiros indicava uma espécie de transição entre o feminismo *bem-comportado*, à moda Bertha Lutz, e um novo feminismo *mal-comportado*, que começou a enfrentar questões consideradas tabus. (PINTO, 2003)

Importante também destacar, entre os episódios que marcaram a entrada definitiva das mulheres e das questões por elas levantadas na esfera pública brasileira, o Ano Internacional da Mulher, em 1975, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) (ALVES, 1991). O feminismo no país se fortaleceu com o evento organizado para comemorar o Ano Internacional, realizado no Rio de Janeiro sob o título *O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira*, e com a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, cuja base era formada por dois grupos informais, de caráter privado, quase de um *encontro de amigas* (SARTI, 2004). Foram esses grupos que se reuniram, buscaram o patrocínio da ONU e montaram o supracitado evento, que se tornou um marco na história do feminismo no país, suscitando resistências por parte dos poderes constituídos, conforme o atesta o depoimento de uma das organizadoras:

[...] Inventamos o nome pomposo de '*Pesquisas sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira*' para não usar o termo '*feminista*', que assustava as pessoas [...] [PINTO, 2003, 64].

Em relação às influências estrangeiras ao feminismo brasileiro de então, o ano de 1975 foi também particularmente importante por conta da organização do

Movimento Feminino pela Anistia, fundado por Terezinha Zerbini – advogada e esposa de um general cassado que chegou a ser presa por quatro anos (1975-1979) – organização que colocava como imperiosa a necessidade de se permitir a volta dos exilados ao país, a fim de que se recuperasse o funcionamento do sistema democrático no Brasil (TELES, 1993). É nesse momento que as mulheres exiladas nos Estados Unidos e na Europa, influenciadas pelas correntes feministas dessas regiões, como já foi supracitado, voltavam para o Brasil trazendo uma nova forma de pensar sua condição de mulher, em que somente os papéis de mãe, companheira e esposa – que quase sempre exigiam uma postura submissa e dócil – não mais serviam. (ALVES, 1991)

A partir da década de 1980, o movimento feminista brasileiro precisou enfrentar a redemocratização do país e, com ela, duas questões especificamente relevantes: a manutenção da unidade do movimento, ameaçada pela reforma partidária de 1979<sup>139</sup>, que dividiu as oposições, e a relação do movimento feminista com os governos democráticos que viriam a se estabelecer, principalmente quando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) começou a ganhar as eleições estaduais (PINTO: 2003). Surgiram grupos feministas temáticos, como também houve espaço para o surgimento e o desenvolvimento do que se poderia chamar de feminismo acadêmico, ancorado em pesquisas de ciências humanas e educação realizadas nas grandes universidades do país (SARTI, 2004).

Também nos anos 1980 foram criadas as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, especializadas em oferecer um atendimento ao público feminino, em particular, às mulheres vítimas de violência. O feminismo, as feministas e as delegacias da mulher não resolveram a questão da violência, mas a criação das delegacias foi um avanço na

---

<sup>139</sup> Promulgada em 22 de novembro de 1979, durante o governo militar de João Figueiredo, a Reforma Partidária promovia o pluripartidarismo no Brasil, ou seja, a partir de então seria permitida a participação de vários partidos políticos nas eleições (FICO, 2005).

medida em que a mulher passou a ser reconhecida como vítima de violência (DEBERT; GREGORI, 2002).

Outro tema que se tornou central no movimento feminista a partir da década de 1980 foi a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), pelo Ministério da Saúde (1983), anunciado como uma nova e diferenciada abordagem da saúde da mulher. Paradoxalmente, o PAISM constituiu-se também na primeira vez em que o Estado brasileiro, ainda em regime militar, propôs explicitamente, e implantou, embora de modo parcial, um programa que contemplava a regulação da fecundidade. Isso suscitou suspeitas acerca de possíveis intenções ocultas de controle da natalidade (PINTO, 2003). Porém, uma breve análise do Programa e seu significado social, evidenciou seu caráter pioneiro, ao propor o atendimento à saúde reprodutiva das mulheres, no âmbito da atenção integral à saúde, e não mais a utilização de ações isoladas em planejamento familiar. Por isso, alguns movimentos feministas brasileiras passaram a lutar por sua implementação, por entenderem que se tratava de um passo significativo em direção ao reconhecimento dos direitos reprodutivos das mulheres, mesmo antes que essa expressão ganhasse os diversos foros internacionais de luta (TELES, 1991).

Já nos anos de 1990, para além de todas e tantas manifestações do feminismo na contemporaneidade, Pinto (2003) nos coloca que é possível sinalizar para dois cenários importantes à identificação das novas formas que o movimento feminista tomou: o primeiro refere-se justamente à dissociação entre *pensamento* e *movimento* feministas; o segundo, à profissionalização do movimento por meio do aparecimento de um grande número de Organizações Não-Governamentais (ONGs), a mais pública expressão do feminismo na virada do século<sup>140</sup>.

---

<sup>140</sup> Cita, como exemplos da atuação das ONGs, algumas organizações: o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CCFMEA), criado em 1989, com sede em Brasília ([www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)); as ações em

4. 1. 1. *O movimento das mulheres das oficinas comunitárias do bairro Nova Marília: engendrando um novo feminismo?*

Um movimento feminista, de forma geral, pode ser definido como uma organização que se pauta pela defesa da igualdade de direitos e *status* entre homens e mulheres em todos os campos do social (ALVES, 1991). Obviamente, trata-se de uma definição que não corresponde à riqueza intelectual e prática que esse tipo de movimento pode e deve suscitar. Sim, porque *feminismo* é apenas um termo que traduz todo um processo desenvolvido ao longo da História e que, obrigatoriamente, continua a ser trabalhado de forma diária, em todos os espaços da vida social. Por não se tratar de um movimento uno, único, seus diversos matizes representam a ampla variedade de mulheres do mundo todo, percebendo-as em suas infinitas singularidades e respeitando-se suas crenças, desejos, objetivos e valores distintos. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. Para entendê-lo, é preciso confrontar a situação da mulher na sociedade antiga, medieval e moderna, buscar suas raízes enquanto movimento político e desvendar a ideologia que ainda hoje outorga direitos, deveres e comportamentos distintos para homens e mulheres (PINTO, 2003).

---

Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE), igualmente com sede em Brasília. Tanto o CCFMEA e a AGENDE atuam na esfera da alta política. Já a Articulação da Mulher Brasileira (AMB), criada para preparar a ida das mulheres brasileiras à Conferência Mundial de Pequim em 1995, atua como contraponto, assessorando e organizando os movimentos de base. Outra ONG, formada em 1991, foi a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos conhecida como Rede Saúde, que congrega 110 filiadas em 20 estados. Cita ainda a Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), a Assessoria Jurídica (THEMIS) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Menciona, como significativa, a página eletrônica do Governo Federal na Internet, uma seção com informações sobre projetos em debate no Congresso Nacional, sobre programas em ministérios e informações em geral relativas aos direitos das mulheres ([www.redegoverno.gov.br/mulhergoverno](http://www.redegoverno.gov.br/mulhergoverno)). Céli Pinto ressalta um tipo de organização que atua no campo da política e não se relaciona diretamente com o Estado, mas principalmente com as mulheres das camadas populares, organizando-as e buscando aumentar o seu poder para agirem na esfera pública. A GELEDÉS, por exemplo, tem uma forte atuação contra o racismo envolvendo homens e mulheres, e entre os seus programas encontram-se as oficinas de sexualidade e saúde, o Projeto Rapper e o SOS Corpo, de Recife. Igualmente, cita que, entre as ONGs ligadas à Associação Brasileira de ONGs (ABONG), é possível verificar uma multiplicidade de manifestações de mulheres em movimentos populares, em sindicatos e em partidos políticos, que trazem para a discussão as questões dos direitos das mulheres [PINTO, 2003].

No Brasil, a trajetória do movimento fluiu de acordo com a história singular do país, de modo que apresentou momentos distintos, entre reivindicações por direito ao voto e a um custo de vida mais justo, passando pelas exigências de ser reconhecida como vítima de violência e de atendimento especializado a saúde, até as atuais discussões de gênero, que requerem a desconstrução das identidades naturalizadas e fixas, através dos quais homens e mulheres são culturalmente construídos em seus contextos e significados.

E a história das mulheres, participantes de oficinas de trabalho comunitário e membro-fundadoras do Centro Comunitário Nova Marília, que foi explanada na presente dissertação, trata-se essa história de um *movimento feminista*? Vejamos, os objetivos calcados por essas mulheres, quando empreenderam sua luta pela construção do Centro, visavam a melhoria nas condições da vida do bairro de então: asfalto, saneamento básico, fornecimento regular de água e luz, telefonia pública, linhas de ônibus, etc. Tais melhorias destinavam-se não apenas às *mulheres* do bairro, mas a *todos os seus moradores*, sem distinção. Isso não desqualifica sua luta quanto a ser um movimento feminista ou não, uma vez que lutar pela conquista de direitos, não somente os femininos, como os de todos os que se encaixem na posição de *oprimidos*, tem sido característica de movimentos feministas atuais, subsidiados por uma abordagem de Gênero. Na verdade, o que nos impossibilita de caracterizar tal movimento como *feminista* não são seus objetivos, mas seus princípios norteadores.

Antes de tudo, qualquer ramificação do feminismo defende a idéia de que homens e mulheres são seres de direitos iguais, princípio que deve ser aplicado em todas as dimensões da vida social e particular. Não é o que verificamos quando analisamos a luta de D. Antônia e suas companheiras. E isso fica bem claro quando nos detemos na observação da forma como conduzem, por exemplo, as eleições para os

cargos administrativos de seu Centro Comunitário, posições de prestígio dentro bairro. Mesmo quando detém a oportunidade de participar dessa esfera pública e política – como já vimos anteriormente, são elas que, utilizando-se de toda uma história de mobilização e influência sobre sua comunidade, acabam por determinar *quem fará o quê* dentro da entidade – essas mulheres negam a si próprias tal possibilidade.

Incorporando regras e práticas culturais, ensinadas por gerações e tão antigas que se tornam *verdades absolutas*, as mulheres das oficinas de trabalho comunitário do bairro Nova Marília terminam por reproduzir, em seu cotidiano, um modelo normatizador social que estabelece espaços de atuação para homens e mulheres, portanto, *diferenciando-os*.

Essas mulheres não lutam pela mudança da organização social de ordem androcêntrica, porque acreditam que *as coisas são como deveriam ser*, ou seja, que homens e mulheres atuam de forma socialmente diferente, cada qual dentro do campo que lhe cabe *por direito*; no caso das mulheres, no âmbito doméstico; em relação aos homens, a esfera pública.

Contudo, como nos coloca Chartier (1995, p. 41):

Uma tal incorporação da dominação não exclui, entretanto, afastamentos e manipulações (...). Para as mulheres, se conformar aos cânones corporais (móveis e variados, inclusive) ditados pelo olhar e pelo desejo dos homens não é somente se curvar a uma submissão alienante, mas também construir um recurso permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação (...), deve ser entendido como uma tática que mobiliza, para seus próprios fins, uma representação imposta – aceita, mas que se volta contra a ordem que a produziu.

Por mais que se neguem a fazer parte dos cargos eletivos do Centro Comunitário e, assim, atuar diretamente na esfera pública e política do local, essas mulheres permitem-se transitar nas brechas desse sistema e, dessa posição, buscam o controle da situação – ou seja, através de sua influência dentro do bairro, elas se organizam de modo a não consentir que uma diretoria de opiniões e posições, no que concerne ao

desenvolvimento do local, opostas às suas, seja eleita. Emerge daqui, então, um *movimento de mulheres* (e não um movimento feminista), cuja atuação, embora esteja vinculada a preconceitos enraizados que resultam na restrição de suas ações, destina-se a atender seus próprios interesses.

Assim, a observação das dinâmicas da atuação dessas mulheres junto à organização do Centro Comunitário nos permitiu *descobrir* outros processos sociais que não os formalmente conhecidos, que trouxe à tona, não um movimento feminista, mas um *movimento de mulheres* que, embora ocorra em um micro espaço, tem relação com uma estrutura maior. Em outras palavras, o movimento organizado por essas mulheres tem correspondência com o processo histórico e universal de resistência das mulheres – todas elas – através do qual estas subvertem diversos obstáculos e traspassam as barreiras do que lhes é *naturalmente permitido* pelas representações culturais, rompendo com o que é tradicional e/ ou oficial.

Não negamos, portanto, as *resistências* apresentadas por esse grupo de mulheres. Atentamos, ainda, para as formas como exercem o poder, formas que podem ser diretas (são elas que, pessoalmente, através de visitas e conversas nas salas de espera de postos de saúde, na rotina de trabalho, *à beira das calçadas*, mobilizam a população local a eleger os nomes de sua escolha, valendo-se da confiança conquistada pelo tempo que residem no local e pela influência difundida por conta de sua história pessoal de lutas por melhorias no bairro) ou indiretamente (quando, por exemplo, propõem a fazer a faxina do Centro Comunitário, mesmo após a realização dos bailes que tanto reprovam, e exigindo que a entidade abrigue suas práticas religiosas, modos simbólicos de ‘limpar’ a presença do outro, que lhe é estranho).

#### 4. 2. O olhar de Bourdieu: elucidando alguns conceitos.

Para compreender a relevância de alguns conceitos de Bourdieu nesta pesquisa, faz-se necessário, antes, esclarecer qual é a nossa compreensão acerca das idéias do renomado sociólogo francês aqui utilizadas, a fim de que se entenda, então, porque nos apoiamos nelas como contribuição à explicação de algumas de nossas hipóteses.

Pierre Bourdieu (1930-2002) é, sem dúvida, um dos autores mais lidos em todo mundo, seja no campo da [Antropologia](#), seja no da [Sociologia](#), e sua contribuição alcança as mais variadas áreas do conhecimento humano, discutindo temas como [educação](#), [cultura](#), [literatura](#), [arte](#), [mídia](#), [lingüística](#) e [política](#). Sua discussão sociológica centralizou-se, ao longo de sua obra, na tarefa de desvendar *os mecanismos da reprodução social que legitimam as diversas formas de [dominação](#)* (CORADINI, 1996). Para empreender esta tarefa, Bourdieu, retirando os fatores econômicos do epicentro das análises da sociedade, desenvolveu conceitos específicos, entre outros, o de *habitus*, à luz do qual, segundo o autor, o mundo social deveria ser fundamentalmente compreendido. [Bourdieu](#) localiza no conceito de *habitus* o *primado da razão prática* (2002), uma idéia que se relaciona à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos [agentes](#) por meio de disposições para sentir, pensar e agir. Em *A dominação masculina*, a construção do *habitus* é explicada pelo autor como

[...] o produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas 'linhas de demarcação mística', conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada [BOURDIEU, 2002, p. 64].

Assim, o conceito de *habitus* corresponde, dentro da obra de Bourdieu, a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo, que *lhe permite* pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas. Esta postura consiste em admitir que existe no mundo social estruturas objetivas, socialmente construídas que podem dirigir, ou melhor, coagir a ação e a representação dos [indivíduos](#).

O mundo social apresenta-se, objetivamente, como um sistema simbólico que é organizado segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial. O espaço social tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida. Assim, a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação: do lado objetivo, ela é socialmente estruturada porque as propriedades atribuídas aos agentes e instituições apresentam-se em combinações com probabilidades muito desiguais [...]. Do lado subjetivo, ela é estruturada porque os esquemas de percepção e apreciação, em especial os que estão inscritos na linguagem, exprimem o estado das relações de poder simbólico [...]. Esses dois mecanismos concorrem para produzir um mundo comum, ou, pelo menos, um consenso mínimo sobre o mundo social [BOURDIEU, 1990, p. 160-161].

Dessa forma, no sentido de mostrar que as relações de força entre os agentes sociais apresentam-se sempre de modo transfigurado em relações de sentido, bem como na tentativa de desvendar os mecanismos que fazem com os indivíduos vejam como *natural* as representações ou idéias dominantes, Bourdieu nos apresentou a outro valoroso conceito, complementar à sua noção de *habitus*, também desenvolvido ao longo de toda sua obra, qual seja, a *violência simbólica*. A *violência simbólica* se traduziria nas formas invisíveis de coação que se apóiam, muitas vezes, em crenças e preconceitos coletivos. Sua idéia funda-se, geralmente, na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se enxergar e a avaliar o mundo seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Para Bourdieu, entretanto, a *violência simbólica* não era fruto da instrumentalização pura e simples de uma classe sobre a outra, mas ela é exercida através dos jogos engendrados pelos atores sociais. Assim, através desse conceito, o autor advogava acerca da não-arbitrariedade da

produção simbólica na vida social, advertindo para seu caráter efetivamente legitimador das forças dominantes, que expressam por meio delas seus [gostos de classe](#) e [estilos de vida](#), gerando o que ele pretende ser uma [distinção](#) social. Seu poder adviria, justamente, de conseguir impor significações e impô-las como *legítimas*. Os símbolos afirmam-se, assim, como os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. Nesse sentido, o *habitus* funcionaria como uma força conservadora no interior dessa mesma ordem social.

Com efeito, a partir de um conceito de chave-mestra, que é o da dominação que recobre formas variadas de relações de poder, Bourdieu focalizou a forma a mais insidiosa exercida pela *violência simbólica*. O termo apareceria como eficaz para explicar a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas lingüísticas e outras.

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. Esta classe, no papel, tem a existência teórica que é a das teorias: enquanto produto de uma classificação explicativa (...), ela permite explicar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas – e, entre outras, as das condutas de reunião em grupo (...); poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe provável, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes [BOURDIEU, 1989, p. 136].

Pierre Bourdieu elaborava, assim, um sistema teórico que não cessaria de desenvolver: as condições de participação social baseiam-se na herança social. O acúmulo de bens simbólicos e outros estão inscritos nas estruturas do pensamento (mas também no corpo) e são constitutivos do *habitus* através do qual os indivíduos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social. Esta não pode se realizar sem a ação sutil dos agentes e das instituições, preservando as funções sociais pela ‘violência

simbólica' exercida sobre os indivíduos e, o que é particularmente importante para nossa pesquisa, com a *adesão deles*.

As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo, em forma transfigurada, o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e a qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (...), quer dizer, do poder de impor – e mesmo inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social [BOURDIEU, 1989, p. 11-12].

É impossível negar a originalidade da obra de Bourdieu, explícita justamente em sua ambição em construir uma teoria sociológica das categorias que organizam a percepção do mundo social. Contrariamente a idéia tradicional da sociologia, de que as práticas culturais são objeto de consenso, na medida em que elas significam o reconhecimento de valores comuns definindo uma civilização e levam à integração nesta civilização e à sociedade que a conduz, a análise da distinção de Bourdieu mostrou-nos, ao contrário, que elas são um meio de classificar, que elas implicam uma batalha perpétua para tomar iniciativa, para se afirmar, para se colocar socialmente. Os julgamentos de gostos, de preferências não são o reflexo da estrutura social, mas um meio de afirmar ou de conformar uma vinculação social.

Ao utilizar o referencial teórico de Pierre Bourdieu, como cotejamento teórico-metodológico adequado a amparar a apreciação empírica, é preciso ressaltar que, como auxiliares imprescindíveis à pesquisa histórica, os conceitos teóricos não são simples peças a encaixarem-se na investigação. Porém, procuramos aqui, a partir de tais bases teóricas, esclarecer algumas questões evidenciadas por nossa pesquisa de campo.

4. 2. 1. *Dominação e resistência: contribuições de Bourdieu à nossa pesquisa.*

Na investigação que fizemos acerca do cotidiano das oficinas de trabalho comunitário do bairro Nova Marília, focalizamos aspectos da subjetividade das mulheres que compõem tais fabriquetas, desde sua luta para construir os locais de produção, além de um lugar de representação maior, no caso, o Centro Comunitário do bairro, bem como nos esforçamos para conhecê-las em todas as dimensões que fossem possíveis a esse tipo de observação científica. Tentamos, nesse processo, captar suas representações, seus comportamentos, as práticas que incorporaram e que justificam suas condutas e, principalmente, suas resistências, buscando apreender todos os aspectos que fazem dessas mulheres...mulheres. Nesse sentido, ancoramos nossa abordagem na compreensão do referencial de Bourdieu que contribuiu para elucidar, nas relações de gênero, os mecanismos da dominação masculina que, gerada em instâncias objetivas, reproduz-se através da subjetivação.

A observação do cotidiano dessas trabalhadoras revelou um processo de internalização de princípios androcêntricos, exemplificados em sua negação em fazer parte do corpo diretivo do Centro Comunitário, uma vez que tais funções – além de terem de ser exercidas à noite, um *horário de homens* – as exporiam em demasia diante de outros. O relato de D. Zefa é bastante emblemático, neste sentido:

Isso (*eleger-se para a diretoria do centro*) é coisa de homem. Eles quem podem andar por aí, à noite, fazer reunião, fala alto... Nossa, eu não sei fala com muita gente, imagina, tem que gritar. Não é pra mim, não.<sup>141</sup>

Assim, na pesquisa empírica foi possível constatar que aspectos objetivos – da materialidade dos espaços e das relações de trabalho e confraternização – e subjetivos interagem incessantemente na construção das ordens material e simbólica de dominação. Foi possível observar nas representações das mulheres, explicitadas em longas conversas informais gravadas, os mecanismos por meio dos quais as estruturas sociais subjetivam-se em *habitus*, ou seja, em disposições adquiridas, gostos, estilos, princípios de distinção e classificação, abrindo caminho para a instalação, nas trabalhadoras, da *impotência aprendida*:

Segundo a lei universal de ajustamento das esperanças às oportunidades, das aspirações às possibilidades, a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo sexuado de cima a baixo tende a fazer desaparecer, desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres – mesmo sem estes lhes serem recusados...aquela experiência favorece o aparecimento de uma ‘impotência aprendida’ [BOURDIEU, 2002, p. 77].

Essa internalização de valores que normatizam a vida social sob um aspectos diferenciador de homens e mulheres, conduz, ainda, à introjeção do paradigma de relações hierarquizadas, desiguais e de opressão, objetivamente construídas, como vimos. Quando se colocam enquanto sujeitos inadequados para o exercício de uma determinada função, quando estabelecem locais e horários para a atuação feminina, além de privarem-se do direito de exercer o poder diretamente, tais mulheres submetem-se a um sistema social que as coloca à mercê de decisões alheias, ou seja, em uma posição inferiorizada dentro deste mesmo sistema.

Sua ausência dos cargos de chefia do bairro, ainda que sua atuação concreta seja maciça e fundamental para o bom funcionamento do Centro, embora pareça ser fruto de

---

<sup>141</sup> Janeiro de 2003.

uma escolha pessoal, refere-se ao temor – socialmente construído – das próprias mulheres em lidar com o sucesso, fator que corrobora, ainda que de forma não determinante, para a persistência nos espaços sociais em que transitam de uma hierarquia político-administrativa, com a supremacia do masculino. Endossam-se, assim, as reflexões de Bourdieu acerca da dificuldade feminina em lidar com o poder ou com cargos de chefia.

Elas 'não se sentem bem dando ordens' a homens... [BOURDIEU, 2002, p. 113].

O empírico ilustra-o nas palavras de D. Antônia quando pressionada a explicar sua negação em candidatar-se:

A gente tem que ser muito decidida, tem que ser muito firme. Se você for uma pessoa calma, que qualquer coisa te assusta... eu acho que eu não tenho condição. O meu lado 'homem' tinha que ser mais forte que o meu lado 'mulher', sabe?<sup>142</sup>

Ou seja, para assumir postos mais elevados, não se cogita experimentar uma nova forma de gestão, mais *feminina*, talvez. O único caminho que se vislumbra é a reedição de um jeito masculino de dominar exercer o poder.

Na observação do cotidiano das oficinas comunitárias de Nova Marília, é possível encontrar, assim, muitos exemplos que delineiam o conceito de *violência simbólica* de Bourdieu, uma das formas pelo quais se manifesta a dominação simbólica – um sistema de relações que, a despeito de apresentar-se como natural, é fenômeno histórico, social e culturalmente produzido por homens e por instituições sociais. As relações verticalizadas são criadas na objetividade de ações institucionais que estabelecem formas de divisão de espaços e papéis. Tais construções objetivas subjetivam-se, como foi possível apreender nesta pesquisa, sob forma de esquemas

---

<sup>142</sup> Entrevista concedida em janeiro de 2003.

cognitivos, de sistemas de percepções. O princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas.

Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum e

[...] as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica [BORDIEU, 2002, p. 45].

É justamente neste aspecto que as análises de Bourdieu em muito contribuem o entendimento das relações de gênero, ao elucidar os mecanismos da dominação que, gerada em instâncias objetivas, reproduz-se através da subjetivação. Suas considerações possibilitaram esclarecer, em uma investigação empírica, todo um sistema de estruturas inscritas nas coisas e nos corpos, que se legitima pela subjetivação e é caminho para que se desenvolva a *violência simbólica*, processo social resultante de estruturas de poder objetivas, que emaranha a alma das mulheres, mutilando sua ousadia, produzindo nelas o ajustamento de suas expectativas às posições que lhes parecem possíveis, de suas próprias aspirações às possibilidades que visualizam. Não à toa, quando conversávamos sobre sonhos e futuro, as mulheres das oficinas sempre projetavam suas esperanças de realização sobre outros, principalmente sobre os filhos, não fazendo referências à própria existência.

Meu maior sonho é ver todos os meus filhos formados. Se um dia eu alcançar, vai ser uma graça muito grande (D. Ernestina).

Não sei dizer, não. Quero ver minha família bem, feliz. Pra mim, não quero nada, não (D. Ana)<sup>143</sup>

Obviamente, Bourdieu não atribui à categoria *habitus* um caráter de estrutura fixa e imutável, propulsora de práticas sociais homogêneas e predefinidas. Os *habitus*

---

<sup>143</sup> Entrevistas concedidas em janeiro de 2003.

revelam a força instituinte das estruturas, mas não se estabelecem de forma mecânica; passam, antes, pelo *filtro* dos seres humanos e estes não são meros reflexos passivos das estruturas sociais. Daí que sua análise abre-se também à possibilidade não só de reproduções, mas também de contraposições. As práticas de resistência apresentadas pelas trabalhadoras das oficinas comunitárias, mais do que exemplificadas em suas posições políticas (recusam chapas para a diretoria do Centro caso estas não apresentem as características necessárias a responder seus próprios interesses), podem ilustrar essa colocação.

Há um processo contínuo e complexo de produção de mecanismos para a manutenção de um sistema de desigualdades entre os sexos que, vale frisar, é marcado por permanências e mudanças. Entretanto, Bourdieu nos coloca que tais mudanças, tanto podem ocorrer como contraposição ao poder instituído, na forma de projetos que de fato ameaçam seus os detentores, quanto como estratégia destes, para garantir sua continuidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos feministas contemporâneos, através da crítica à rigidez das oposições binárias como categorias explicativas, têm buscado referenciais de análise menos limitados, os quais permitam integrar homens e mulheres nas suas relações, no desenvolvimento dos processos sociais (PINTO, 2003). Nesta linha, Joan Scott (1990) apresentou uma contribuição importante ao debate ao propor o uso do gênero como categoria de análise, pela qual é possível compreender as relações entre os sexos e a constituição da sociedade, onde se inclui necessariamente a dimensão política.

A partir da perspectiva de gênero, têm sido priorizadas as investigações históricas e sociológicas que procurem incorporar as dimensões do masculino e do feminino na análise de forma relacional. Estas investigações buscam compreender a interação entre masculino e feminino na totalidade da vida social, contrariando enfoques investigativos que incompatibilizavam a mulheres com a vida política ou pública, características *naturalmente* masculinas. Porém, dados levantados em pesquisas de historiadoras e antropólogas têm mostrado experiências femininas que não podem ser interpretadas a partir de definições dicotômicas, preestabelecidas. A emergência de tais dados conduziu à reavaliação de conceitos e critérios sobre as relações entre o privado e o público, bem como entre o pessoal e o político, na busca de novas alternativas de análise.

As novas abordagens que vêm sendo desenvolvidas a partir dessas novas indagações feministas têm dado visibilidade à presença de mulheres como agentes integrados aos processos sociais e, justamente por isto, têm também despertado inquietações teóricas em várias áreas das ciências humanas. Os dados levantados nas investigações sobre a experiência concreta das mulheres em sociedade – principalmente nas áreas da História, da Antropologia e da Sociologia – evidenciam que as atividades

femininas têm-se desenvolvido também em espaços públicos como a comunidade, a vizinhança, a rua e a fábrica, lugares que não podem ser considerados como exclusivamente privados, pois envolvem intermediações e relações múltiplas de difícil enquadramento em pólos dicotômicos. Várias pesquisadoras responsáveis por estes trabalhos têm enfatizado a necessidade serem repensados conceitos ideológicos enraizados e tidos como explicativos e, principalmente, de reavaliar o *político* no campo da história cotidiana (FARGE; PERROT, 2001).

Scott (1990), analisando o conceito de Gênero, refere-se à política e ao poder como territórios praticamente inexplorados, na medida em que a história política "(...) foi o bastião da resistência à inclusão de materiais ou questões sobre as mulheres e o gênero" (p. 09).

As perspectivas abertas por estas autoras sugerem que se reveja uma definição do político como domínio exclusivamente masculino e se analisem as formas pelas quais a população feminina tem conseguido expressar-se politicamente em determinados contextos históricos.

Neste sentido, o mais importante não seriam os aspectos quantitativos da participação política feminina. Haveria, antes, que tratar das questões levantadas pelo *tipo de participação* das mulheres no político, mostrando-se a existência social e política de um sujeito feminino, no qual se reconhece um poder e que se movimenta, se empenha conforme a situação vivida em cada época (BLAY, 1982). Tais redefinições conceituais propostas pela crítica feminista alargaram as perspectivas de análise, reavaliando a pretensa invisibilidade e/ou marginalidade das mulheres na política.

Avelar (1987), insatisfeita com os referenciais tradicionalmente empregados na análise da participação política feminina, se preocupou em analisar "a incorporação de

um instrumento teórico que possibilite captar as formas singulares da participação das mulheres na vida política" (p. 11).

A sua proposta enfatiza a necessidade de se levar em consideração as diferentes arenas de atuação política nas quais o ativismo feminino se expressa melhor, sem esquecer de considerar a família no processo através do qual as pessoas se envolvem politicamente (AVELAR, 1987).

Destarte, a revisão teórica proposta por diversos autores na análise da participação política feminina, além da crítica ao viés androcêntrico, levanta como um ponto fundamental a ampliação do conceito de política, para que abarque não apenas a política institucional, mas também agregue atividades convencionais e não convencionais (ABRAMOVAY; CASTRO, M., 1998). Esta visão ampliada inclui ainda uma redefinição dos espaços de atuação das mulheres, mostrando as interpelações entre o público e o privado.

Não se trata apenas da reivindicação feminista de politizar o privado, mas de considerar a mulher como um sujeito político, presente na esfera pública, através de espaços de visibilidade que podem ser os movimentos sociais, as campanhas e/ou os protestos políticos, os movimentos revolucionários e até os próprios departamentos femininos nos partidos políticos (AVELAR, 1987). A política adquire então outras dimensões, mais amplas, abrangendo novas práticas significativas em outros níveis além do tradicional.

A exposição da história de D. Antônia e cia., da forma como inspiraram, incentivaram e mobilizaram sua comunidade pela construção de um lugar, uma entidade – o Centro Comunitário – onde pudessem se reunir para discutir idéias e soluções, onde pudessem ouvir e serem ouvidos, onde pudessem simplesmente estar juntos, é também uma tentativa de identificar, nessa pesquisa, uma forma distinta de fazer política, na

qual se sobressai a importância da participação das mulheres e a forma pela qual estas constituíram espaços de ação próprios, diverso daqueles historicamente considerados nos conceitos das esferas pública ou privada.

A idéia de um cotidiano feminino vivido no privado, isolado dos acontecimentos políticos e sociais, não encontra respaldo em nossa investigação. Sim, a vida de muitas mulheres se constrói no espaço doméstico, mas este fato não pode ser entendido como sinônimo de isolamento e/ou conservadorismo. Contudo, ao lado das transformações individuais, pessoais, no nível do privado, se chega gradativamente a transformações no nível público.

Para além de comprovarmos ou não a nossa hipótese, qual seja, a de que o movimento feminino apresentado aqui seja ou não um modelo de feminismo, nossa pesquisa procurou dar apoio, através de exemplo empírico, à teoria que evidencia que as mulheres, mesmo partindo da esfera doméstica, podem agir politicamente, utilizando recursos específicos, seguindo caminhos que cruzam os espaços públicos e privados.

A dimensão política não se restringe exclusivamente à esfera pública, às atividades masculinas, mas está presente também no cotidiano que homens e mulheres vivenciam em conjunto numa determinada relação histórica e que interessa analisar com um enfoque integrador, sem pré-interpretações globalizantes, sem juízos valorativos que desqualificam de antemão formas diferenciadas de envolvimento político.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia (orgs.). Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base. Rio de Janeiro: UNESCO/ CEPIA, 1998. 244p.

ALBERTI, Verena. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 17, p. 05-28, 1996.

ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. 77p. (Coleção Primeiros Passos, 20).

AMADEO, Edward. MONTERO, Fernando. Crescimento econômico e a restrição da poupança. In: GIAMBIAGI, Fábio. VILELLA, André. (orgs.) Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004). Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 284-305.

AVELAR, Lúcia. A participação política da mulher e a ideologia do conservadorismo político feminino: subsídios para novas pesquisas. XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1987 (mimeo).

AZERÊDO, Sandra. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. Cadernos PAGU (11) – Trajetórias de gênero, masculinidades... Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1998, p. 55-66.

BIDEGAIN, Ana Maria. Gênero como categoria de análise na história das religiões. In: BIDEGAIN, Ana Maria (org.). Mulheres: Autonomia e Controle Religioso na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1996. p.13-28.

BONELLI, Regis. O que causou o crescimento econômico no Brasil? In: GIAMBIAGI, Fábio. VILELLA, André. (orgs) Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004). Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 307-333.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 311p.

\_\_\_\_\_. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990. 234p.

\_\_\_\_\_. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 160 p.

BRAZIL, Érico Vital. SCHUMAHER, Schuma. Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 567p.

BURKE, Peter (org.) A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. 325p.

BUSETTO, Áureo. Economia e poder local: Marília de 1946 a 1964. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 1991. 230p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988. 224p.

CASTRO, Inês R. R., PEREIRA, Gilza S., Considerações sobre o 'Plano de Combate à Fome e Miséria'. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (suplemento 1): 1993, pp. 106-113.

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, Frustração e Aprendizado: as Histórias da Nova República (1985-1989). GIAMBIAGI, Fábio. VILELLA, André. (orgs) Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004). Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 116-139.

\_\_\_\_\_. Privatização, Abertura e Desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004). Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 141-164.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: Cadernos PAGU – Fazendo História das Mulheres. (4). Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1995, p. 37-47.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.

COBRA, Amador. Em um recanto do sertão paulista. São Paulo: Tipografia Hennyès, 1923. p. 45-64.

CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. Revista Veritas. Porto Alegre, v. 41, n. 162, PUCRS, junho/1996. p. 207-220.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico de gênero. Cadernos PAGU (11) – Trajetórias de gênero, masculinidades.... PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1998, p. 127-140.

COSTA, Tarcísio. Os anos noventa: o ocaso do político e a sacralização do mercado. MOTA, Carlos Guilherme. (org.), Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 89-117.

COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. ABREU, Martha. SOIHET, Rachel. (orgs.) Ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: FAERJ/ Casa da Palavra, 2003, p. 187-208.

D'ARAÚJO, Maria Celina. A era Vargas. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polêmica). 120p.

DEBERT, Guita Grin. GREGORI, Maria Filomena. As Delegacias Especiais de Polícia e o projeto Gênero e Cidadania. CÔRREA, Mariza. (org.). Gênero e Cidadania. Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 2002. p. 5-19.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. DEL PRIORE, Mary (org.). BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 4-10.

DIAS, Maria Odila L. dos Santos. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2/94, CIEC/ UFRJ, 1994, p. 373-382.

\_\_\_\_\_. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 264p.

DINES, Alberto. A ressaca das utopias. *Jornal do Brasil, Caderno País*, Sábado, 27 de dezembro de 2003, p. 5.

FARGE, Arlete. PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia*. Tradução de Rachel Soihet, Rosana M<sup>a</sup> Soares, Suley Gomes Costa. *Gênero: Revista do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*, vol. 2, n. 1, 2<sup>o</sup> semestre de 2001, pp. 07-30.

FELIX, Sueli Andruccioli. A geografia das ofensas: análise dos espaços de crimes, criminosos e das condições de vida da população de Marília-SP. *Relatório Científico de Pesquisa*, n. 1, UNESP – FAPESP, Marília, jul. 2001, (mimeo.).

FICO, Carlos. *O regime militar no Brasil (1964-1985)*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 48p.

FRANCO, Gustavo. *Auge e declínio do inflacionismo no Brasil*. GIAMBIAGI, Fábio. VILELLA, André (orgs). *Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004)*. Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 258-282.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 218 p.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976. 352p.

GASPARI, Élio. Grande retrato do rei da privatária. *Folha de S. Paulo, Caderno Brasil*, p. A25, Quarta-feira, 09 de agosto de 2006.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 323p.

\_\_\_\_\_. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1989. 366p.

GIAMBIAGI, Fábio. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). GIAMBIAGI, Fábio. VILELLA, André. (orgs). Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004). Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 166-194.

\_\_\_\_\_. Rompendo com a Ruptura: o Governo Lula (2003- 2004). \_\_\_\_\_ . Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004). Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 196-216.

GIDDENS. Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991. p. 11-61.

\_\_\_\_\_. A transformação da intimidade. São paulo: UNESP, 1993. p. 06-35.

GOMES, Luiz Marcos. Sociedade dos Socialistas Vivos - ensaios contra o neoliberalismo. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995. 127p.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 221p.

HOBBSBAWN, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 632p.

IANNI, Otávio. Teorias da globalização. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 272.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967- 1973. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A Ordem do Progresso: cem anos

de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989. p. 233-294.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 205p.

LARA, Paulo Corrêa de. Marília: sua terra, sua gente. Marília: Iguatemy Comunicações Ltda., 1991. 141p.

LAURENTIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEITE, Paulo Moreira. Surpreso com a vantagem de Lula? Não deveria. O Estado de S. Paulo. Caderno O melhor da eleição 2006. Quarta-feira, 25 de outubro de 2006, p. 23.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.

LISBOA, Adriana. Caligrafias. Rio de Janeiro: Rocco, 2004, p. 87.

LISPECTOR, Clarice. Perto do coração selvagem. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. 202p.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: Aviso de incêndio – uma leitura das teses ‘Sobre o conceito de história’. Tradução de wanda caldeira Brant. São Paulo, Boitempo, 2005, p. 160.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? In: Cadernos PAGU (11) – Trajetórias de gênero, masculinidades... Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1998, p. 107-125.

MAGALHÃES, Mário. A carreira de Pc Farias. Folha de S. Paulo. Caderno Brasil, Quarta-feira, 24 de março de 1999, p. A8.

MATOS, Maria Izilda S. Por uma história da Mulher. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 58.

MILLS, C. Wright. A imaginação sociológica. Tradução de Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 243.

MONBEIG, Pierre. Algumas observações sobre o município de Marília, cidade pioneira. Revista do Arquivo Municipal. Col. XXVIII. São Paulo: Prefeitura do Município de Marília/ Secretaria Municipal de Cultura e Bem-estar, 1941.

\_\_\_\_\_. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: HUCITEC/ Polis, 1984. 241p.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. Cadernos PAGU (11) – Trajetórias de gênero, masculinidades... Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1998, p. 99-105.

MURARO, Rose Marie. PUPPIN, Andrea Brandão. (orgs.) Mulher, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ, 2001. 173p.

NETO, Mariana Moreira. A categoria 'gênero': considerações acerca de suas variações e validades. Revista Política e Trabalho. n. 16. Setembro de 2001. p. 137-149.

ORTIZ, Renato (org.) Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. 203p.

\_\_\_\_\_. A mundialização e a cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. 184p.

PATARRA, Ivo. O Chefe. 2006. Disponível em:

<http://www.escandalodomensalao.com.br/>. Acesso em 4, 5 e 10 de novembro de 2006.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. (Anais de evento) III Seminário Educação e Gênero e II Seminário sobre Infância. Tocantinópolis, TO, 08 a 10 de março de 2006. 13p.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Cadernos PAGU (4) – Fazendo história das mulheres. Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1995, p. 09-28.

\_\_\_\_\_. A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaios de historiografia. GÊNERO. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. v. 2, n. 1. Niterói: EDUFF, 2000, p. 07-30.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. Cadernos PAGU (11) – Trajetórias de gênero, masculinidades... Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1998, p. 140-155.

PINTO, Celi Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, 119 p. (Coleção História do povo Brasileiro).

POSSAS, Lúcia Maria Vianna. Cultura e identidade na globalização: olhando com o olhar dos míopes. In: ROIO, Marcos Del (org.). Cadernos da F.F.C. – Globalização e dimensões da crise financeira. Marília: UNESP, 1999. p. 175-190.

\_\_\_\_\_. Índícios e fragmentos das lutas das mulheres na construção da história das cidades paulistas: os “causos” e os silêncios. In: FRANCO, Sebastião Pimentel, NADER, Maria Beatriz, SILVA, Gilvan Ventura. História, mulher e poder. Vitória: Edufes; PPGHis, 2006. p. 307-319.

PÓVOAS, Glycério. Marília, uma monografia. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947.

QUÉAU, Philippe. A quem pertence o conhecimento? Palestra publicada nos Anais de Evento do Fórum Social Mundial. Tradução de Rúbia Prates Goldoni. Brasil, janeiro de 2001, p. 13-27.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. Cadernos PAGU (11) – Trajetórias de gênero, masculinidades... Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1998, p. 89-98.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Diretas-Já! – um grito preso na garganta. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. 89p.

ROJAS, Sílvia H. Cerqueira César. Participação da mulher na vida econômica e social do município de Marília/SP e sua situação de saúde. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista, 2001.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. SAFFIOTTI, Heleieth. I. B., MUÑOZ-VARGAS, Mônica. (orgs.) Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos/ NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994. p. 151-185.

\_\_\_\_\_. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, Mariza (org.). Gênero e Cidadania. Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 2002. p. 59-69.

SALLUM JR., Brasília. A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-2000). MOTA, Carlos Guilherme. (org.), Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: Revistas Estudos Feministas. v. 12. n. 2. 2004, p. 35-50.

SARTRE, Jean-Paul. O ser e o nada: ensaio de fenomenologia ontológica. Edição comemorativa. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 286-320.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade. v. 16, n. 2, jul/ dez. Porto Alegre: 1990, p. 05-22.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 63-95.

SIMÕES, Vinícius. Anthony Giddens e as conseqüências da modernidade. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 38, julho de 2004, p. 32-37.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo: Cortez, 2000. 118p.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 275-311.

\_\_\_\_\_. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. *Cadernos PAGU* (11) – Trajetórias de gênero, masculinidades... Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1998, p. 77-87.

STIGLITZ, Joseph E. A globalização e seus malefícios. São Paulo: Futura, 2002. 328p.

TANURI, Rosalina. Marília, no tempo e na saudade. Marília: Prefeitura Municipal de Marília/ Comissão de Registros Históricos, 2001.

\_\_\_\_\_. Marília, chão do nosso amor. Marília: Prefeitura Municipal de Marília/ Comissão de Registros Históricos, 2003.

TELES, Maria Amélia da Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo : Editora Brasiliense, 1993. 179p.

VARIKAS, Eleni. Do bom uso do mau gênero. In: *Cadernos PAGU - Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX*. (12). Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1999, p. 11-36.



## ANEXO A

## MAPA 1

Mapa do estado de São Paulo – localização da cidade de Marília.



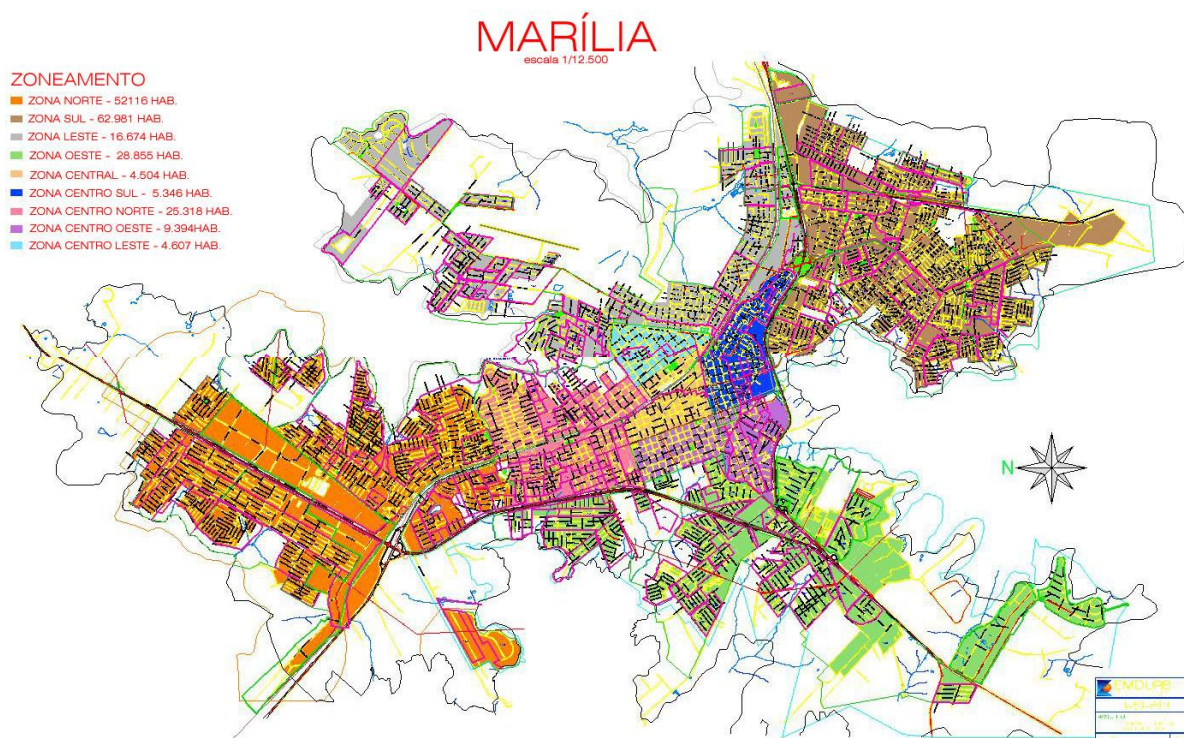
Fonte: Site do Comitê Gestor de Segurança e Qualidade de Vida  
(<http://www.mariliasegura.com.br/>).

## ANEXO B

Zoneamento\* da cidade de Marília/SP - 2006

Fonte: Site do Comitê Gestor de Segurança e Qualidade de Vida (<http://www.marliasegura.com.br/>).

\*Este zoneamento corresponde ao estabelecido pelo Plano Diretor Municipal de 2005.



## ANEXO C

TABELA 1

Tipos de delitos cometidos contra mulheres na cidade de Marília/SP – Divisão por regiões do município\* – 2002/ 2003.

Regiões da cidade de Marília	LCD**	Tipos de delitos			
		<i>Tentativa de homicídio</i>	<i>Homicídio</i>	<i>Atentado violento ao pudor</i>	<i>Estupro</i>
<i>Zona Central</i>	18,5%	26%	23%	13,5%	5,2%
<i>Zona Norte</i>	21,5%	7%	3,1%	29%	22,4%
<i>Zona Sul</i>	32,3%	64%	72,2%	43%	62%
<i>Zona Leste</i>	17%	2,2%	1,4%	8,5%	6,1%
<i>Zona Oeste</i>	10,7%	0,8%	0,3%	6%	4,3%
Total %	100	100	100	100	100

Fonte: Relatório científico referente ao *Projeto-Ação de Prevenção à Violência Contra a Mulher*, ligado ao *Grupo de Pesquisa e de Gestão Urbana de Trabalho Organizado (GUTO)*, bolsista Vanessa de Faria Berto. Entregue à FAPESP em março de 2004, aprovado pela instituição em maio do mesmo ano.

\* Este zoneamento foi estabelecido segundo o censo demográfico do IBGE.

\*\*LCD – Lesão Corporal Dolosa.

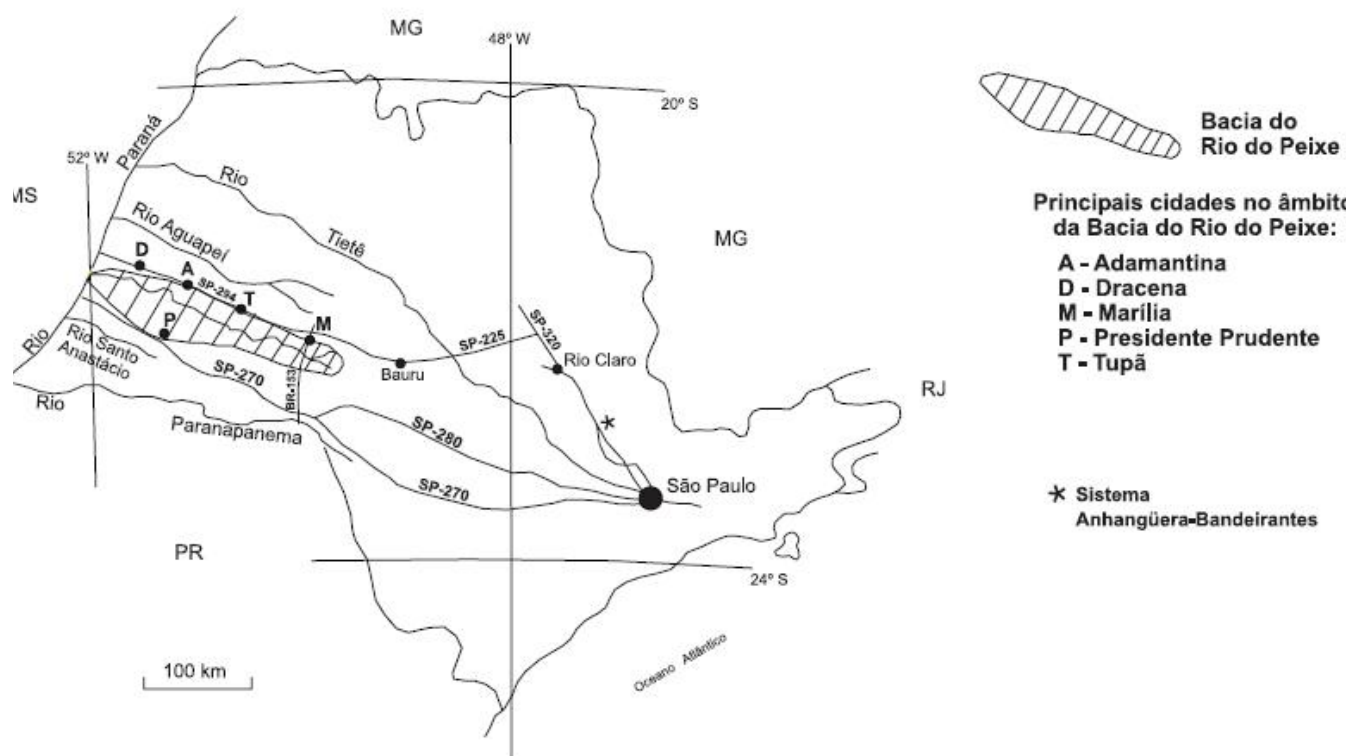
*Observação:* Para a análise e feitura do relatório científico, os delitos escolhidos foram justamente aqueles que configuram casos de violência doméstica – cometidos dentro do âmbito familiar, por cônjuges, parentes e/ ou conhecidos, mas não necessariamente no lar (como explicitado na nota nº. 3). Foram excluídos crimes contra o patrimônio (furtos, roubos, furtos de veículos), por exemplo, por serem de natureza indiscriminada, ao menos no que tange ao sentido do Projeto em questão. A Zona Sul da cidade, parte destacada em vermelho, abrange justamente o bairro Nova Marília, local que conforma o objeto de estudo de nossa pesquisa referente à dissertação de mestrado. Outros bairros que compreendem a Zona Sul da cidade são: Laranjais, Jóquei Clube, Jardim Marajó, São Jorge, Monte Castelo, Theotônio Vilela, Jardim Nacional, Costa e Silva e Jardim Parati.

## ANEXO D

## MAPA 2

Localização da Bacia do Rio do Peixe no estado de São Paulo – 2004.

Fonte: Site da Revista do Instituto de geociências da USP - <http://www.igc.usp.br/geologiausp>



\_\_\_\_\_

Foto 1



Apesar da maioria das casas do bairro Nova Marília ter sofrido muitas modificações desde sua fundação, algumas residências permanecem sem alguma infra-estrutura básica, como calçadas, muros, maior número de cômodos, etc.

Foto 2



Foto 3

Além de residências mal-estruturadas, o bairro ainda convive com grandes descampados, imensos terrenos abandonados, propícios a serem utilizados em atividades ilícitas, uma das freqüentes reclamações dos moradores, aliás.

Foto 4Foto 5

Foto 6



Foto 7



Por necessidade, o bairro foi obrigado a dar vida a um comércio que atendesse à sua demanda. Não à toa, ao se caminhar pelo local, encontra-se todo tipo de prestação de serviço e de lojas as mais variadas.

Foto 8



Foto 9



Também as igrejinhas, os pequenos templos construídos pelos próprios moradores, habitam o bairro.

Foto 10

